



**MULHERES**  
*pela Água 3*

The image features a dark blue background with a complex, overlapping line-art illustration of female faces. The faces are drawn with thin white lines and are shown in various orientations: some are in profile, some are three-quarter views, and some are frontal. The lines are fluid and elegant, capturing the contours of the faces, eyes, noses, and lips. In the center of the composition, the letters 'M U L H' are written in a bold, white, sans-serif font. The letters are spaced out and partially overlap the line art, creating a focal point. The overall aesthetic is modern and artistic, suggesting a theme of beauty, fashion, or a brand identity.

**M U L H**



**E R E S**







# Editorial

Supervisão  
LUPÉRCIO ZIROLDO ANTÔNIO

Organização  
EMANUELE MARES E SURAYA MODAELLI

Marketing  
WILSON FÁBIO GODOFREDO

Jornalista  
TABATA BUENO DE OLIVEIRA  
MTB 85638/SP

Diagramação  
EXM MARKETING

Impressão e Mídia  
EXM MARKETING  
GRÁFICA IDEALIZA

Tiragem  
400 EXEMPLARES

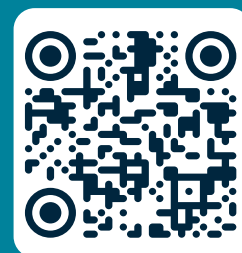
E-book  
[www.rebob.org.br/mpa3](http://www.rebob.org.br/mpa3)

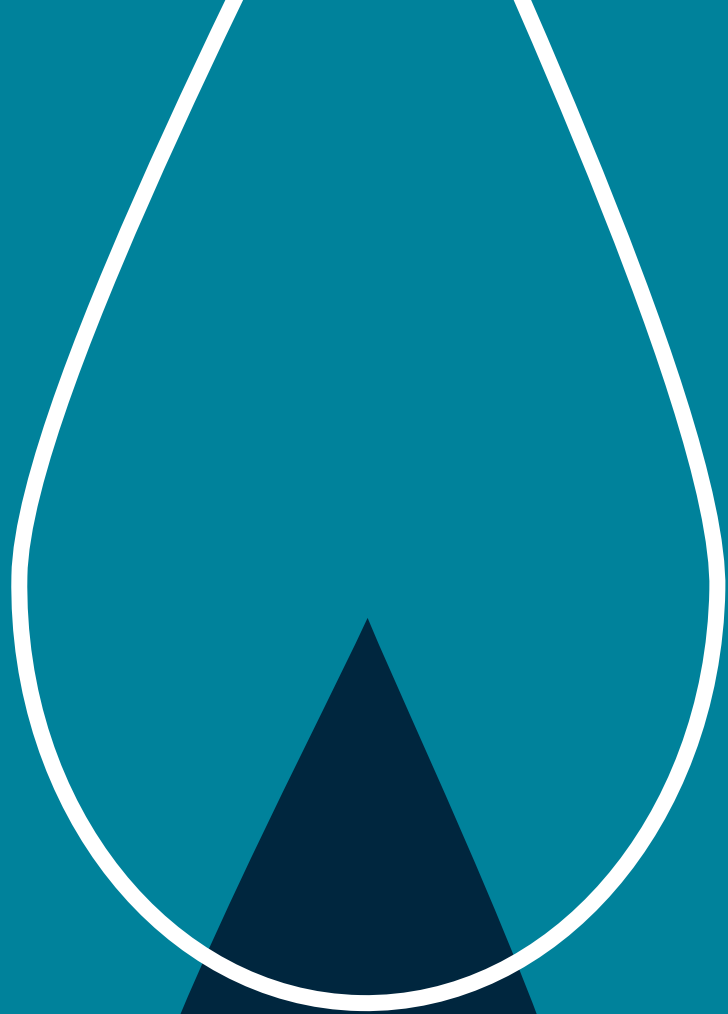
Capa

## **Eunice Kerexu**

Mulher indígena, mãe, professora, pesquisadora e gestora ambiental, originária do povo Guarani Mbya de Santa Catarina, vive na Terra Indígena Morro dos Cavalos, em Palhoça, na Grande Florianópolis, se tornou a primeira cacica mulher a ser reconhecida no país.

Acesse a versão digital via QR Code e compartilhe as histórias.





Realização:



**REBOB**  
REDE BRASIL DE ORGANISMOS DE  
BACIAS HIDROGRÁFICAS



# *Dedicatória*

Este Livro é dedicado a todas as nossas mulheres guerreiras que se envolvem com os recursos hídricos em nosso país. Elas, que com sua sinergia, integram e compartilham das decisões em vários pontos e posições dentro do Sistema, mostrando sua incrível capacidade de articulação, diálogo e disseminação para as boas e exitosas ações de cuidar da água.



# *Agradecimento*

A REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas e todos os seus parceiros, agradecem a todas as mulheres que colaboraram para a edição deste Livro, que vem fortalecer este movimento mágico de participação e inclusão que dignifica e engrandece nosso Sistema de Recursos Hídricos.

# Prefácio

## Água e gênero: pela equidade correr como um rio

Entregar ao público o livro *Mulheres pela Água 3*, justamente no ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) dedica o Dia Mundial da Água ao tema Água e Gênero, carrega um simbolismo profundo. Não se trata apenas de uma coincidência temática. Trata-se de uma convocação histórica. É o reconhecimento de que não haverá segurança hídrica, justiça social e desenvolvimento sustentável sem que a equidade de gênero esteja no centro da agenda da água.

Como nas edições anteriores, esta publicação se propõe a lançar luz sobre trajetórias, desafios, conquistas e aprendizados de mulheres que atuam na linha de frente da gestão de recursos hídricos, da segurança hídrica e da ampliação do acesso à água e ao saneamento em nosso país. Ao reunir essas vozes, o livro faz mais do que registrar experiências: ele evidencia competência, compromisso público, sensibilidade técnica e força política. A obra vai além ao revelar e dar luz a mulheres que, em diferentes territórios e contextos, sustentam agendas, constroem consensos, enfrentam desigualdades e ajudam a fazer avançar a governança das águas no Brasil.

Embora esta obra se concentre sobretudo nas experiências brasileiras, é impossível dissociá-las da agenda global. O tema dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 5, voltado à igualdade de gênero, e o ODS 6, voltado à água potável e ao saneamento para todos. Nesse contexto, o Relatório Mundial das Nações



Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2026, publicado em 19 de março de 2026 pela UNESCO em nome da ONU-Água, reforça aquilo que as mulheres já vivem, sabem e denunciam há décadas: as desigualdades de gênero continuam comprometendo a segurança hídrica global. O relatório destaca, entre outros pontos, que as mulheres são responsáveis pela coleta de água em mais de 70% dos domicílios rurais não atendidos por esse serviço, ao mesmo tempo em que seguem sub-representadas nos espaços de governança e liderança do setor.

Esse panorama encontra eco em nossa realidade. No Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), ainda em processo permanente de fortalecimento, a participação feminina segue aquém do necessário no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em suas Câmaras Técnicas, nos comitês de bacia, nos conselhos estaduais e em outros organismos colegiados. O mesmo se percebe em associações técnicas ligadas ao setor, entre elas a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro). Reconhecer essa assimetria não é um gesto de confronto, mas de responsabilidade histórica. É admitir que a democracia da água somente se realiza plenamente quando incorpora, de forma efetiva, a presença, a voz, a escuta e a liderança das mulheres.

Por isso, este livro possui um valor que ultrapassa o testemunho. Ele afirma presença. Produz memória. Fortalece redes. E, sobretudo, projeta futuro. Em um tempo marcado pela emergência climática, pela intensificação dos eventos extremos e pela urgência de respostas mais justas, técnicas e solidárias. Unir esforços em todos os campos de atuação tornou-se imperativo. E essa é uma tarefa coletiva, que exige a participação ativa das mulheres, mas também o compromisso concreto dos homens e das instituições.

Que as páginas a seguir sejam lidas como corrente viva. Que cada relato aqui reunido, amplie repertórios, comova consciências e mova estruturas. Que esta publicação ajude a transformar reconhecimento em ação e presença em poder compartilhado. Porque cuidar da água é cuidar da vida. E porque, quando a equidade passa a correr com a força de um rio, ela não irriga apenas direitos: ela faz nascer futuros.

Sigamos, portanto, conjugando o verbo esperar com ativa determinação, para que água e equidade corram juntas, em todos os territórios, para todas as pessoas.

### **Suzana Maria Gico Lima Montenegro**

Presidente da ABRHidro

Engenheira civil, mestre em Hidráulica e Saneamento e  
PhD em Civil Engineering. Professora da Universidade  
Federal de Pernambuco e diretora-presidente da Agência  
Pernambucana de Águas e Clima (APAC).





Feito renda trançada,  
sinfonia finalizada, pintura  
desenhada, a mulher se  
define pela sua presença  
marcante, por sua energia  
contagante, pela sua  
determinação confiante,  
envolvendo todos nós  
na mágica única de  
sua presença, que feito  
correnteza, avança no  
destino do mundo deixando  
histórias e sentimentos,  
equilíbrio e perfeição,  
trazendo em si,  
a força do coração.



“SIMONE BENASSI:  
UMA ESCOLHA  
ÉTICA E TÉCNICA  
PELA ÁGUA.”

**S**imone Frederigi Benassi foi uma mulher pela água, que pautou sua vida e sua atuação acadêmica e profissional pelo ideal de um mundo mais justo, atuando em múltiplas frentes na busca da coexistência sustentável entre o setor produtivo, o meio ambiente e a sociedade.

Bióloga de formação, transdisciplinar de atuação, inconformada de vocação, Simone transpôs barreiras institucionais e territoriais para promover a justiça ambiental em que tanto acreditava.

Filha de metalúrgico do ABC Paulista e de dona de casa, nascida e criada na zona leste de São Paulo, Simone foi fruto de uma grande e coesa família, que tem na fidelidade de suas relações, na espontaneidade de suas expressões e na intensidade de suas convicções a mais fiel tradução de sua ascendência italiana.

Simone cresceu e se fortaleceu como pessoa, como profissional e como ativista a partir de suas relações, de maneira muito especial, com sua gêmea idêntica, Roseli, com quem compartilhou a vida integralmente, incluindo, para além da esfera pessoal, também a formação acadêmica e atuação profissional.

Foi nesse ambiente de vínculos fortes e convicções sólidas que Simone escolheu a água como campo de atuação. A bióloga formada na UNESP aprofundou sua trajetória no mestrado em Engenharia Hidráulica e Saneamento na EESC/USP (2000–2002), em busca de instrumentos técnicos que ampliassem sua capacidade de intervir na realidade. Queria compreender os sistemas aquáticos não apenas como ecossistemas, mas como territórios atravessados por decisões humanas, organismos vivos inseridos em contextos sociais. Sua dissertação sobre limnologia e análise da descontinuidade ecológica já revelava sua inquietação diante dos impactos acumulados sobre os corpos d'água.

Em 2002, Simone ingressou como técnica de nível superior na Superintendência de Meio Ambiente na Itaipu Binacional, instituição na qual veio a atuar pelos 23 anos seguintes, até a sua partida precoce em 2025. Foi onde ela encontrou espaço para aproximar

ciência e compromisso social. Participou e coordenou projetos de monitoramento e avaliação ambiental do reservatório de Itaipu e de sua área de influência, sempre com o propósito de possibilitar que decisões fossem tomadas com base em evidências, e que os impactos não recaíssem, silenciosamente, sobre os mais vulneráveis.

Sua atuação técnica expressava a inquietação permanente de conciliar produção e conservação com a justiça ambiental. Nos espaços de governança, especialmente no Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, Simone levava essa mesma postura, rejeitando simplificações e decisões que ignorassem dados ou que invisibilizassem comunidades. Sua personalidade forte encontrava, ali, um campo legítimo de expressão. Se era preciso tensionar para qualificar o debate, ou defender uma posição técnica entre pressões políticas ou econômicas, ela se fazia presente.

A participação em iniciativas de monitoramento de vírus em esgotos, durante a pandemia de COVID-19, mostrou como a água pode se tornar instrumento de vigilância epidemiológica e proteção coletiva. Simone compreendia profundamente que a ciência aplicada à gestão das águas é, também, uma forma de cuidar das pessoas.

Ao longo de sua trajetória, manteve uma ponte permanente com a universidade e, de modo muito especial, com a Universidade Federal do ABC – UFABC, onde sua inseparável irmã Roseli (atualmente Diretora do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas), atua desde 2008 como professora no curso de Engenharia Ambiental e Urbana. As colaborações técnicas entre Itaipu e UFABC eram mais que institucionais, mas a extensão natural do diálogo constante entre duas irmãs que escolheram caminhos profissionais complementares. Enquanto Roseli formava novas gerações de engenheiras e engenheiros, Simone ampliava, no território, as fronteiras da aplicação do conhecimento, compondo uma troca contínua, profunda, cúmplice, como se cada projeto também fosse um modo de permanecerem juntas.

Simone construiu uma carreira coerente. A mesma mulher inconformada que cresceu na zona leste de São Paulo tornou-se a profissional que não aceitava atalhos técnicos nem injustiças ambientais. A mesma irmã inseparável que dividia a vida com Roseli dividiu também estudos e projetos. Sua trajetória profissional é inseparável de sua personalidade: intensa, solidária, combativa e profundamente comprometida com a ideia de que a água é um bem comum e, portanto, uma responsabilidade coletiva.

A partida precoce de Simone deixou um vazio que não se mede em projetos interrompidos. É um vazio de presença, de voz firme nos debates, de indignação diante das injustiças, de generosidade. Mas sua ausência física não apaga o que construiu. Permanece na qualidade dos dados que ajudou a produzir, nas decisões mais responsáveis que ajudou a fundamentar, nas pontes institucionais que fortaleceu, nos profissionais que inspirou, e, sobretudo, na convicção de que a água é um recurso que exige coragem ética para ser defendido. Simone segue viva onde houver rigor técnico aliado a compromisso social, onde a ciência se coloca a serviço da justiça ambiental e nos que aprenderam com ela que não há neutralidade possível quando o que está em jogo é a vida.

Escrito por: Melissa Graciosa, Eng. Civil, mestre e doutora em hidráulica e saneamento, consultora em recursos hídricos, ex-membro (vice-presidente) do CBH-AT, professora da UFABC e amiga de Simone e Roseli Benassi.

# Adriana Bocaiuva

---

**C**omo carioca e rubro-negra nascida no Estado da Guanabara, escapei por um triz da sina de ser fluminense: Flamengo e Guanabarina até morrer eu sou.

Apesar de ter crescido no bairro do Alto Gávea, com minha casa e colégio atravessados pelo Rio Rainha, só despertei para a importância dos ecossistemas fluviais bem longe dali ao participar de atividade extracurricular, como adolescente, nos EUA. Como membro do clube de biologia da McLean High School, colégio no qual estudava, participei da revitalização ambiental das margens de um córrego, tributário do Rio Potomac. Essa experiência foi determinante na minha trajetória acadêmica e profissional.

Ao retornar ao Brasil, passei a olhar para o Rio Rainha com mais atenção, tendo dedicado minha dissertação da Engenharia Urbana Ambiental da PUC Rio à ocupação as margens daquele rio.

Durante a graduação em Engenharia, na PUC Rio, meu primeiro estágio foi em uma mina de bauxita às margens do Rio Negro, no coração da Floresta Amazônia paraense.

Testemunhar o impacto da mineração sobre a floresta me converteu em uma ambientalista. E para atuar na proteção ambiental dos recursos naturais do meu país, me especializei em Direito Ambiental, passando a atuar na assessoria jurídica de órgãos ambientais cariocas e fluminenses.

Em 2000, participei do movimento que exigia a revitalização das lagoas e rios fluminenses, promovendo um abraço à Lagoa Rodrigo de Freitas, apoiado por políticos e pela sociedade civil. No mesmo ano, foi criado o primeiro colegiado fluminense para a gestão de recursos hídricos, o Comitê Gestor da Lagoa Rodrigo de Freitas, responsável por uma série de medidas para despoluição daquele corpo hídrico. Fui nomeada gerente da Lagoa Rodrigo de Freitas e, desde então, nunca mais me afastei da gestão de recursos hídricos. Em 2005, a bacia drenante da Lagoa Rodrigo Freitas foi incorporada à Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, com a criação do Comitê da Baía de Guanabara.

E nesse trajeto, sempre representando a sociedade civil no Comitê da Baía de Guanabara, enfrentei todos os desafios com os quais as mulheres que atuam na gestão das águas se deparam. Como resistência, ao longo do biênio de 2021/2023, participei da construção e implementação de importante instrumento para combate aos assédios morais e violências políticas praticadas no âmbito daquele colegiado: o Pacto de Convivência do Comitê da Baía de Guanabara. Como presidente do Comitê a Baía de Guanabara, no biênio de 2023/2025, contei com o apoio dos meus companheiros de diretoria, todos homens, para enfrentar todo tipo de

violência política e assédios sofridos e para garantia da aplicação, em diferentes oportunidades, do Pacto de Convivência. Com essa experiência, pude constatar a importância da implementação instrumentos legais e procedimentais para garantia da defesa da participação de minorias na governança da gestão hídrica.

Em 2024, como coordenadora do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas, apresentei moção para criação de comissão temática de inclusão de gênero e minorias no âmbito do Fórum Nacional de Comitês de Bacias. A Comissão foi instituída em fevereiro de 2024, sob minha coordenação, e desde então vem buscando promover avanços para a equidade de gênero e a inclusão de minorias na gestão de recursos hídricos.

Em 2025, após mais de duas décadas atuando na gestão de recursos hídricos, tive o privilégio de testemunhar a recuperação do equilíbrio ecossistêmico da Lagoa Rodrigo de Freitas. Momento oportuno para a implementação do instrumento de enquadramento, no Comitê da Baía de Guanabara, uma vez que a sociedade passou a demandar o contato direto com a água da lagoa, tendo em vista a melhora de sua qualidade. Celebro essa vitória como um importante marco na gestão hídrica guanabarina, bem como na minha trajetória profissional na área, iniciada justamente nesse território.



Especializada em Direito Ambiental pela PUC-Rio, mestre em Engenharia Urbana Ambiental pela Technische Universität Carolo-Wilhelmina zu Braunschweig e PUC-Rio e doutora pelo Instituto de Economia da UFRJ. Atualmente atua como Vice-presidente do Comitê da Baía de Guanabara e Coordenadora do Fórum Fluminense de Comitês de Bacia, e Embaixadora de Sustentabilidade do RENOVA-BR.

# Ana Carolina Argolo

---

“Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tampouco o homem.” - Heráclito de Éfeso

**F**oi a minha natureza curiosa e investigativa que me conduziu às geociências. Sempre busquei compreender o que está além da superfície — e, talvez por isso, a água tenha se tornado meu maior fascínio.

A água me encanta em todas as suas dimensões: no seu comportamento na superfície e no subsolo, na capacidade de contar histórias por meio de sua composição química e nos segredos que revela sobre o tempo através dos estudos isotópicos. Do ponto de vista científico, a água é muito mais profunda do que aparenta. Mas ela não é apenas objeto de estudo — é a fonte primordial da vida, e sua gestão é essencial para garantir sua disponibilidade para as futuras gerações.

Com o tempo, compreendi que o ciclo da água vai além dos processos físicos. Ele inclui as pessoas. Nossa atuação é determinante para assegurar que esse bem vital seja protegido e gerido de forma sustentável. A água possui valor econômico, mas carrega também valores sociais e culturais profundos, impactando realidades diversas — de grandes cidades a comunidades que vivenciam a escassez.

Durante minha atuação na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, tive a oportunidade de conhecer essa diversidade de contextos e acompanhar o engajamento das comunidades nos comitês de bacia. Presenciei o entendimento concreto do valor de cada gota e, sobretudo, o protagonismo das mulheres. A relação entre mulher e água é forte, presente e transformadora — seja na gestão, na ciência ou na mobilização social.

Uma experiência que me marcou profundamente foi o encontro Mulheres das Águas II, realizado em Natividade, no sudeste do Tocantins, reunindo cerca de 500 mulheres para discutir a gestão dos recursos hídricos. O evento foi organizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manuel Alves e pelo Governo do Tocantins, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Esse encontro teve um significado especial porque, anos antes, estive naquele mesmo território como geóloga em formação, mapeando uma área cortada pelo Rio Manuel Alves. Durante semanas, vivi imersa na paisagem, coletando dados e aprendendo com o rio. Naquele momento, eu não poderia imaginar que retornaria a Natividade sob outra perspectiva. Aquela experiência, silenciosamente, ajudava a

construir o caminho que me levaria a ser uma Mulher pelas Águas.

O que mais me tocou nesse reencontro foi a beleza da diversidade cultural e geracional das mulheres ali presentes. Mulheres jovens e experientes, técnicas, gestoras, agricultoras, lideranças comunitárias — cada uma trazendo sua vivência, seu conhecimento e sua forma única de se relacionar com a água. Essa diversidade é uma força transformadora. Ela amplia perspectivas, fortalece a governança e torna as decisões mais sensíveis às realidades dos territórios.

Reconhecendo essa potência, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico tem promovido iniciativas que incentivam a participação feminina na gestão e na governança dos recursos hídricos, fomentando espaços de escuta, formação e articulação. Fortalecer a presença das mulheres não é apenas uma questão de equidade, mas uma estratégia essencial para construir soluções mais sustentáveis, inovadoras e inclusivas.

Nesse contexto, a Plataforma Mulheres pelas Águas surge como um espaço de conexão, visibilidade e mobilização. Mais do que uma iniciativa com o apoio institucional da ANA, ela representa um movimento coletivo que reconhece, valoriza e impulsiona o papel das mulheres na governança das águas, promovendo sua participação ativa tanto nos espaços de decisão quanto no mercado e nos campos técnico e científico. Ao fortalecer redes e ampliar vozes, a plataforma contribui para uma governança mais diversa, representativa e preparada para os desafios do presente e do futuro.

A vida, assim como a água, tem seus ciclos. Ela percorre caminhos invisíveis e, no tempo certo, revela seu propósito. Hoje, reconheço que minha trajetória é parte desse fluxo — um compromisso contínuo com o conhecimento, com a gestão responsável e com a construção de um futuro em que a água siga sendo fonte de vida, equidade e transformação.

Hoje compreendo que não foi apenas a água que moldou minha trajetória — foi também ela que me ensinou que persistir, conectar e transformar são movimentos contínuos. E é nesse fluxo que sigo, como parte de uma geração de Mulheres pelas Águas.



Ana Carolina Argolo é geóloga e diretora da ANA. Formada pela UnB e pós-graduada pela USP e UnB, dedica sua trajetória à gestão e à construção de um futuro mais sustentável.

# Ana Paula Fioreze

---

“Mulheres trabalhando juntas, unidas, informadas e educadas, podem trazer paz e prosperidade a este planeta tão sofrido.” - Isabel Allende

Mulheres na gestão da água: transformando realidades

**C**omo a maioria das mulheres, cresci ouvindo do mundo o que somos e o que não somos, o que podemos ou não. Engenheira Agrônoma era uma das coisas que talvez uma mulher não devesse ser (poucas formandas, muita desconfiança). Nos primeiros anos trabalhando com recursos hídricos, me pareceu também que era um espaço não esperado para mulheres: não raro fui a única mulher nas reuniões, na fiscalização, nas equipes técnicas; mesas e painéis exclusivamente masculinos eram a regra na maior parte dos eventos sobre água e, mais que tudo, nos espaços de decisão; já fui convidada a “embelezar a mesa”; uma amiga (competentíssima, reconhecida e em alta posição de chefia) foi alertada pelo colega de mesmo de que “não estava na reunião para falar”, talvez para fazer a ata. Isso tudo no século XXI.

Aos poucos, esse cenário começou a mudar: um número maior de mulheres ocupa posições técnicas, acadêmicas e institucionais com mais força. Em 2018, na organização do Fórum Mundial da Água no Brasil, exigimos a presença de mulheres, jovens e não brancos em todas as mesas. Apesar de algumas reações mal disfarçadas, fomos bem-sucedidas em mostrar que existimos aos montes e que somos capazes de excelência técnica e debates relevantes sobre a água. Iniciativas como a Plataforma de Talentos - Mulheres pelas Águas, da REBOB Mulher, pretendem dar visibilidade a essas mulheres. Hoje alguns eventos já não precisam de exigência formal para alcançar equilíbrio de gênero. Em casos ainda raros, mesas inteiras são compostas por mulheres altamente qualificadas debatendo hidrologia, regulação, infraestrutura, segurança hídrica, usos da água e adaptação à mudança do clima.

Na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, vivemos um momento simbólico e estruturante: depois de duas Diretoras-Presidentes em sequência, temos uma Diretoria Colegiada majoritariamente feminina. O concurso público mais recente trouxe um número expressivo de especialistas mulheres, que logo deverão estar em posições de comando. Comitês, agências de bacia, agências reguladoras e órgãos gestores dos Estados têm ampliado a presença feminina em suas diretorias e coordenações. Mais do que estatísticas, trata-se de uma transformação cultural e institucional lenta, mas que parece começar a se consolidar.

Mas ainda há um caminho importante a percorrer.

A agenda da água não pode ser dissociada da realidade das desigualdades. O monitoramento das metas do ODS 6, Água Limpa e Saneamento, mostra que persistem no Brasil diferenças significativas no acesso à água potável, ao esgotamento sanitário e às instalações de higiene. Quando desagregamos essas informações, ficam evidentes as distâncias que ainda separam regiões, territórios vulnerabilizados e populações historicamente excluídas. A ausência de coleta e tratamento de esgoto afeta desproporcionalmente mulheres e meninas,

seja pela sobrecarga de cuidados, seja pela exposição a riscos sanitários e à violência em áreas sem infraestrutura adequada. A desigualdade no acesso ao saneamento é também desigualdade de tempo, de oportunidades e de segurança.

No cenário internacional, relatórios recentes alertam para um mundo que está vivendo além de seus limites hidrológicos, aproximando-se de situações de falência hídrica em diversas regiões e a mudança do clima agrava esse quadro. Secas prolongadas, enchentes mais intensas e eventos extremos cada vez mais frequentes atingem de forma desproporcional quem já vive em situação de maior vulnerabilidade. Em crises hídricas ou desastres associados à água, as mulheres, sobretudo as mais pobres, são mais expostas a perdas de renda, insegurança alimentar, deslocamentos e sobrecarga de trabalho. Falar de adaptação climática e de resiliência hídrica é também falar de justiça social e de gênero.

Embora sejamos fortemente impactadas, ainda somos sub-representadas nos espaços de decisão. A participação feminina em órgãos gestores de recursos hídricos e nos colegiados ainda é inferior à masculina. A presença de mulheres, apesar de crescente, permanece minoritária nas áreas profissionais mais diretamente ligadas à água.

Essa lacuna importa. A gestão integrada dos recursos hídricos pressupõe participação ampla e efetiva. Não há governança da água sem diversidade de vozes. Não há resiliência hídrica sem inclusão. Não há condições para estabilidade social, desenvolvimento sustentável e paz sem acesso pleno a um dos direitos mais básicos, que é a água em quantidade e qualidade adequadas.

Em um futuro tão desafiador, é mais inteligente incluir nas decisões aqueles que são mais afetados e serão responsáveis pelo sucesso ou fracasso de cada iniciativa na sua implementação. Quando mulheres e todos os grupos tradicionalmente excluídos participam ativamente da formulação de políticas, do planejamento de bacias, da regulação e da produção de dados, ampliamos a capacidade de identificar riscos, antecipar conflitos, priorizar investimentos e construir soluções cooperativas. A ampliação da presença e da participação feminina efetiva nos espaços de representação e de tomada de decisão, deve ser uma luta de mulheres e homens por um mundo mais resiliente, justo e sustentável.

Mulheres antes de mim não se conformaram com papéis tradicionais e abriram as portas da gestão dos recursos hídricos, insistiram, se provaram constantemente. Recebemos o caminho e a possibilidade mais concreta de desempenhar um papel relevante nessa história. Ao olhar para minha própria caminhada, vejo que cada espaço ocupado por uma mulher abre caminho para outras. Cada mulher presente e atuante, cada grupo que apoia e compartilha espaços, derruba parte do muro de limitações que insistem em querer erguer ao redor das nossas meninas. Como água mole em pedra dura, que bate até furar, persistimos e ampliamos a construção de uma agenda transformadora. Gota a gota.

<sup>1</sup> Encarte especial sobre as desigualdades no acesso ao saneamento e às instalações de higiene no Brasil: indicadores ODS 6 com base no Censo 2022 – disponível em <https://acesse.one/G87VZ>



Agrônoma, mestre em Solo e Água. Foi Gerente de Outorga em Goiás e está na ANA desde 2010, em diferentes funções. Hoje é Superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos.

# Ana Paula Zubiaurre Brites

---

“Viver com propósito é entender que, ao cuidar da água, cuidamos das pessoas, das cidades e do futuro – e é nesse cuidado que se constrói o compromisso com a vida.”

**M**inha relação com a água teve início ainda na infância, quando me inquietava ao ver reportagens sobre populações sem acesso a esse recurso – percepção que despertou em mim um impulso genuíno de cuidar e buscar soluções, ainda que de forma ingênua.

Anos depois, já na graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Maria, em uma formação inicialmente voltada às estruturas, esse sentimento reencontrou seu caminho quando fui apresentada às disciplinas da área de recursos hídricos e meio ambiente. Nelas, passei a me reconhecer na dinâmica dos rios, das bacias hidrográficas e em suas relações com cidades, paisagens e pessoas, fazendo com que aquela inquietação antiga se transformasse, gradualmente, em escolha, paixão e propósito. Foi também nesse período que passei a compartilhar essa trajetória com meu colega e companheiro de vida, Joaquin Bonnacarrere, com quem divido, desde então, os desafios e o compromisso com a gestão das águas.

No mestrado, ao estudar os impactos do sistema de drenagem urbana na qualidade da água dos rios, passei a enxergar a maneira como as cidades se relacionam com as águas. Sob a orientação da professora Dra. Maria do Carmo Cauduro Gastaldini, desenvolvi rigor metodológico e disciplina, que estruturam minha forma de atuar.

No doutorado, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, orientada pela professora Dra. Monica Ferreira do Amaral Porto, aprendi a pensar a água de forma sistêmica, estratégica e integrada, compreendendo o papel do planejamento e dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. Estudar rios, metas de qualidade e custos de despoluição deixou de ser apenas um exercício técnico e passou a ser a base para a tomada de decisão.

Ao longo da minha trajetória profissional, a água me conduziu por diferentes caminhos – quase como um fluxo natural. Na Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica, aprendi a enxergar a cidade a partir das bacias hidrográficas, atuando em projetos de drenagem, revitalização de cursos d'água, planejamento urbano, modelagem hidrológica e recuperação ambiental.

A partir de 2022, ao ingressar na Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, dediquei-me à regulação do saneamento e passei a compreender, de forma mais concreta, o impacto direto desses serviços na saúde,

na dignidade e na qualidade de vida da população. Atuei na elaboração de estudos e no aperfeiçoamento de normas e procedimentos técnicos, visando à adequada prestação dos serviços, com foco na eficiência e no interesse público.

Essa experiência ampliou meu olhar sobre o papel das instituições públicas e fortaleceu minha convicção de que uma boa regulação gera resultados concretos para a sociedade. Foi nesse momento da minha trajetória que, em novembro de 2024, fui indicada para compor o primeiro Conselho Diretor da Agência de Águas do Estado de São Paulo ( SP-Águas). Hoje, reconheço que cada etapa — da pesquisa acadêmica aos projetos de campo, da consultoria à regulação — contribuiu para esse momento. Estar à frente de uma agência dedicada à gestão dos recursos hídricos do Estado de São Paulo é mais do que assumir um cargo: é assumir uma responsabilidade que impacta diretamente a vida das pessoas.

A água deixou de ser apenas objeto de estudo para se tornar missão: garantir segurança hídrica, equilibrar usos, fortalecer a participação social e tomar decisões técnicas com responsabilidade pública. É um trabalho que exige método, escuta, equilíbrio e, principalmente, cuidado.

Quando olho para trás, percebo que nunca escolhi a água apenas como área de atuação; ela se tornou um propósito. E hoje, na SP-ÁGUAS, sigo com a mesma motivação que senti lá no início: cuidar desse recurso essencial para que continue sustentando vidas, cidades e futuros.



Diretora · SP Águas – Agência de Águas do Estado de São Paulo, engenheira civil com doutorado em Engenharia Hidráulica e Sanitária.

# Ane Lourdes de Oliveira Jaworowski

---

“O mar, que chama todas as coisas, me chama e devo embarcar. Pois, ficar, apesar das horas que queimam na noite, é congelar e cristalizar e ficar colado a um molde.”  
- Khalil Gibran

**T**anto na vida pessoal como na profissional, considero o ambiente ao meu redor como uma grande fonte de experiências, aprendizado e oportunidades de mudanças e aperfeiçoamento, como se estivéssemos todos em um grande caldeirão onde, graças à água, é possível misturar ingredientes, sabores, texturas e nutrientes para prepararmos a refeição nossa de cada dia.

Para isso, tenho a sorte de contar com pessoas formidáveis na família, entre os amigos e entre os colegas. Dos bebês recém-chegados aos decanos, misturamos curiosidade, habilidades, forças e fragilidades, altruísmo e inseguranças, todos com prazer tanto em aprender quanto em ensinar, deixando a vida mais rica, mais prazerosa e mais saudável.

Na atuação em estudos e projetos de engenharia e de recursos hídricos, tenho a honra e o privilégio de trabalhar e conviver com profissionais de diversas disciplinas, entusiastas em suas áreas. De recém-ingressados aos de vasta experiência, aprendem e ensinam com entusiasmo tanto as artes do ofício como os aprendizados da vida; misturamos ideias e boas técnicas, erudição e novas tecnologias, para prepararmos juntos o que temos a oferecer, na sua melhor forma.

Nos projetos de obras hidráulicas, vejo a equipe atuar com o cuidado e a precisão requeridos, “a água não tolera erros”, previnem os mais experientes. Acompanhando planos de bacias e propostas de enquadramento de corpos d’água, nas consultas e audiências públicas percebo que elas, que dão à luz, vida, que nutrem, que limpam, que abençoam, como se, em um reconhecimento recíproco, lutam com mais afinco, com mais paixão e com mais desespero. Todos empenhados na proteção da água, na proteção da vida.

Após anos nadando em piscinas, desde 2019 me aventuro em travessias em águas abertas. Recreação de contato direto, requer classe de qualidade no mínimo 2 para águas doces e 1 para águas salinas e salobras. E do nadador, o que é requerido?

Diante do desafio na água, surgem perguntas semelhantes às que fazemos diante da vida, diante de nós mesmos. O que tem lá? O que tem no fundo? Eu vou sofrer? Vou aguentar? Eu consigo?

Muitas vezes no mesmo local, mas nunca na mesma água, a cada prova tentamos vislumbrar o que vamos enfrentar: às vezes límpida, tépida, hospitaleira; às vezes cruel,

turva, implacável. Mas o nadador que avalia o desafio também nunca é o mesmo: a cada prova, um pouco mais experiente, mais calejado, um pouco mais ciente de sua capacidade, mas nunca pronto. Claro que não enfrentamos a água, sabemos que não somos páreos, enfrentamos a nós mesmos. Temos sempre, é claro, a opção de não entrar na água e ficar somente olhando da praia, sem sofrer, sem sentir, sem crescer.

Escolho entrar. Como ela vai me receber dessa vez? Vai me deixar fluir, me ajudar com uma corrente a favor, me aquecer e me refrescar e, com isso, me acariciar e me incentivar para o próximo encontro? Ou vai me impor resistência severa, frio, medo, me fazer duvidar da minha capacidade e me levar a superar o que eu achava que era meu limite e, com isso, me fortalecer e me incentivar para o próximo encontro? De qualquer forma, sempre quero, espero e me preparo para o próximo, porque, nesses anos de relacionamento com a água, com a vida, aprendi que os encontros nem sempre são agradáveis, nem sempre são cruéis, mas sempre podem nos deixar melhores.

Na graduação, na pós-graduação e nos anos de atuação em projetos e estudos em recursos hídricos, estudamos hidrologia, hidráulica, tempo de recorrência e a cheia de 1941. Sempre ouvimos que a pior cheia é a que ainda está por vir, mas não esperávamos presenciar essa situação — e nada nos preparou para isso.

Em 2024, na cheia ocorrida no Rio Grande do Sul, em Canoas, cidade onde moro, cerca de 60% do território foi atingido, e vimos uma amostra do poder da força colossal da água.

Mas, se presenciamos um evento climático extremo da natureza, testemunhamos também um ato que só os humanos podem oferecer: a compaixão. Quando o ser humano clama pela vida, o outro ser humano, independentemente de qualquer divergência, ajuda. Metade da população foi atingida e a outra metade foi resgatar: receberam, secaram, vestiram, abrigaram, alimentaram, doaram, acolheram, consolaram. E, assim que puderam, seres humanos de todos os cantos atenderam ao chamado. Os pedidos de socorro por áudio no WhatsApp, famílias atônitas caminhando nas ruas, abrigos improvisados em todos os locais onde cabiam pessoas, a falta de colchões, de água potável, de gás de cozinha, de cebola, — não assistimos em um filme de cenário distópico; nós vivenciamos.

A água nos deixou cicatrizes. Ela não é má, não quer se vingar, não é pessoal, ela apenas segue seu curso, passando por onde tem de passar, desviando, galgando e arrastando quando preciso, obstinada, indômita. Aos nossos olhos, foi cruel, implacável, triste. O que nos resta? Mais uma vez, podemos aprender com ela. Não aprendemos em 1941? Será que reteremos algum conhecimento agora? Na cheia que ainda está por vir, estaremos mais bem preparados? Claro que não pretendemos enfrentá-la — sabemos que não somos páreos — enfrentaremos os resultados das nossas decisões e, nesse caso, nem todos teremos a opção de não entrar na água e ficar apenas olhando da praia.



Graduada em Engenharia Civil pela UFRGS, mestre em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pelo IPH/UFRGS, nadadora master de água abertas.

# Barbara Vilches

---

“O olhar político e feminino na gestão das águas: coragem para transformar.”

**M**inha trajetória com a gestão das águas não começou na técnica. Começou na responsabilidade. Ao assumir a prefeitura do meu município, compreendi que governar uma cidade é, antes de tudo, cuidar da vida, e a água atravessa todas as políticas públicas, da saúde à educação, do meio ambiente ao desenvolvimento urbano.

Desde o início da gestão, busquei caminhos para enfrentar desafios históricos por meio do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos). Esse percurso me levou aos Comitês de Bacia Hidrográfica, espaços que aprendi a reconhecer não apenas como fóruns técnicos, mas como ambientes decisivos para o futuro das cidades. Passei a ocupá-los como mulher, prefeita e agente política, consciente de que a presença política qualificada também é essencial para que boas decisões saiam do papel.

Em um Encontro Integrado do Comitê da Bacia do Paranapanema, em Avaré, vivi uma experiência que marcou profundamente minha caminhada. Durante quase todo o evento, fui a única prefeita presente. Havia excelência técnica, mas pouca representação política. Permaneci ali por dois dias e meio, ouvindo, aprendendo e compreendendo a complexidade da gestão hídrica. Saí com a convicção de que a política precisa estar nesses espaços com humildade, compromisso e disposição para aprender, porque decisões sobre água são, acima de tudo, decisões sobre pessoas.

Foi nesse mesmo encontro que uma conversa informal transformou a história do meu município. Ao relatar um problema crônico de saneamento, um bairro onde, por mais de 30 anos, o esgoto corria a céu aberto e era despejado em um córrego, abriu-se um caminho inesperado. Aquela troca gerou articulação, diálogo e, mais tarde, uma solução concreta. O que por décadas parecia insolúvel tornou-se dignidade, saúde pública e respeito ao meio ambiente. Aprendi ali que presença gera oportunidade, e que ocupar espaços também é um ato político de cuidado.

Essa lógica de cuidado e coragem também guiou a transformação da Secretaria Municipal de Água e Esgoto. Assumimos um serviço público desacreditado,

marcado por falhas recorrentes, descontinuidade e pela perda da confiança da população. Não era apenas um problema estrutural, era um problema de relação com as pessoas.

Escolhemos reconstruir essa história com planejamento, responsabilidade e sensibilidade. Ao longo dos anos, o serviço de água deixou de ser sinônimo de reclamação para se tornar referência regional de gestão pública, inclusive quando comparado a modelos privados. Recuperamos a credibilidade, fortalecemos as equipes e mostramos que o poder público, quando bem conduzido, é capaz de entregar eficiência, qualidade e sustentabilidade.

Esse processo não se explica apenas por números ou decisões técnicas. Ele nasce de um olhar feminino que entende que soluções nem sempre são imediatas ou puramente racionais. Muitas vezes, é a sensibilidade para ouvir, a coragem para enfrentar resistências e a persistência diária que transformam realidades. Cuidar da água exige mais do que infraestrutura: exige compromisso com a vida.

Acredito profundamente que a presença das mulheres na gestão das águas fortalece o sistema como um todo. Levamos para esses espaços integração, empatia, firmeza e visão de longo prazo. Quando mulheres ocupam esses lugares, a política deixa de ser apenas decisão formal e se transforma em ação concreta que protege recursos, reconstrói serviços e transforma vidas, hoje e para as próximas gerações.

Finalizo reafirmando meu compromisso de continuar cuidando das águas em todos os lugares que a vida me permitir estar: como prefeita, exercendo a responsabilidade pública; como cidadã, defendendo o bem comum; e como mãe, consciente de que cada decisão tomada hoje desenha o futuro que deixaremos para nossos filhos.



Prefeita de Presidente Venceslau-SP, Presidente do Comitê de Bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema

# Camila Rocha Viana Cunha

---

“E a vida, como metáfora de um rio, tudo traz, tudo leva, tudo lava.” – Livro Tudo é rio, de Carla Madeira

**A**s mudanças climáticas são sentidas pela água, nos rios que secam, nas chuvas que atrasam e nas enchentes que avançam. A crise climática é, sobretudo, uma crise da água, na escassez e no excesso, impactando a segurança hídrica das pessoas e o desenvolvimento sustentável do território.

É nesse contexto que nasce a Agência de Águas do Estado de São Paulo ( SP-Águas), com a missão de fortalecer a regulação dos recursos hídricos e promover a resiliência hídrica no território paulista. Criada pela Lei Complementar nº 1.413/2024, a partir da transformação do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a nova agência reguladora possui, entre suas competências precípuas, a outorga do direito de uso dos recursos hídricos, a fiscalização de barragens e dos usos múltiplos e o monitoramento hidrológico.

A SP-Águas possui autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira e é dirigida por um Conselho Diretor, composto por diretores com investidura a termo e estabilidade de seus mandatos. Esse arcabouço normativo cria condições para uma regulação independente, transparente e equilibrada, indispensável à garantia dos usos múltiplos, em um cenário onde a água é bem escasso, e indispensável à vida humana.

A minha trajetória profissional foi atravessada de forma decisiva pela criação da SP-Águas.

Como Procuradora do Estado de São Paulo, fui consultora jurídica em diversos projetos envolvendo saneamento básico e meio ambiente. Porém, em julho de 2024, quando me tornei Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), tive a oportunidade de dialogar de forma mais próxima com os órgãos e entidades integrantes do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), expressão do pioneirismo paulista na construção de uma gestão descentralizada, integrada e participativa da água.

Na Subsecretaria, acompanhei a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 35/2024, que resultou na Lei Complementar nº 1.413/2024, e as discussões envolvendo a estruturação da recém-criada agência de águas estadual.

Esse percurso me levou a assumir, em dezembro de 2024, o cargo de Diretora-Presidente da SP-ÁGUAS com um propósito: honrar o legado do DAEE mirando o futuro da gestão de recursos hídricos. Em um mundo em transformação, garantir que a água continue a fluir — com qualidade, em quantidade e de forma justa — é garantir vida, dignidade e desenvolvimento sustentável para todos.

Esse é a missão da SP-Águas, instituição que muito me orgulha e que representa o maior desafio profissional da minha vida.



Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mestrado em Direito Administrativo pela USP e em Economia pela Fundação Getúlio Vargas. É Procuradora do Estado de São Paulo desde 2013, tendo integrado a Assessoria de Empresas e Fundações, a Assessoria Jurídica do Gabinete da PGE/SP e a Consultoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL). Coordenou o grupo de trabalho da PGE/SP responsável pelo acompanhamento da tramitação legislativa do novo marco legal de saneamento básico. Foi Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da SEMIL.

# Carolina Assunção Ramos

---

“Há águas que não se exibem: infiltram-se silenciosas pela terra, compondo histórias antigas e, mesmo ocultas, sustentam rios inteiros.”

**M**inha trajetória pela água iniciou ainda na graduação, quando ingressei no curso de Geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Durante as disciplinas, fui apresentada ao campo dos recursos hídricos e percebi, de forma imediata, que desejava direcionar minha atuação profissional para esse tema, especialmente pela sua relevância para o desenvolvimento da vida humana. Desde então, participo do Núcleo de Estudos Hidrogeológicos e do Meio Ambiente, do qual sou extremamente grata por todo suporte e aprendizados.

Assim que finalizei a graduação, ingressei no mestrado profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos pela Agência Nacional de Águas, no polo da UFBA. Durante a pós-graduação, vivenciei a realidade de que, mesmo entre profissionais qualificados, as águas subterrâneas ainda são tratadas com menor familiaridade em comparação às águas superficiais. Como única geóloga da turma, identifiquei o distanciamento que muitos profissionais da hidrogeologia ainda têm em relação às discussões sobre gestão. Esse fato ampliou minha percepção e reforçou meu interesse em integrar os conhecimentos técnicos hidrogeológicos com os procedimentos institucionais e regulatórios do sistema de recursos hídricos.

Durante o mestrado, elaborei modelos matemáticos integrados de águas subterrâneas e superficiais, como subsídio à avaliação dos critérios de outorga de direito de uso de recursos hídricos subterrâneos no Oeste Baiano. Nesse território, ocorre um dos principais mananciais hídricos do Brasil: o Sistema Aquífero Urucuia (SAU). A ocorrência do SAU possibilitou o rápido avanço das atividades agrícolas na região, alcançando grande importância econômica e social, além de acentuados conflitos pelo uso da água e elevada pressão sobre o sistema regulatório.

Ainda nesse contexto, e entusiasmada pela hidrogeologia do Sistema Aquífero Urucuia, sigo, atualmente, no doutorado, analisando, por meio de investigação multicritérios, a relação de alta conectividade hidráulica entre as águas subterrâneas e superficiais em uma das maiores fronteiras de agricultura irrigada intensiva do Brasil.

Em termos de atuação profissional, durante o mestrado iniciei também minha jornada empreendedora ao fundar uma empresa de consultoria ambiental e em recursos hídricos. Desde então, atuo em diversos setores, inclusive o agropecuário, oferecendo serviços voltados à regularização, consultoria hidrogeológica e promoção do uso sustentável das águas subterrâneas.

Portanto, minha trajetória reúne formação acadêmica, pesquisa aplicada e atuação profissional prática, com um compromisso contínuo: contribuir para que as águas subterrâneas deixem de ser um componente invisível e passem a ocupar o espaço necessário na gestão eficiente e responsável dos recursos hídricos.

Acredito veementemente que torná-las visíveis é fundamental para garantir decisões assertivas, assegurando sua sustentabilidade e ampliando o entendimento sobre um recurso que, mesmo pouco observado, sustenta grande parte das atividades produtivas e do desenvolvimento no nosso país.



Geóloga, mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (UFBA/ANA) e doutoranda em Hidrogeologia (UFBA). Fundadora da C-Hidro, consultoria em recursos hídricos e meio ambiente.

# Claudia Ferreira Lima

---

“A água de boa qualidade é como a saúde ou a liberdade: só tem valor quando acaba.” - Guimarães Rosa

**L**eu muito, mas escrevo com cautela. Talvez por receio de não alcançar, com palavras, aquilo que penso; talvez porque a linguagem técnica - necessária, precisa, mas muitas vezes árida - tenha, ao longo dos anos, ocupado espaço demais nos meus textos. Nós, técnicos, aprendemos a escrever de modo funcional: frases diretas, parágrafos curtos, informação clara. Nesse exercício constante de objetividade, acabamos por silenciar a poesia e conter o fluxo do pensamento. Ainda assim, ousou escrever. Ouso porque algumas histórias pedem forma, e alguns temas exigem voz: as águas subterrâneas, a participação social e o lugar das mulheres na governança da água.

Sou geóloga, formada pela UNESP, e a água me acompanha desde sempre. Não apenas a água visível dos rios e reservatórios, mas também aquela escondida sob nossos pés – antiga, profunda, muitas vezes ignorada e, paradoxalmente, indispensável – as águas subterrâneas – que sustentam cidades, agricultura, indústrias e são essenciais para o fluxo de base dos rios e a manutenção de ecossistemas.

Venho de um tempo em que o Aquífero Guarani ainda atendia pelo nome de Botucatu, e em que pouco se falava sobre sua real dimensão ou sobre a urgência de uma visão integrativa da água. Essa compreensão avançou, é verdade, mas ainda caminha. E o caminho, aprendi, segue. Sempre segue.

Minha trajetória profissional começou na iniciativa privada, em empresas de perfuração de poços tubulares profundos. Foi ali, no contato direto com obras de captação, que aprendi a respeitar e entender estas águas. Mais tarde, cheguei a Brasília para atuar no Ministério do Meio Ambiente (MMA), na antiga Secretaria de Recursos Hídricos, integrando o Projeto Sistema Aquífero Guarani (PSAG). O PSAG foi mais do que um projeto técnico: foi um ponto de inflexão. Pela primeira vez, as águas subterrâneas atravessaram o nicho do debate acadêmico e passaram a ocupar espaços de governança.

A partir dessa experiência, as águas subterrâneas deixaram de ser um tema restrito a especialistas. O projeto lançou as bases para o Programa de Águas Subterrâneas do Plano Nacional de Recursos Hídricos (2006) que contou com o trabalho incansável da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS). Pouco a pouco, o que era invisível começou a ganhar nome, lugar e reconhecimento. As águas subterrâneas passaram a aparecer na mídia, nos processos formativos e de educação ambiental e no currículo das escolas públicas.

Guardo com nitidez o dia em que encontrei, no livro escolar dos meus filhos, um capítulo dedicado ao Aquífero Guarani e águas subterrâneas. Aquele momento condensava anos de trabalho coletivo. Ver um tema antes considerado hermético e inacessível, chegar ao ensino básico, foi uma confirmação de que a persistência transforma e agrega conhecimento.

Ao olhar para o futuro, desejo que a gestão dos recursos hídricos – principalmente a outorga - avance para além das fronteiras artificiais entre águas superficiais e subterrâneas. Que

a gestão conjuntiva\* deixe de ser conceito e se torne prática; que os balanços hídricos incorporem as águas subterrâneas; que as áreas de recarga sejam protegidas com o mesmo cuidado dispensado aos corpos d'água superficiais e que uma rede de monitoramento de recursos hídricos subterrâneos, ampla e consistente, sustente decisões técnicas, embasadas e consistentes.

No MMA, tive ainda a oportunidade de atuar no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), onde integrei a Secretaria-Executiva. Essa vivência permitiu compreender a importância dos colegiados: a riqueza dos debates, a complexidade dos processos de construção de resoluções e o trabalho intenso e complexo — muitas vezes invisível — de organizar reuniões, mediar discussões e elaborar documentos. Trata-se de um processo, que de maneira precipitada pode ser rotulado como lento, mas carrega uma virtude rara: resiste à tentação das decisões unilaterais e aposta no pluralismo. Não há governança possível sem participação efetiva. Essa foi, talvez, a lição mais importante de todo o percurso. A participação de múltiplos atores é a base de uma boa governança, especialmente quando se trata de um recurso natural, de domínio público e vital como a água.

Adicionalmente, fui representante da antiga Câmara Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços e ainda atuo junto a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), como representante do MMA. Hoje, dedico-me aos recursos hídricos transfronteiriços e à cooperação internacional. Coordenei o Projeto de Porte Médio do Aquífero Guarani e o Projeto da Bacia do Prata, e represento o Brasil no Centro Regional de Águas Subterrâneas para a América Latina e o Caribe — Centro de Categoria 2 da UNESCO (CEREGAS) e no Internationally Shared Aquifer Resources Management (ISARM).

Pode parecer óbvio, mas é sempre preciso repetir: as águas não reconhecem fronteiras, nem mesmo às subterrâneas, e os processos de governança precisam ser, necessariamente, integrados entre diferentes países e entes federativos.

Nesse campo da cooperação internacional, um dado merece destaque: no Projeto de Porte Médio do Aquífero Guarani, três dos quatro coordenadores nacionais eram mulheres — do Brasil, da Argentina e do Uruguai — todas geólogas, com formação técnica sólida e longa experiência. Essa presença feminina não é casual; é fruto de décadas de trabalho, de persistência e de espaços conquistados. É também um sinal de que as estruturas, ainda que lentamente, podem mudar.

Para encerrar, recorro a Salman Rushdie, em *A Feiticeira de Florença*, ao narrar a história de Fatehpur Sikri, capital grandiosa do Império Mogol, que foi abandonada por uma razão simples e absoluta: a falta de água. Diz o autor:

“Sem água não somos nada. Até mesmo o imperador, privado de água, logo se transformaria em pó. A água é o verdadeiro monarca, e nós todos somos seus escravos.”

Sem água, nada somos. Cuidar das águas exige uma governança aberta, plural e participativa — que reúna sociedade civil, usuários, poder público e academia — e que reconheça o papel essencial das mulheres, sem se esquecer das águas subterrâneas.

(\*) Conjuntive Water Management/ Gestão Conjuntiva de Águas- UNESCO (2020) é uma abordagem para a gestão de recursos hídricos na qual as águas superficiais, as águas subterrâneas e outros componentes do ciclo da água são considerados como um único recurso e, portanto, geridos com a maior coordenação possível, a fim de maximizar os benefícios globais da água a curto e longo prazo. (tradução livre).



Possui graduação em Geologia pela UNESP. Especialização em recuperação de áreas degradadas - Universidade Federal de Viçosa (2016). Mestrado Recursos Hídricos (2023). Atualmente trabalha no Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Tem experiência na área de geologia, águas subterrâneas, gestão de recursos hídricos transfronteiriços, governança e cooperação internacional, secretaria executiva do Conselho Nacional Recursos Hídricos - CNRH, representante da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Participação na elaboração do Novo Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH (2022-2040), ex coordenadora Nacional do PPM -Prata, atual Coordenadora Nacional do PPM -Guarani, representante brasileira no ISARM-Américas - (International Shared Aquifer Resources Management Américas - UNESCO e do CEREGAS - Centro Regional Gestão Águas Subterrâneas - UNESCO e representante suplente no CIC-Plata.

# Cristiane Collet Battiston

---

“A sociedade e o planeta precisam de lideranças femininas.”

**J**á ouviram falar que trabalhar com a gestão de águas é apaixonante e viciante? Eu já ouvi e acho que é mesmo. Acredito que seja por causa do impacto que esse trabalho tem na vida, em toda vida.

Quando eu estava na adolescência, eu queria ser veterinária, mas não pude. Então fui fazer engenharia civil e tive muitas dúvidas se eu iria gostar. Descobri durante o estágio na companhia de saneamento que eu iria, e muito, porque vi a diferença que meu trabalho poderia fazer na vida das pessoas.

Nas férias, antes de iniciar o terceiro ano, eu comecei, junto com uma de minhas melhores amigas, a fazer estágio voluntário na área de operação do sistema de abastecimento de água. O setor estava sem profissional de engenharia na época. O técnico responsável nos desafiou a resolver o problema do sistema em um dos bairros da cidade que só estava recebendo água durante a noite e a madrugada. Era um dos bairros que reuniam a população mais socialmente vulnerável da cidade.

Ainda não havíamos cursado a disciplina de saneamento, mas já sabíamos sobre hidráulica e não tínhamos medo de estudar e trabalhar. Em uma sala enorme, unimos como peças de um grande quebra-cabeça as inúmeras folhas de papel A1 com as cópias do cadastro para entender o sistema, seguindo cada rede e dividindo as zonas de pressão. Fizemos muitos cálculos e fomos a campo visitar as casas e fazer medidas de pressão da rede.

Em uma das casas, uma senhora de uns 60 anos nos atendeu. Ela nos contou o quanto sua vida estava difícil. Não tinha caixa d'água e nem como armazenar água em quantidade. Trabalhava o dia todo e precisava esperar a água chegar, tarde da noite ou de madrugada, para lavar louças e roupas e limpar a casa. Estava sempre exausta. Então, chorando, ela nos disse: “Agora que tem duas mulheres aqui, eu sei que vão resolver o problema”.

Aquela situação mexeu comigo, que ainda era muito jovem. Mudou a forma como via e a importância que eu dava ao meu estudo e ao meu trabalho, porque passei a entender que o resultado deles não impactaria somente a mim.

Nós entendemos o problema e fizemos um projeto para solucioná-lo, mas não havia nenhum indicativo de que a obra seria feita. Isso me desmotivou. Naquela época eu não entendia. Mesmo o problema existindo, ele não estava na agenda dos tomadores de decisão. Mas a população do bairro se uniu e fez o problema entrar na agenda. Então a obra foi realizada e o abastecimento foi regularizado.

Eu e minha amiga voltamos a campo para medir as pressões da rede e checar se o resultado estava satisfatório. Mais uma vez encontramos aquela senhora e mais uma vez ela chorou. Chorou de alegria e nos contou como sua vida estava melhor. Ela repetiu: “Eu sabia que as mulheres resolveriam.”

Esse episódio me fez entender o que eu queria fazer e que resultados eu queria da minha vida profissional. E cada vez que eu reflito sobre ele, eu vejo quanto aprendizado ele me proporcionou e ainda me proporciona.

Eu decidi, então, me qualificar e dedicar meu trabalho a contribuir para a sociedade brasileira no campo das políticas públicas de infraestrutura, saneamento básico e recursos hídricos. Concluí a graduação e imediatamente ingressei no curso de Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Tive aulas com expoentes do setor e a oportunidade de um significativo aprofundamento de meus conhecimentos.

Trabalhei como projetista de sistemas de abastecimento de água e cursei Doutorado no Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, realizando um período de sanduíche na Universidade da Califórnia, em Davis.

Quando ingressei na Carreira de Analista de Infraestrutura do Governo Federal, iniciei minhas atividades na Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento. Aprendi muito sobre políticas públicas e conheci pessoas que se tornaram grandes parceiros profissionais. Foi lá que assumi minha primeira função de coordenação. Coordenei as equipes responsáveis pela elaboração de sete Programas do Plano Plurianual 2012-2015. Me marcou e me orgulha muito a formulação do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, pois conseguimos, com um grande grupo de instituições e de servidores altamente dedicados, organizar o trabalho interinstitucional, dar atenção significativa a ações de prevenção e estruturar sistemas de monitoramento e alerta.

Tenho muito orgulho em ter ganhado a Medalha Defesa Civil Nacional, pois, ao longo de minha carreira, atuei muito em políticas relacionadas à prevenção a desastres. Mas tive uma experiência muito intensa e de dedicação extrema quando se iniciaram as enxurradas e inundações de 2024, no Rio Grande do Sul. Eu estava na Casa Civil da Presidência da República e esse desastre teve complexidades tamanhas, que precisamos montar sala de situação específica no centro do governo para nivelar e articular as ações federais de resposta e de reconstrução. Fui conselheira no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em duas oportunidades. Atuei pela criação e fui a primeira coordenadora da Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Trabalhei por muitos anos com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no Ministério do Planejamento e na Casa Civil. Foi uma experiência incrível. A cada dia eu tinha a oportunidade de contribuir para que planos e projetos de melhoria da segurança hídrica saíssem do papel. Com as obras hídricas do PAC, conseguimos atender pessoas em situações muito mais precárias do que a daquela senhora que conheci em meu estágio. Além de melhorar diretamente a vida de muitos, essas obras também viabilizaram proteção contra desastres e desenvolvimento socioeconômico.

Em 2025, assumi uma diretoria na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, com mandato até 2030, e fui eleita a primeira mulher presidente do Conselho do Programa Hidrológico Intergovernamental da UNESCO, em seus 50 anos de existência. Essas posições são grandes desafios e grandes oportunidades. Antes de aceitá-las, eu tive receio e pensei em dizer não, mas aprendi que a sociedade e o planeta precisam de lideranças femininas, precisam de diversidade nos espaços de tomada de decisão, pois somente assim teremos decisões mais representativas, democráticas, inovadoras e inteligentes, não só na gestão das águas, mas em todas as áreas.



Engenheira Civil, Mestre e Doutora em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2025-2030). Primeira mulher presidente do Conselho do Programa Hidrológico Intergovernamental da UNESCO.

# Cristina Costa Bernardi

---

“A água revela aquilo que as mulheres sustentam há séculos: que não existe futuro sem cuidado, coragem e ação coletiva.”

**E**u costumo dizer que minha história com a água começou quase ao mesmo tempo em que iniciei minha trajetória no IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura). Em meados dos anos 1990, participei da minha primeira capacitação que unia dois temas que, à época, quase não dialogavam: gênero e recursos hídricos. O curso foi realizado em parceria com o IRC - International Water and Sanitation Centre, da Holanda, e representou um marco na minha visão sobre o papel das mulheres na gestão integrada dos recursos hídricos. Compreendi, pela primeira vez, a profundidade das desigualdades associadas ao acesso à água e como as mulheres são, historicamente, as mais impactadas - e, ao mesmo tempo, as que mais constroem soluções.

Naquele momento, o tema era praticamente inexistente nas agendas institucionais. Falar de água, gênero e agricultura ao mesmo tempo ainda soava estranho. Pude compreender que a água ensina que sua força está na conexão, e é a conexão entre mulheres, políticas e saberes que transformam a gestão da água em justiça social. Desde então, a integração entre participação feminina, gestão da água, cooperação, agricultura e políticas públicas se tornou eixo permanente da minha trajetória.

Ao longo dos anos no IICA, participei de inúmeras iniciativas voltadas à sensibilização, capacitação e fortalecimento da presença das mulheres em espaços decisórios, especialmente aqueles relacionados à gestão integrada de recursos hídricos. Sempre acreditei - e continuo acreditando - que não há gestão justa da água sem a escuta ativa das mulheres, principalmente daquelas que vivem, produzem e sustentam suas comunidades em territórios rurais.

Participei de projetos emblemáticos, como o Interáguas e outras ações de cooperação que buscavam inserir a perspectiva de gênero como elemento transversal no planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. Esses projetos mostraram, na prática, a importância de transformar estruturas e não apenas discursos.

Também coordenei e desenvolvi publicações e processos formativos que buscavam traduzir conceitos em ferramentas aplicáveis. Entre elas, destaco o livro da série Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) - que aborda o “Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero”. Embora não fosse uma obra exclusivamente sobre água, ela consolidou princípios essenciais de inclusão, participação social e desenvolvimento territorial que dialogam diretamente com a gestão dos recursos hídricos.

Apoiei ainda a realização de capacitações e intercâmbios nacionais e internacionais para mulheres do Nordeste, que integravam temas como governança da água, agricultura familiar, participação social e empoderamento feminino. Muitas dessas ações foram sementes que, ao longo do tempo, floresceram em políticas, programas e redes de mulheres que hoje ocupam espaços relevantes na gestão da água no Brasil.

Atualmente, participo da Rede de Água do IICA, uma plataforma que conecta especialistas e promove debate e ações relacionadas à gestão eficiente da água na agricultura nas Américas, focando em alianças público-privadas, troca de experiências e projetos inovadores de gestão hídrica. Faço parte ainda do Conselho Latinoamericano de Água (CLA), que corresponde a uma plataforma internacional destinada a fornecer soluções tangíveis para o desafio dos recursos hídricos no território continental da América Latina. Essas iniciativas evidenciam como a integração de saberes, tecnologias e atores pode transformar a gestão da água em práticas inclusivas e inovadoras, capazes de gerar impactos duradouros nas comunidades.

Além disso, tive a honra de compor a equipe de coordenação e seleção do Prêmio Mulheres Rurais – Espanha Reconhece, iniciativa que recebeu mais de 450 propostas de coletivos exclusivamente femininos. O prêmio permitiu visibilizar experiências de lideranças que transformam realidades, fortalecendo a presença e a voz de mulheres do campo, das florestas e das águas. Ao avaliar e selecionar as vencedoras do prêmio, foi possível destacar histórias de coragem, criatividade e cuidado coletivo, mostrando como mulheres rurais estão ativamente melhorando as condições de vida de suas comunidades e inspirando políticas públicas e ações replicáveis em diferentes contextos.

Para mim, revisitar essa caminhada significou reviver a construção de anos de diálogos, consensos, aprendizados, emoções e, principalmente, compreender que na relação água e gênero estão sempre presentes como inspiração a força, a fluidez e a resiliência.

Atualmente, reforço meu compromisso com a cooperação técnica internacional e sustentabilidade, atuando como Coordenadora Técnica no IICA Brasil, onde trabalho com temas que vão além da água, mas que mantêm a água como elemento estruturante de desenvolvimento sustentável e equidade de gênero.

Hoje, sigo comprometida com essa agenda, acreditando que a gestão da água é também gestão da vida, e que quando mulheres participam plenamente dos processos decisórios, as políticas se tornam mais justas, mais eficientes e mais humanas. Minha história com a água continua - e continua sempre ao lado das mulheres que, como eu, aprenderam que transformar o mundo começa transformando as relações.



Coordenadora Técnica do escritório do IICA no Brasil, Engenheira Agrônoma, com mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica; especialização em Desenvolvimento Rural pela Espanha; e MBA em Gestão Agropecuária Sustentável pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou como pesquisadora no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e como Especialista Sênior em Cooperação Técnica Internacional no IICA, apoiando políticas públicas para o desenvolvimento rural.

# Danielle Teixeira Tortato

---

“A gestão da água exige escuta, diálogo e constância. Como um rio, sigo trabalhando para transformar desafios em caminhos.”

**M**inha relação com a água começa antes mesmo de eu compreender o que ela representava. Desde a infância, a água sempre foi lugar de alegria, liberdade e encantamento. Eu vivia na água. Amava as aulas de natação na escola, passava horas no mar e guardo com carinho as lembranças dos encontros de clubes de serviço dos meus pais, realizados em áreas da Serra do Mar paranaense. Ali, os banhos de rio entre pedras, a água gelada correndo livre e a natureza ao redor me faziam profundamente feliz. Eu esperava por esses momentos com ansiedade, e eles marcaram para sempre a minha infância.

Ainda criança, lembro de uma conversa em casa sobre o valor da conta de água. Éramos cinco filhos, e meu pai falava da necessidade de economizar. Pequena, mas atenta, lembrei do ciclo da água aprendido na escola e sugeri: “Por que não reaproveitar a água do banho para o vaso sanitário?”. Era uma ideia simples, ingênua talvez, mas ali já existia uma consciência que eu ainda não sabia nomear: cuidado, responsabilidade, sustentabilidade.

Na adolescência, cresci ouvindo que a água seria o motivo de grandes conflitos no futuro, que uma possível guerra mundial poderia ser travada por ela. Essa ideia nunca saiu da minha cabeça. Quando entrei na faculdade de Biologia, diante de tantas possibilidades, não tive dúvidas: queria trabalhar com água. Queria contribuir para o planeta, para a natureza e, sobretudo, para as pessoas.

No último ano da graduação, um estágio promissor exigia viagens, mas a vida me apresentou uma dura travessia. Acontecimentos familiares inesperados mudaram meus planos e meu sonho precisou ser adiado.

Segui outro caminho naquele momento: mestrado em Gestão Ambiental Avançada, carreira construída entre Brasília, São Paulo, interior do Pará e Mato Grosso, sempre trabalhando com temas diversos, aprendendo, caindo, levantando e seguindo. Até que a água, mais uma vez, me encontrou.

Um antigo gestor, Ricardo J. Soavinski, lembrou de mim e me convidou para integrar a Secretaria de Meio Ambiente do Paraná. Ali conheci José Luiz Scroccaro, meu grande mentor, que mais tarde me levou ao Instituto das Águas do Paraná. Em 2019, tive meu primeiro contato direto com a gestão de recursos hídricos, inicialmente

auxiliando na organização de um grande evento, o XXI ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Aos poucos, fui mergulhando na temática.

Com a criação do Instituto Água e Terra, vieram desafios imensos. Fui nomeada gerente de Gestão de Bacias Hidrográficas sem me sentir preparada. Brinco que fui "jogada do avião sem paraquedas". Formamos uma equipe nova, aprendendo juntos, revisando leis, procedimentos, documentos, implementando a política de recursos hídricos do Estado.

Desde 2021, sigo nessa função com muito estudo, humildade e gratidão. Hoje, o Paraná conta com todos os comitês de bacias previstos, além do Comitê Interestadual do Rio Paranapanema, e seguimos avançando para a criação dos comitês interestaduais dos rios Ribeira e Iguazu. Ainda estamos em construção, mas já conquistamos muito.

Quanto mais mergulho nesse universo, mais me apaixono! Pessoas inspiradoras cruzaram meu caminho, diálogos que aquecem o coração e ampliam a consciência. Em 2024, no Fórum Mundial da Água, uma experiência no estande da Síria me emocionou profundamente ao mostrar, de forma imersiva, os impactos da escassez hídrica e dos conflitos por água. Ali, meu propósito se fortaleceu ainda mais.

Trabalhar com água é, para mim, trabalhar pela vida, pela paz e pela justiça. É lutar para que ela seja reconhecida como bem comum, acessível a todos, em quantidade e qualidade. Sou profundamente grata por viver, hoje, aquilo que um dia foi apenas um sonho de criança encantada à beira de um rio.



Bióloga, mestre em Gerenciamento Ambiental. Gerente de Gestão de Bacias Hidrográficas no Instituto Água e Terra. Atuou em órgãos como IBAMA e MMA, além de instituições privadas.

# Deborah Cristina A. Menezes Dias

---

“A água é memória e promessa: defendê-la é defender a vida e o direito de existir.” Deborah Menezes Dias

**A**prendi desde cedo a ler seus ciclos: vazante, cheia, as cores que mudavam conforme as chuvas e o vento do mar. Da janela de casa, eu observava as embarcações que cruzavam o rio, o vai e vem das marés e aquele ritmo próprio da água, que ensinava mais do que parecia. Meu irmão tinha um pequeno barco de passeio, o que fazia o rio estar sempre presente no nosso cotidiano. Meu pai, que foi comodoro do late Clube, representava algo comum entre aqueles ligados ao ambiente náutico: uma relação natural e afetiva com a água como espaço de convivência, contemplação e referência de vida.

Ao recordar esse período, é impossível não sentir um certo saudosismo. Os rios de Sergipe mudaram muito desde então, pressionados pelo crescimento urbano, pela ocupação desordenada e pela degradação acumulada ao longo dos anos. Esse contraste entre o que eu via quando era criança e o que vejo hoje, reforça o propósito do meu trabalho: é um privilégio ocupar um espaço onde posso contribuir para proteger as águas do Estado, recuperar sua qualidade e garantir que as futuras gerações possam ter com nossos rios uma relação tão viva quanto a que marcou minha própria história. Esses rios não eram cenário distante, eram presença, sustento, risco e promessa. Era ali que brincávamos, que se contavam histórias, que se via o modo como pessoas e territórios se entrelaçam pela água.

Minha entrada no universo ambiental não veio de uma sala de laboratório, mas de pranchetas e plantas. Sou arquiteta e urbanista. No desenho das cidades aprendi algo essencial: toda obra carrega a marca do lugar onde nasce. Integrar a construção com as características do território, respeitar solo, rios e gente, é também um gesto de cuidado.

Estudei e trabalhei ao mesmo tempo. Entrei na universidade em 1998 e me formei em 2005; foram anos de conciliar aulas e trabalho para bancar minha formação. Lembro do estágio que virou porta de entrada para a administração pública; lembro de abrir um escritório com amigas ainda na faculdade e dos prêmios que nos deram esperança de seguir adiante. Essas memórias me moldaram: a determinação, o respeito pelo esforço coletivo e a noção de que políticas públicas efetivas nascem de saberes diversos reunidos.

Trabalhar nas pastas de Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura e, mais adiante, na gestão ambiental, permitiu entender por onde passam as decisões que afetam rios e pessoas. A cidade, quando planejada sem ouvir seu entorno, empurra água, pessoas e problemas para lugares já vulneráveis. Por isso, a integração entre planejamento urbano e proteção ambiental não é opção: é condição para cidades justas e resilientes.

Foi na prática da gestão pública que me aproximei das comunidades ribeirinhas, pescadores artesanais, marisqueiras, catadoras de mangaba, quilombolas, povos que guardam saberes ancestrais sobre as águas e que diariamente demonstram um compromisso silencioso com a preservação.

Quando menina, eu não via tantas mulheres ocupando espaços de decisão na gestão das águas. Essa ausência também moldou meu percurso: transformou-se em impulso, em desejo de ocupar e abrir portas. Hoje, sei que as meninas de Sergipe crescem podendo olhar para diversas mulheres que atuam pela proteção ambiental e encontrar nelas uma referência possível, algo que eu mesma não tive. Essa mudança de cenário revela força, diversidade e novas formas de conduzir políticas públicas.

Como mulher, aprendi a ocupar espaços que nem sempre foram abertos. Nos conselhos, comitês e grupos de trabalho, vi a importância de representar não só cargos, mas experiências de vida. Há uma força coletiva nas mulheres que atuam pelas águas: elas conhecem a vazante das marés e a vazante das oportunidades, sabem multiplicar esforços, articular saberes e transformar cuidado em política pública. Esse protagonismo é poderoso quando encontra redes de apoio e instrumentos que o formalizam.

Os desafios são muitos: mudança climática, ocupação inadequada de áreas de risco, poluição e desigualdade social que amplifica vulnerabilidades. Mas também existem caminhos já trilhados. Em Sergipe, cuidamos da inclusão de comunidades tradicionais nos comitês de bacias hidrográficas, fortalecendo os saberes locais e as pessoas que sempre estiveram presentes na proteção dos rios. Com o programa Florestar-se Velho Chico, estamos cuidando do recaatingamento de áreas vulneráveis no entorno do rio São Francisco, no alto sertão sergipano. E com o projeto Dialogar, apenas em um ano, impactamos mais de oito mil pessoas em ações de educação ambiental que afetam as pessoas no presente e preparam o futuro. É preciso ampliar esses exemplos, garantir recursos, ampliar a participação das mulheres e ouvir quem vive a água no cotidiano.

Meu compromisso é com um processo de gestão da água que reconheça tradições e inove em governança. Entendo que proteger rios é também proteger modos de vida, culturas e futuro. Por isso, na gestão ambiental de Sergipe, buscamos dialogar com quem mais sente as mudanças: comunidades ribeirinhas, movimentos sociais, gestores municipais, universidades e o setor privado. Só assim as políticas ganham corpo e justiça social, não como enunciados técnicos, mas como ações que transformam realidades.

Ao escrever, lembro da minha filha e de como os valores que ensinamos hoje, determinarão as águas que ela vivenciará amanhã. Quero que as futuras gerações encontrem rios vivos, comunidades valorizadas e cidades que respeitem seus limites naturais. A água é um tecido de memórias e de futuro. Cuidá-la é cuidar de quem somos.



Arquiteta e urbanista, com 27 anos na gestão pública, é secretária de Estado do Meio Ambiente de Sergipe, conselheira no Conama e no CNRH, e preside o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

# Dolores Colle

---

Se tens que lidar com a água, consulte primeiro a experiência, depois a razão." - Leonardo da Vinci

# A

Até onde as águas podem nos levar?

Nascida na roça e de família humilde, o mundo parecia ter reservado para mim a mesma trajetória e o mesmo destino dos meus familiares e vizinhos.

Brotada de forma modesta na solidão das grotas, a água, de modo quase milagroso, vence inúmeros obstáculos até alcançar a vastidão dos vales e a imensidão do mar.

Quando fui provocada pela Rebob a rememorar o meu percurso na área de recursos hídricos, não tive como me esquivar de enxergar as similaridades profundas que nos irmanam: eu e a água, a água e eu.

Sou filha de agricultores familiares de Sooretama, norte do Espírito Santo, cidade situada entre a Lagoa Juparanã, a maior em extensão e segunda em volume de água do Brasil, e a Reserva Biológica de Sooretama, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade e um dos 25 hotspots da biosfera. Talvez por isso, sempre tive um olhar muito atento para as questões ambientais, em especial pelas águas.

Mas para que essa atenção à natureza pudesse se transformar na condutora da minha atuação profissional, foi preciso primeiro romper um grande tabu ao me tornar a primeira pessoa da minha família a ter formação universitária. Quanta dificuldade uma menina do universo rural, e ainda por cima não tendo apoio dentro da própria casa, tem que superar para mudar "o curso natural das suas águas"!!!

Desde o ano 2000 comecei a atuar na área até me formar em Ciências Biológicas. E foi durante a graduação que me dediquei a estudar os vários corpos hídricos da região norte do Espírito Santo.

Em 2009, já bióloga, fui convidada a fazer parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da minha cidade. Na ocasião, iniciei minha participação nos Comitês de Bacias do Estado do Espírito Santo, assumindo a Secretaria Executiva do CBH do Rio São José, ampliado posteriormente com o nome de CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce. Ou seja, de uma atuação municipal, aquela moça vinda do mundo rural, descobriu "outras águas que corriam no mesmo sentido" e passou a ter uma atuação regional.

Em 2013, contribuí para a criação do pró-Comitê do Rio Barra Seca, e participei da mobilização e articulação que deu origem em 2015 ao CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce, onde atuei como Presidente por dois mandatos consecutivos.

Nesta época, deixar de agir apenas regionalmente e estender a minha atuação para o nível estadual foi quase um passo natural. Foi quando comecei a participar do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas (FCCBH), onde atuei como membro da Coordenação. Quanta gente nova e quantos novos pensamentos foram se conectando! É muito interessante notar como o "movimento das águas", assim como chamamos o nosso trabalho social nos Comitês, segue confluências similares ao do verdadeiro movimento das águas!!

"As águas foram se juntando" cada vez mais, pois foi em 2017 que passei a integrar o CBH Doce, um rio de domínio da União. Por atuar na Diretoria do Comitê no período imediatamente posterior ao rompimento, em 2015, da barragem de rejeitos da Samarco, fui eleita representante do CBH Doce no Comitê Interfederativo (CIF), criado para deliberar e acompanhar as ações de reparação e compensação dos danos causados na bacia do Rio Doce. Essa atuação em organismos de alcance federal foi um novo âmbito que se abriu. Mas sempre é importante não perder de vista as nossas origens, de onde a gente veio.

Durante essa participação no CIF minha causa maior foi a defesa da principal vítima, o Rio Doce. Confesso que não foi nada fácil assistir de dentro os acordos sendo fechados, e perceber que o maior atingido parecia não ter a importância que deveria.

Que sensação horrível ver o descaso e a falta de entendimento e de consideração de vários setores que deixaram as necessidades do rio ficarem sempre para depois! E se o "DOCE NÃO MORREU", isso se deve muito mais ao poder de resiliência da própria natureza do que à sensibilidade dos decisores para a óbvia necessidade de inversão das prioridades. Tem sido um grande aprendizado.

Essa atuação em organismos nacionais de recursos hídricos se consolidou ainda mais a partir de 2020, quando me tornei representante do CBH Doce no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH).

Ao mesmo tempo em que havia esse desvirtuamento das ações no Rio Doce, voltadas mais para disputas por indenizações, do que por propostas de recuperação do rio, no restante do Estado do Espírito Santo os CBHs, manifestavam grandes dificuldades de se manterem vivos e atuantes.

A iminência da implantação do instrumento "cobrança pelo uso dos recursos hídricos" provocou a reação negativa do setor produtivo, especialmente dos usuários da agricultura, e representou a oportunidade perfeita para que políticos de índole oportunista disseminassem os discursos inconstitucionais da não cobrança. A omissão, com forte cunho eleitoral, dos organismos de governo frente a estes ataques criou dificuldades adicionais para os membros dos CBHs. Isso enfraqueceu muito os comitês, chegando ao ponto de muitos não terem quórum suficiente para realizarem suas plenárias e de não conseguirem tocar suas agendas.

Após 27 anos de lutas, esse obstáculo da ausência da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Espírito Santo, que perdurava desde 1998, foi vencido pelo menos parcialmente, em 2025. Atuar na gestão de recursos hídricos traz conexão com minha essência de vida, me proporciona muitas alegrias e realização profissional, pois amo o universo das águas. Espero ainda poder continuar contribuindo e poder colher os frutos de uma gestão mais eficiente desse recurso que é fundamental para a existência, manutenção e permanência da vida.

Sem querer antecipar um destino triunfal para a minha própria história, se um dia eu também me "tornar Oceano" com certeza só terá sido por seguir o mesmo ensinamento das águas: as gotas inicialmente individualizadas vão se juntando para potencializar as suas propriedades fantásticas e revolucionárias. É o que cada uma de nós mulheres tem feito (e aqui é importante acentuar, como a mulher é um ser social!!) nestes parlamentos das águas. Nossas fraquezas se dissipam e nossas virtudes se agrupam para dar a esse movimento uma direção muito mais exitosa.



Bióloga, Pós-graduada em Gestão de Recursos Hídricos, Educação Ambiental e Biologia da Conservação. Secretária Municipal de Meio Ambiente do Município de Sooretama entre os anos de 2017 a 2024. Atuante na Gestão de Recursos Hídricos desde 2009 até o momento.

# Elianeiva de Queiroz Viana Odisio

---

“Na serra, também, o recurso falta... Também o pasto seca... Também água dos riachos afina, afina, até se transformar num fio gotejante e transparente.”

Raquel de Queiroz – O quinze

## Água e o Desenvolvimento Regional: Entre a Seca e a Cheia

**A**

Inspirada por reflexões que veem a água como elemento vital e feminino, e como alicerce civilizatório, decidi abordar este tema a partir da minha própria história. Sou cearense do Sertão Central, criada entre as memórias de abundância do Açude do Cedro e a realidade crua de seu esvaziamento. Como Engenheira Agrônoma, aprendi na prática que a sustentabilidade tem um nome essencial: **gestão hídrica**.

A escassez histórica no Nordeste impõe barreiras severas ao progresso – encarece custos, limita a produção, gera conflitos e, sem manejo adequado e inovação tecnológica, condena territórios à estagnação e ao êxodo. Por outro lado, eventos extremos de cheia também representam entraves, com inundações que destroem vidas, infraestruturas e a confiança de investidores, demonstrando que o excesso igualmente paralisa o desenvolvimento.

Essa dualidade revela um paradoxo: o próprio crescimento econômico, quando dissociado dos ciclos naturais, pode intensificar ambos os extremos. A solução, portanto, não está em dominar o ciclo hidrológico, mas em adaptar-se a ele – um convívio que exige inteligência, planejamento e respeito.

O caminho é, necessariamente, o da **integração**. Significa transformar a segurança hídrica um pré-requisito absoluto para qualquer projeto; adaptar a economia aos biomas; construir infraestruturas resilientes tanto à estiagem quanto a enchentes; e governar os recursos de forma participativa, mediando interesses diversos. Só assim a água deixará de ser um obstáculo e se tornará a base de um desenvolvimento regional verdadeiramente sustentável.

Minha trajetória profissional tem sido dedicada aos recursos hídricos e meio ambiente, tendo o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) como capítulo central. Acompanhar e contribuir para a implantação do PISF desde seus primeiros momentos – em especial nas complexas questões ambientais – foi uma experiência que me realizou profundamente, tanto no plano pessoal quanto no profissional.

Concebido como uma ação fundamental para a convivência com a seca, o PISF beneficia milhões de pessoas em quatro estados do Nordeste: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Apesar das controvérsias que sempre o cercaram, o projeto consolida-se hoje como uma solução vital para o abastecimento da região.

As obras civis dos Eixos estruturantes (Eixo Norte e Eixo Leste) e do Ramal do Agreste, que atende o agreste pernambucano, estão concluídas. Atualmente, avançam as construções do Ramal do Apodi – que ampliará as alternativas de abastecimento para a Paraíba e o Rio Grande do Norte – e do Ramal do Salgado – outra importante fonte hídrica para o Ceará. A ampliação da capacidade de bombeamento do sistema também está em execução. Todos os quatro estados já recebem água do Rio São Francisco – o que corresponde à realização de um sonho histórico de milhões de brasileiros, em especial da população nordestina.

Acredito que, ao garantir segurança hídrica em quantidade e qualidade, o PISF cria a pré-condição essencial para que o desenvolvimento econômico regional, tão aguardado e necessário, finalmente se consolide de forma sustentável.



Engenheira Agrônoma (UFC), Especialista em Irrigação e Drenagem (UFC) e em Geoprocessamento e Meio Ambiente (UECE). Atualmente atua como Coordenadora-Geral de Programas Ambientais do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

# Flavia Dias Hercolano Raposo

---

“O mundo não corre risco de explodir e acabar, o que corre risco de sumir somos nós seres humanos por falta de condições mínimas de sobrevivência como água, oxigênio e alimento, cuidar do planeta é uma questão de sobrevivência de nossa espécie.”

**M**eu nome é Flávia Dias Hercolano, tenho 48 anos, 2 filhas lindas e 2 netos maravilhosos. Nasci nas Matas de Minas na cidade de Manhumirim, ou seja, num dos berços mais poderosos em qualidade de água da Bacia do Rio Doce. Minha história com as águas vem desde criança, uma vez que cresci numa região cercada por cachoeiras, nascentes e rios de grande beleza cênica. Tive uma vida muito privilegiada na qual pude conhecer intensamente tanto a região que moro quanto várias regiões do nosso Brasil. Desde bem nova, o senso de proteção e cuidado com as águas se fez presente em minha vida tendo em vista que sinto muito prazer em estar junto dela em áreas naturais o que consequentemente colaborou com minha escolha profissional, sou bióloga. Outra questão importante que faz parte da minha trajetória é a empatia que desde que me entendo por gente me move para a busca de uma qualidade de vida melhor para todas as pessoas, essa inquietude me levou a mais de 20 anos atrás na dedicação de boa parte do meu tempo livre em fomento de projetos sociais. Terminei o Ensino médio e logo entrei na faculdade, sendo que a área da biologia que mais me encantou é a ecologia, formada, com 3 diplomas (afinal tive minhas 2 filhas durante a faculdade e terminei uma pós, 3 meses após minha formatura), tive experiências que muito me enriqueceram e me levaram a luta coletiva pela gestão das águas, voltei para minha cidade Natal onde tive a oportunidade de auxiliar junto a voluntários a formação de uma cooperativa de catadores denominada Aguapé, a cooperativa foi formada por pessoas que viviam da catação de materiais recicláveis no antigo lixão da cidade de Manhumirim e com a criação da Usina de Triagem São Francisco de Assis, iniciaram sua gestão com fé, coragem, foco e nós voluntários com muito estudo para aprender como fazer e ensinar para esse grupo a gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos e fortalecimento da organização social. Além de Manhumirim também trabalhei nos Municípios de Lajinha, Martins Soares, Simonésia em Minas Gerais e Ibatiba no Espírito Santo com formação ou fortalecimento de grupos organizados de catadores. São mais de 20 anos dedicados e essa ação que sempre me move. Desde o início dessa atuação, inscrevi a cooperativa para participar de diversos coletivos de gestão voluntária e pude, com consentimento da cooperativa representa-los e atuar como representante da sociedade civil principalmente no Comitê de Bacias Hidrográficas Águas do Rio Manhuaçu. No comitê estive presente por praticamente 15 anos sendo o último período como Vice presidente da entidade. No CBH Manhuaçu tive oportunidade de colaborar com diversas elaborações de estudos, regulamentações além de gerar

grande mobilização social em prol do reconhecimento e importância das instâncias de gestão das águas, fiz muitos amigos pelo Brasil, tive a oportunidade de levar as experiências com organização social de catadores e gestão das águas e várias regiões do Brasil.

Particpei de 6 Encontros Nacionais de Bacias Hidrográficas nessa trajetória, auxiliiei na elaboração e execução do Encontro Regional de Bacias Hidrográficas do Sudeste, fui coordenadora no Fórum das Matas de Minas e Manhumirim e fiz parte da equipe organizadora em diversos outros municípios, além de uma atuação junto as diversas câmaras técnicas dentro do CBH Manhuaçu e CBH Doce.

Num país extremamente misógino ser mulher e estar em situação de protagonismo representando pessoas de baixa renda é muito lindo no retrato, mas delicado no dia a dia, principalmente quando se tem coragem e vontade de ser guia, a começar sobre os desafios que nos cercam até para sair de casa e deixar os afazeres para dedicar a causas comuns, a régua é mais alta mas a coragem também. Na maior parte do tempo sempre tive apoio de colegas e as ameaças veladas são superadas com fé e foco. Nunca foi fácil, mas sempre foi prazeroso. O ultimo desafio que peguei de frente inclusive me fez recuar para manter a sanidade mental que a o enfrentamento e busca de paridade entre homens e mulheres no sistema de gestão das águas. Mas isso também vai passar pois nós mulheres das águas somos resilientes, temos foco e ação e nunca deixamos pra trás o amor no coração.

Enfrentamos momentos complexos onde não tínhamos cobrança pelo uso da água e o voluntariado era ainda mais penoso mas esse tempo passou, dedicamos construímos ferramentas e auxiliamos para fazer a roda rodar, enfrentamos o crime de Mariana onde por questões geográficas nossa região se tornou uma das principais fontes de água com qualidade que chega ao Rio Doce, realizamos o enquadramento dos nossos rios e obtivemos todas as ferramentas necessárias para que a gestão das águas aconteça de forma ideal. Hoje com o comitê devidamente estruturado, neste momento disponível apenas como técnica voluntária, mas não como menos gosto ou empatia.



Bióloga, com ampla experiência em fomento de gestão coletiva de recursos Hídricos, meio ambiente de forma participativa.

# Genoveva Mercedes Quintero Burgos

---

“Lo que convierte la vida en una bendición no es hacer lo que nos gusta, sino que nos guste lo que hacemos.”  
Goethe

**F** Sin agua no hay vida, es la premisa que me guía, todavía no se inventa una pastilla que al tomarla nos nutra de agua, además nos debemos asear, las plantas necesitan agua, los animales necesitan agua, para todo se necesita agua. Desde los primeros años de mi vida estuve vinculada al agua, nací en un lugar a orillas del mar Caribe, con olor a sal, arena y paz, se veían los delfines desde el malecón, una belleza, no había que ir lejos ni pagar para verlos era gratis. Luego me llevaron a vivir al campo donde el agua se obtenía de un pozo, el agua salía de la tierra, aprendí a limpiar el pozo todas las tardes con hojas de chumico, *Sapindus saponaria*, se cubría y al día siguiente teníamos agua fresca, limpia y clara que se guardaba en la tinaja. Pura sin ningún tipo de preservantes directamente del ojo de agua, no tenía ni bacterias ni nada nunca enfermamos. Qué tiempos aquellos.

Esto era felicidad, ya como adulta empiezo a ver como uno de los recursos naturales mas importantes para el ser humano, está siendo degradado por nosotros mismos, algo que puede ser evitable, y es cuando como profesional empiezo a ver el reto de que me da la vida, hacer el cambio.

Lucha que no ha sido fácil, mujer y que discute, no me quedo callada ante las injusticias, pero ha valido la pena, Panamá cuenta con el Decreto Ley N° 35 de 22 de septiembre de 1966, que norma el uso de las aguas, la explotación y su usufructo, obsoleto, pero difícil, muy difícil de actualizar, se sigue haciendo el intento, pero el choque con el poder económico es fuerte, ahora bien, en el 2002, se crea la Ley 44 de cuencas hidrográficas con pocos artículos, y no es sino hasta el 23 de abril de 2013 que esta ley se reglamenta a través del decreto 479, gracias realizado con aliados estratégicos, reconociendo que la participación ciudadana es muy importante, legalizándose a través de la creación de los comités de cuenca en todo el país, esta es la oportunidad en que sociedad civil y las comunidades participan de forma directa con las instituciones de Estado y gobiernos locales en la gestión del agua que en el caso de nosotros el agua es propiedad de la nación.

La lucha ha sido a través de la sensibilización y cambio de actitud, el demostrarles a las personas que son parte del problema, y también de la solución, no ha sido fácil, pero se pudo, se puede y se podrá, he podido lograr el cambio. En una época en que hablar de educar para solucionar problemas, la importancia de los valores ambientales, todos te miraban como si estuvieras loca, cultura del agua, una locura, había que abrirse paso a capa y espada, porque además de todo mujer y joven que sabes de eso.

Logré demostrar lo importante que es prevenir, no caer en el problema, fue difícil, y de esa forma convencer sobre los valores y el respeto a la vida a través de cuidar el agua, en un país con mucha agua con muchas lluvias, demostrando que debemos ser responsables con el buen uso de nuestra preciada agua.

No es solo decir no hagas, se presentan opciones que mejoran el desarrollo local de las comunidades, como lo fue el caso de la subcuenca del río Zaratí que abastece de agua a Penonomé, capital de la provincia de Coclé, a través de la realización de prácticas agroforestales, manejo de las fuentes de agua, agricultura orgánica, organizar la cooperativa agroforestal y de servicios múltiples subcuenca del río Zaratí; en donde los moradores pueden mercadear sus productos a mejor precio, de igual manera, se logra disminuir enormemente el uso de agroquímicos que envenenan las aguas, la misma que utilizan para sus quehaceres diarios. Se empiezan a utilizar filtros vegetales para el agua, como lirio de agua, *Zantedeschia aethiopica*, jacinto de agua, *eichhornia crassipes*, los productores, aprovechan el carbón orgánico para purificar el agua, se pudo lograr una comunidad que cuida y produce agua saludable y bebible para sus moradores, contribuyen a que la capital de provincia Penonomé, que se encuentra en la parte baja pueda tener un agua apta para el consumo humano.

En la actualidad los miembros de esta cooperativa, que se encuentran en la parte media de la subcuenca, tienen garantizada una mejor calidad de vida y pueden enviar a sus hijos e hijas, a estudiar ya que la producción de sus fincas, les permite obtener ingresos, importante destacar que mediante la reforestación de bambú, *guadua angustifolia*, se reforestaron las riberas del río Zaratí y quebradas aledañas, además de que el producto de esta reforestación permite la venta de varas, hacen muebles, sin afectar los bosques naturales locales.

En su momento todo evoluciona, y se nota la importancia que tiene la participación ciudadana en las comunidades en donde a través de esta participación de forma organizada se puede lograr cambios, inicio con la organización de los comités de cuenca, en este caso el primer comité de cuenca hidrográfica en Panamá, en el río La Villa en la región de Azuero, hace más de 10 años.

La lucha no termina ya que, a pesar de los obstáculos, y los grandes intereses políticos, el fomentar la participación ciudadana para que las comunidades sean garantes del bienestar de su recurso hídrico, no ha sido imposible. Pero en este andar además de lograr que en el país ya exista sensibilización para organizar los comités de cuenca, existe un equipo técnico trabajando en su organización.

Hoy en día se cuenta con una norma para que pequeñas comunidades obtengan personería jurídica gratis, como organizaciones de base comunitaria, logrando obtener recursos para el desarrollo de proyectos que les permitan mejorar su salud y calidad de vida, mejorando su entorno ambiental y la calidad del recurso hídrico, importante para disminuir las enfermedades gastrointestinales, principalmente entre los niños. Y lo más curioso, las cuencas urbanas a través de los gobiernos locales ya se están sumando en el proceso de cuidar el agua. No ha sido fácil, pero si estimulante cuando se mira atrás y veo que el camino recorrido ha dejado huellas.



Doctora en Ciencias Naturales, Ingeniera Forestal, Especialista en género, cambio climático, Cuencas hidrográficas, Participación ciudadana, Cultura Ambiental

# Gisela Damm Forattini

---

“A água, essa que sustenta a minha vida, seguirá me guiando!”

**C**ompletei 25 anos de ANA no dia 19 de março de 2026. Me formei em Engenharia civil, numa turma onde só tinham 5 mulheres e desde então, venho abrindo caminhos por vezes não muito fáceis. Para escrever esta página, revivi um pouco a minha trajetória na Agência, cuja existência se confunde com minha vida profissional.

A minha história na ANA começou em 2001, quando estruturei, como superintendente o sistema de fiscalização dos usos da água, fortalecendo a cultura de regularização e abrindo caminhos para uma fiscalização moderna e educativa. Em 2006, vivi a extinção da Superintendência de Fiscalização, que passou à uma gerência na Superintendência de Outorga. Isso me abalou fortemente, pois não entendia uma agência reguladora sem fiscalização independente, mas também me deu ânimo para fazer o concurso público da ANA, neste ano.

Só me afastei da Agência por quatro anos, quando a convite da Ministra Izabella Teixeira assumi a Diretoria de Licenciamento Ambiental Federal do IBAMA; tempos desafiadores de muita pressão, à frente de uma equipe valorosa de quase 500 analistas ambientais.

De 2014 a 2018, tive a honra de assumir o cargo de Diretora da ANA, coordenando a área de Planejamento de Recursos Hídricos e de Tecnologia da Informação e de representar meus colegas como única servidora da Casa no colegiado de diretores, desde a sua criação.

Hoje, ao revisitar tudo o que construí, sinto a força de um legado que pertence a cada servidor que caminhou comigo. Devo muito às colegas que compartilharam suas experiências e desafios e, tenho a certeza do apoio e da mentoria que prestei a algumas delas.

O Brasil viveu e vive crises hídricas severas, momentos de tensão institucional e mudanças profundas na percepção da sociedade sobre o valor da água. Em vários cantos do país, a segurança hídrica deixou de ser um conceito teórico e se tornou uma questão urgente, concreta, diária. Foi nesse cenário, que assumi um papel de pensar o país a longo prazo, antecipar riscos, fortalecer o SINGREH e garantir que a gestão da água seguisse apoiada em ciência e informação.

Como diretora, introduzi duas inovações aos Planos de Recursos Hídricos: a concepção de plano de ações com orçamento realista, e o Manual Operativo, para a implementação de ações estratégicas definidas. Também apoiei a mudança do patamar do planejamento de recursos hídricos, a começar pela reformulação do

Relatório de Conjuntura e do portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, o SNIRH.

Criei a Coordenação da Conjuntura e Gestão da Informação, estruturamos bases de dados, antes dispersas, fortalecemos a transparência por meio do Plano de Dados Abertos, elevando a qualidade da informação, que ainda sustenta a tomada de decisão no país. Participei de vários estudos estratégicos para o Brasil, cito aqui o Plano Nacional de Segurança Hídrica e intensificamos a articulação setorial.

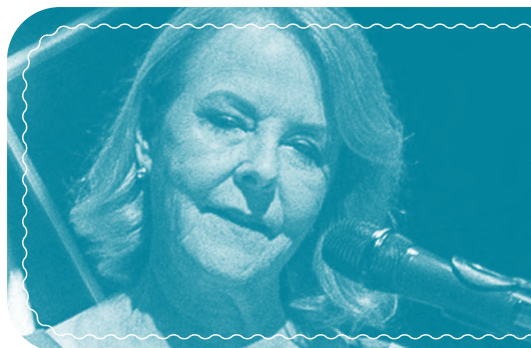
Talvez uma das transformações mais profundas que fiz, enquanto diretora, foi reestruturar a área de geoprocessamento e de TI da ANA - unificamos equipes, reorganizamos processos, fortalecemos a governança.

Por conta do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, em 2015, assumi a coordenação do Comitê de Segurança Hídrica e de Qualidade da Água que envolveu inúmeras instituições, com vistas à restauração do Rio Doce, no âmbito da estrutura de governança criada pelo Governo Federal. Isto significou uma experiência nova para a ANA - lidar com um dos maiores desafios de gestão hídrica e ambiental do país, envolvendo, sob a minha responsabilidade, a implantação e acompanhamento de 3 programas – coleta e tratamento de esgotos e destinação de resíduos sólidos, melhoria dos sistemas de abastecimento de água para os municípios diretamente afetados e implantação de uma nova rede de monitoramento na bacia do Doce.

Acredito nas abordagens inclusivas e participativas - é necessário tratar a igualdade de gênero como prioridade global considerando fatores estruturais e a complexidade das desigualdades. O papel das mulheres, como provedoras e usuárias da água, deve estar refletido nos acordos institucionais para o desenvolvimento e gestão de recursos hídricos.

Por essa razão, em 2017, apoiei a criação do Comitê Pró equidade de Gênero da ANA, mais um marco na estrutura da ANA - para avaliar o cumprimento das ações definidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e promover a inserção de nossas servidoras em postos de decisão. Avançamos muito neste sentido, mas ainda hoje somos minoria, quando examinamos a ocupação de cargos na ANA e a participação das mulheres no SINGREH.

A partir do conhecimento da realidade de nossas escolas públicas, especialmente no semiárido, em 2014 estruturei, juntamente com o UNICEF, um projeto que chamamos "**Toda Escola com Água, Banheiro e Cozinha**", e após um ano, conseguimos incluir esta pesquisa no Censo Escolar. Finalmente, em dezembro de 2025, foi sancionada pelo Presidente da República e publicada, a Lei 15.276 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei que dispõe sobre o Atendimento da Alimentação Escolar - o nosso sonho tornou-se política pública! A partir de agora toda escola brasileira terá garantia de acesso à água potável e à infraestrutura sanitária adequada ao ambiente escolar!



Engenheira civil, especialista em recursos hídricos, é Assessora Internacional da ANA desde 2018. Foi Diretora da ANA e do IBAMA e foi membro do Comitê Diretivo do GWP – Global Water Partnership.

Coordena a agenda de cooperação internacional, incluindo projetos bilaterais, regionais e multilaterais com diversos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como com os nove países da CPLP, envolvendo a Agência Brasileira de Cooperação, a UNESCO, o MIDR, MRE, MMA, OTCA, CIC PLATA, PPM PLATA, PHI LAC, CODIA, GEF, BIRD, BID, USACE, USGS, OCDE, WWC, UNOSD, entre outros.

# Iara Bueno Giacomini

---

“Se considerarmos a gestão e governança da água como um jogo de xadrez, o gestor deve ser um jogador, e não uma das peças”

**S**ou filha da água mesmo antes de saber. Recebi o nome de Iara, do tupi: senhora das águas. Cresci assistindo Jacques Cousteau, desbravando o fundo dos oceanos, e me fascinando pelas águas. E sob alguns protestos familiares, me formei oceanóloga em 2006. Oceanologia, a ciência exata que evidencia a conexão com as demais áreas do conhecimento. A oceanologia me ensinou a pensar e a observar a interdependência dos fenômenos, me levando em seguida a concluir meu primeiro mestrado em Limnologia, com foco na emissão de gases estufa. E assim, a fascinação inicial transformou-se em vocação, em escolha profissional e, mais tarde, em compromisso público.

Em 2009, iniciei a carreira pública, no estado de São Paulo, como Especialista Ambiental de Recursos Hídricos. Uma das minhas primeiras atribuições foi coordenar a releitura dos indicadores do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, trazendo maior transparência e melhor aplicabilidade a esse instrumento de gestão. Entre 2013 e 2017 atuei na Secretaria Executiva do CBH-Litoral Norte, inclusive como Secretária Executiva Adjunta, elaborando Relatórios de Situação, coordenando a CT de Educação Ambiental, promovendo debates públicos junto ao Ministério Público e o Poder Judiciário. Nesse contexto, introduzi, pela primeira vez o conceito de mudanças climáticas ao Plano de Recursos Hídricos.

Nesses anos de experiência, me dei conta de que a gestão hídrica exigia mais que formação técnica. Na busca por encontrar as peças que faltavam em minha formação para promover mudanças mais significativas, com o apoio da Coordenadoria de Recursos Hídricos do ESP e do Rotary E-Club 4310, fui selecionada para uma bolsa de mestrado internacional financiada pela Fundação Rotária, para estudar no IHE Delft, o maior instituto de educação hídrica do mundo, ligado à UNESCO.

No IHE Delft, convivi com pessoas de mais de 50 nacionalidades, que traziam vivências hídricas distintas, unidas pelo desafio comum da água. Estudei Gestão e Governança de Recursos Hídricos, mergulhando no universo social, político e cultural dos recursos hídricos. Visitei Espanha e Portugal, estudando disputas hídricas veladas, explícitas e contraditórias. Vi a eficiência hídrica se transformar em sobre-exploração – e não em gestão eficiente. Tive aulas de gestão de conflitos e negociação, e assim descobri meu profundo interesse pela hidro-diplomacia, área que trata da gestão da água em contextos de conflito e cooperação. Para o desenvolvimento de minha tese, passei quase dois meses entre Sudão e Etiópia, em um contexto político sensível em torno dos conflitos relacionados a um afluente do Rio Nilo. Esses países não compartilhavam regras de operação para um sistema de reservatório em cascata, o que trazia graves consequências ao país a jusante. O Sudão vivia dias de escassez, tensão e esperança, enquanto o país tentava se libertar de uma ditadura de quase 30 anos. Na Etiópia, falar sobre água era um tabu, exigindo que cada palavra fosse cuidadosamente escolhida para a continuidade dos diálogos. Com apoio de parceiros locais, entrevistei ministérios, visitei reservatórios, conversei com operadores e comunidades. Vi de

perto como água, poder, território e vida estão profundamente entrelaçados. Compreendi que somente indo ao território e “pisando o chão”, é possível entender a real dimensão dos desafios hídricos e encontrar caminhos para sua gestão – que sempre envolvem diálogos honestos com todos os atores, do mais ao menos influente.

Nesse processo compreendi que não estava apenas escrevendo uma dissertação, mas tentando contribuir, de forma concreta, para uma distribuição mais justa da água em uma das regiões mais áridas e complexas do planeta, onde a escassez hídrica está estampada na pele das pessoas, no semblante dos animais e na paisagem dos territórios. O resultado central dessa pesquisa foi uma proposta de Memorando de Entendimento entre Sudão e Etiópia. A proposta foi bem aceita, culminando na continuação do projeto e aproximação dos países, visando a assinatura formal desse documento.

Defendi minha dissertação em 11 de abril de 2019, o mesmo dia em que o ditador sudanês foi deposto. Para mim, esse acontecimento foi um sinal claro de que mudanças são possíveis e que vale a pena lutar por elas, em todas as escalas.

Ao retornar ao Brasil, assumi funções de maior responsabilidade na gestão de recursos hídricos do Estado de São Paulo, como Coordenadora e Diretora, desempenhando funções de Secretaria Executiva do CRH e do FEHIDRO e de Conselheira do CNRH. Nessa ocasião, coordenei a elaboração dos estudos para o Fortalecimento da Capacidade de Prevenção e Gestão de Crises Hídricas no Estado de São Paulo, com foco no aprimoramento da implementação dos instrumentos de gestão hídrica no contexto das mudanças climáticas, coordenei a implementação do Programa de Capacitação Permanente em Recursos Hídricos – Capacita SIGRH e atuei pela aprovação de deliberações que pavimentaram o caminho para a adaptação climática das águas paulistas.

Em 2023 fui convidada pela equipe da Ministra Marina Silva para atuar como Diretora de Recursos Hídricos e Meio Ambiente no Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima. Nessa função, além de trabalhar pela defesa e valorização da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacias Hidrográficas, coordenei a elaboração do Plano Nacional de Adaptação Climática da Água, no âmbito do Plano Clima, o qual destaca o componente ambiental do ciclo hidrológico na regulação dos fluxos hídricos, a cidadania hídrica e a justiça climática.

No contexto da cooperação internacional da água, especialmente em relação a Bacia Paraná-Prata e Aquífero Guarani, observando que os fluxos hídricos estão conectados em diferentes escalas, das locais as globais, tenho envidado esforços para integrar os CBHS desses territórios à gestão transfronteiriça e internacional da água, interligando os níveis de governança do local ao global. A partir dessa perspectiva, tenho buscado destravar recursos internacionais para a implementação dos Planos de Recursos Hídricos, nacional, estaduais e de bacias hidrográficas. Para 2026, o foco está no fomento à economia circular da água e no desenvolvimento de uma estratégia para a recuperação de 1 milhão de hectares de margens de rios.

Espero que minha trajetória demonstre que, quando as mulheres têm oportunidades de estudo e atuação profissional, elas constroem uma trajetória que promovem não apenas seu desenvolvimento pessoal, como também o de toda a sociedade e, também, do planeta.



Oceanóloga e limnóloga, atua há mais de 16 anos na gestão de recursos hídricos, com experiência em governança da água, comitês de bacia e cooperação internacional.

# Iracy Wanderley Filha

---

“Nunca duvide que um pequeno grupo de pessoas conscientes e engajadas possa mudar o mundo. De fato, sempre foi assim que o mundo mudou.”- Margaret Mead

**A**ceitar o convite para contar minha história com e pela água, neste livro, como mulher sertaneja e educadora, significa me juntar à tantas mulheres que, a partir de seus lugares de fala, transformam a luta pela proteção desse bem socioambiental essencial e feminino: a Água.

Falar da minha relação com a água é um reencontro com as minhas origens. Sou do Sertão do Seridó, região semiárida do Nordeste brasileiro, situada entre os estados do Rio Grande do Norte e a Paraíba, território do bioma Caatinga, com uma exponencial paisagem rochosa, cujas características se confundem com a resiliência de um povo que aprendeu a conviver com a seca e a escassez hídrica. Seridó, palavra de origem indígena, significa “pouca folhagem e pouca sombra”, tem essa tradução relacionada às características da Caatinga que, no período de estiagem suas feições adquirem a cor cinza, porém com as primeiras chuvas, o verde reaparece e, com ele, o esperarçar do povo sertanejo.

Nasci em Caicó, cidade conhecida pelo quentura e por uma economia construída a partir da agropecuária, da agricultura familiar, do artesanato e de fortes expressões culturais, como a Festa de Sant’Ana, reconhecida como patrimônio imaterial brasileiro. Contudo, historicamente, além das adversidades climáticas, o uso inadequado do solo ocasionou e intensificou o processo de desertificação, comprometendo a fertilidade da terra, a infiltração da água e a recarga dos aquíferos, agravando a escassez hídrica e a vulnerabilidade social da população catingueira.

Minha história familiar começa no Sítio Soledade, município de Caicó, onde meus pais, agricultores e zeladores do Castelo de Engady, criaram oito filhos em meio à simplicidade, ao trabalho com a terra e à luta diária pela sobrevivência. Filha de pai analfabeto e mãe semi-alfabetizada, aprendi desde cedo que a educação seria nossa maior possibilidade de melhorar de vida.

No sítio, toda a água que utilizávamos vinha de um pequeno açude, dependente das chuvas irregulares do sertão do Seridó. Por isso, “o inverno” era sinônimo de vida: garantia alimento, sustento e dignidade. Cresci ouvindo as orações de meus pais pedindo chuva e aprendendo, com minha mãe, o uso cuidadoso da água – um saber ancestral, transmitido entre mulheres, que hoje reconheço como educação ambiental popular.

Esse aprendizado se aprofundou na graduação em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, campus Caicó, quando tive o contato com a educação ambiental no Laboratório de Ecologia do Semiárido (Labesa). Ali, durante o curto período

de estágio voluntário, por meio da pesquisa científica, aprofundi a compreensão sobre a água como elemento estruturante da vida e da convivência com a Caatinga, experiência que definiu minha escolha profissional no campo da Geografia, para a educação ambiental.

Ainda estudante universitária, atuei no SENAI de Caicó, coordenando as atividades do Núcleo de Educação Ambiental dessa instituição e colaborando com o Projeto Um Milhão de Cisternas, em parceria com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). Nessas vivências, conheci de perto o protagonismo das mulheres sertanejas na gestão da água, e fortalecendo os vínculos com as comunidades rurais.

Em 2004, realizei o sonho de viver na Amazônia, passando a viver no estado de Rondônia, onde atuei como professora do ensino básico numa comunidade rural conhecida como Nova Colina, município de Ji-paraná. Posteriormente, fui contratada para exercer a função de coordenadora de educação ambiental, na Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM). Trabalhei com povos ribeirinhos do Rio Madeira, compreendendo uma realidade marcada não pela escassez, mas pela abundância e pela má gestão das águas. Mais tarde, integrei o Programa de Educação Ambiental da Hidrelétrica do Rio Madeira, fortalecendo processos de educação ambiental popular e protagonismo comunitário.

Em 2012, retornei ao Rio Grande do Norte para atuar no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), onde coordenei ações de educação ambiental com comunidades pesqueiras do litoral, contribuí para a elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental do RN e para a criação de Comitês Municipais de Educação Ambiental, fortalecendo a participação social e o cuidado coletivo com os recursos hídricos.

Ainda no Idema, me empenhei dentro do órgão pela elaboração do acordo de cooperação técnica celebrado entre o IDEMA, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte e a startup Circular Brain, para a implantação da maior campanha de Educação Ambiental voltada a destinação correta de resíduos eletroeletrônicos da história ambiental do RN. A meta dessa Campanha foi destinar corretamente até o ano de 2024, por meio de práticas de economia circular, 150 toneladas de resíduos eletroeletrônicos impedindo-os de poluírem e contaminarem as águas do RN. A meta foi alcançada e a campanha envolveu os CMEAS, promoveu eventos educativos, beneficiou estudantes com bolsas de monitoria, distribuiu equipamentos eletrônicos para escolas e professores, além de ter contribuído com a redução do consumo de água, energia e aquecimento global.

Essas experiências reafirmam minha convicção de que a educação ambiental é um elo fundamental entre a gestão da água e o engajamento da sociedade. Ao formar sujeitos conscientes, promove-se a corresponsabilidade, a participação cidadã e uma cultura de valorização da água, indispensável à sustentabilidade.

Como mulher seridoense, catingueira e potiguar sigo acreditando no poder da ação individual e coletiva para o cuidado com a nossa Casa Comum.



Seridoense com mais de 20 anos de atuação como educadora socioambiental com experiência em assessoria, consultoria técnica, governança ambiental, articulação institucional e gestão de programas e projetos socioambientais comunitários nos biomas amazônico (RO) e do litoral e semiárido nordestino (RN)

# Kiara Mesquita de Azevedo

---

“Como sou pouco e sei pouco, faço o pouco que me cabe me doando por inteiro.” - Ariano Suassuna

## **M**aranhão: O Coração Hidrográfico entre a Selva e o Sertão

A minha conexão com as águas nasceu antes da carreira profissional, nas memórias das férias em Urbano Santos/MA, onde o Cerrado exhibe sua resiliência e anuncia a transição para os Lençóis Maranhenses. Ali compreendi a essência da vida. As águas da região e os banhos de rio foram minhas primeiras lições: o cuidado começa na raiz, no respeito às nascentes e no fluxo que sustenta comunidades. A água é o fio condutor da existência e o recurso mais democrático.

Essa percepção moldou meu olhar ao crescer em São Luís, cidade-ilha recortada pelos rios Anil e Bacanga. Minha relação com a hidrografia era tão intrínseca que o endereço onde vivi reforçava essa identidade: cresci em um bairro cujas ruas levam nomes de nossos rios. Caminhar pelas ruas Bacanga, Anil, Tibiri e Turiaçu era percorrer o mapa hídrico do estado antes de compreendê-lo tecnicamente. Minha rotina era pautada pelo atravessar das pontes. Da janela do transporte, observava as marés ritmando a capital. Era fascinante perceber o encontro das águas na foz, vendo como o mar avançava sobre os rios e depois recuava, transformando a paisagem a cada poucas horas. No entanto, ao longo das décadas, também testemunhei as feridas deixadas pelo crescimento urbano desordenado nesses mesmos corpos d'água. Ver rios transformarem-se em testemunhas silenciosas de impactos ambientais fortaleceu meu compromisso em atuar no sistema de recursos hídricos. Entendi que a água que flui sob nossas pontes é o reflexo direto de como cuidamos da nossa sobrevivência.

Minha trajetória na SEMA inicia em 2008 e tem um marco em 2011, quando o Estado criou um setor dedicado exclusivamente à gestão hídrica. Cheguei à recém-criada Superintendência de Recursos Hídricos e participar desse nascimento exigiu visão resiliente. Percorri todas as frentes que compõem a engrenagem da gestão: comecei na análise de processos de outorga, onde cada documento representa o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação. Com o tempo, assumi papéis de supervisão e coordenação, e cheguei a exercer a função de Superintendente por um breve e intenso período. Essa versatilidade permitiu-me enxergar o sistema por dentro, entendendo que o servidor público deve ser o guardião da continuidade e da memória institucional.

Minha atuação expandiu-se para a articulação federativa, materializando a relação do órgão gestor estadual com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Através dessa parceria, por exemplo, fui ponto focal do programa

DesenvolveRH e sigo atualmente como ponto focal do Progestão, entre muitas outras ações. Atuar nessa interface nacional permitiu-me compreender que a boa gestão das águas maranhenses exige um alinhamento com as diretrizes do país, transformando investimentos técnicos em segurança hídrica para a nossa população.

Atuar na Superintendência me proporcionou conhecer o Maranhão por meio do trabalho de campo. Percorrendo o território maranhense, testemunhei a diversidade de nossos biomas: a transição entre o Cerrado robusto, a pujança da Floresta Amazônica e a influência da Caatinga. Em cada viagem para vistorias, diagnósticos ou reuniões com comunidades, percebi como a água molda as diferentes situações sociais e culturais do estado, compreendendo que gerir recursos hídricos é, na verdade, gerir a diversidade da própria vida. O Maranhão é único: somos o abraço entre a exuberância da Amazônia e a resiliência do Nordeste. Temos uma riqueza que vai dos palmeirais de babaçu às dunas que escondem lagoas perenes. Essa compreensão territorial dá suporte para atuar em espaços de decisão e controle social, como o acompanhamento dos colegiados. Na formação dos primeiros Comitês de Bacia, entendi que a gestão só é eficaz quando participativa. Acompanhei a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/MA), divisor de águas para entender as fragilidades e potencialidades de nossas bacias.

No fortalecimento institucional, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH/MA) surge como instância máxima de deliberação. Recentemente, a SEMA passou a ocupar assento como membro titular no Conselho. Ter voz e voto significa que a experiência do corpo técnico contribui diretamente nas decisões. É a união da capacidade de análise com a força política para garantir que as diretrizes do Plano Estadual sejam aplicadas com rigor e sensibilidade.

As ações expandem-se ainda para o Grupo Técnico Agenda Azul (GTAA), onde o foco recai sobre a gestão sustentável na Amazônia Legal maranhense. Este trabalho reforça uma visão integrada de conservação em escala regional, conectando o Maranhão aos grandes desafios climáticos e hídricos atuais. Estar inserida nesse grupo permite articular ações que protejam o nosso maior patrimônio natural. Em todos esses espaços, minha voz feminina se soma à de tantas outras mulheres que trazem uma visão de cuidado, detalhe e integração. A mulher na gestão das águas humaniza os números e aproxima a política pública da realidade das populações ribeirinhas.

Ser mulher nesse sistema é ser como as águas: adaptável às dificuldades, mas persistente em seu curso. Como os rios do interior e as ruas-rios de São Luís, sigo como mãe, servidora e guardiã para garantir que o fluxo da vida nunca se interrompa para o futuro dos meus filhos e das próximas gerações.



Analista Ambiental SEMA/MA há 18 anos. Esp. em Turismo e Des. Sustentável (UnB), mestranda em Estudos Ambientais (UCES). Atua na gestão de bacias, CONERH/MA e Agenda Azul/Amazônia. Mãe.

# Larissa Oliveira Rêgo

---

**A** gestão dos recursos hídricos no Brasil não é apenas um desafio técnico, é uma missão de segurança nacional e justiça social. Minha jornada nesse setor, intensificada a partir de 2023, tem sido pautada pela convicção de que a água é o fio condutor que une o desenvolvimento econômico à preservação ambiental.

Minha atuação no Departamento de Irrigação da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, teve um objetivo claro: implementar e fortalecer a Política Nacional de Irrigação (PNI), instituída pela Lei nº 12.787/2013. Mais do que executar uma política pública, tratava-se de consolidar um instrumento estratégico para o desenvolvimento regional, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental do país.

A PNI estrutura-se por meio de instrumentos robustos, como: planos e projetos de irrigação, sistema nacional de informações, incentivos fiscais, crédito e seguro rural, formação de recursos humanos, pesquisa científica e tecnológica, assistência técnica, tarifas especiais de energia elétrica, certificação de projetos, Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e o Conselho Nacional de Irrigação. Esses instrumentos não apenas organizam a expansão da agricultura irrigada, mas também asseguram previsibilidade regulatória, segurança jurídica e fortalecimento da governança setorial, criando um ambiente institucional estável e favorável ao investimento público e privado. Assim, a política não se restringe à expansão de áreas irrigadas, mas estrutura um ambiente propício à inovação, ao ganho de produtividade e ao uso sustentável dos recursos hídricos.

Logo nos primeiros meses, compreendi que irrigação é, antes de tudo, gestão eficiente da água. É planejamento territorial, governança, energia, inovação tecnológica e inclusão socioprodutiva. É, sobretudo, um vetor transversal aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com interface direta com segurança alimentar, erradicação da pobreza, uso sustentável da água, energia, ação climática, crescimento econômico e redução das desigualdades.

A experiência no Departamento de Irrigação foi um exercício constante de integração entre política pública e realidade territorial. Durante a gestão, estruturamos uma Sala de Situação com um Painel da Irrigação, instrumento estratégico de monitoramento das ações e dos indicadores da agricultura irrigada. A ferramenta permitiu maior transparência, acompanhamento técnico e alinhamento às diretrizes legais da PNI.

Outro marco foi a ampliação do reconhecimento de Polos de Agricultura Irrigada no Brasil, o número de polos praticamente dobrou no período. Foram reconhecidos nove polos (ES, RN, TO, MS, DF, GO, CE e PR), fortalecendo arranjos produtivos regionais e criando um canal direto de interlocução com agricultores e gestores locais. Entre as demandas prioritárias, destacou-se a questão energética, elemento central para a competitividade da produção irrigada.

A irrigação depende não apenas de disponibilidade hídrica, mas de infraestrutura adequada, energia elétrica em quantidade e qualidade compatíveis com a demanda produtiva e, sobretudo, do uso eficiente e racional da água. Trata-se de um arranjo que combina planejamento territorial, integração setorial e incorporação contínua de tecnologia e inovação. Nesse contexto, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre os Ministérios de Minas e Energia, da

Integração e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura e Pecuária, estabelecendo uma coordenação interministerial voltada à superação de gargalos estruturais. O Brasil, que ocupa posição de vanguarda no desenvolvimento e na aplicação de tecnologias para a agricultura tropical, reúne condições técnicas e institucionais para ampliar políticas públicas mais eficientes, orientadas por dados e capazes de produzir resultados tanto no curto quanto no médio prazo, com ganhos de competitividade, segurança hídrica e sustentabilidade ambiental.

No campo da inclusão socioprodutiva, avançamos na gestão de Projetos Públicos de Irrigação, como o Projeto Várzeas de Sousa, na Paraíba, atendendo dezenas de famílias assentadas da reforma agrária, com foco em segurança hídrica, alimentar e geração de renda.

Paralelamente, iniciamos a contratação de oito unidades do Programa Saneamento Ambiental e Reúso de Água (SARA), com cinco já em execução desde julho de 2025, incorporando a agenda de reúso como elemento estruturante da segurança hídrica no semiárido e em áreas de escassez. Firmamos ainda Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com universidades federais e instituições como Codevasf e Embrapa, financiando estudos de expansão de áreas irrigadas, disponibilidade hídrica, saúde dos solos e fixação de carbono em áreas irrigadas, agenda essencial para compatibilizar produtividade e conservação ambiental.

Ao longo dessa trajetória, consolidou-se uma convicção técnica: irrigar mais, em bases sustentáveis, significa produzir mais na mesma área, reduzir pressão sobre novas fronteiras agrícolas e fortalecer a resiliência climática da agricultura tropical brasileira.

Após essa etapa, a transição para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) representou a ampliação da escala de atuação, do planejamento setorial para a governança federal dos recursos hídricos.

Chegar à ANA significou assumir responsabilidades em um ambiente de elevada complexidade técnica e institucional. A gestão da água em nível nacional envolve outorga, cobrança pelo uso, pactuação federativa, segurança de barragens, monitoramento hidrológico e regulação do saneamento. Cada decisão impacta múltiplos setores: abastecimento humano, energia, irrigação, indústria e conservação ambiental.

A experiência anterior na coordenação da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTOC), no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), foi determinante para compreender a dimensão regulatória e federativa da política hídrica. Na ANA, essa bagagem tornou-se instrumento estratégico para avançar em políticas públicas mais eficientes, integradas e orientadas à segurança hídrica.

Se no Departamento de Irrigação a prioridade era estruturar a expansão sustentável da produção, na ANA o desafio passou a ser garantir o equilíbrio entre usos múltiplos da água, assegurar previsibilidade regulatória e fortalecer instrumentos econômicos que incentivem o uso eficiente dos recursos hídricos.

Portanto, cumpre destacar que essa trajetória nos recursos hídricos moldou uma visão profissional fundamentada em três pilares: planejamento, integração e sustentabilidade. Assim, o futuro da gestão hídrica no Brasil dependerá da capacidade de integrar políticas setoriais, fortalecer a governança federativa e utilizar ciência e dados como base para decisões estratégicas.

O desafio que se impõe agora é qualitativo: expandir com eficiência, preservar com responsabilidade e governar com visão de longo prazo. Essa jornada ensinou que gerir água, com responsabilidade técnica e compromisso público, é contribuir diretamente para o futuro do Brasil.



Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) Advogada, com bacharelado em Direito pela Universidade Potiguar, Mestranda em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atuou como Ouvidora Nacional de Direitos Humanos no Ministério dos Direitos Humanos; Assessora Técnica no Ministério do Desenvolvimento Social, Secretária Adjunta e Diretora de Regularização Fundiária na Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Coordenou, a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH),

# Lavinia S. de Mendonça Fragoso

---

“Águas escuras dos rios, que levam a fertilidade ao sertão. Águas que banham aldeias e matam a sede da população.” - Guilherme Arantes

**N**ascer em Alagoas é nascer conectada às águas! Estado que declara o amor por suas lagoas já em seu nome, cercado por águas tão belas e abundantes, mas, ao mesmo tempo, muitas vezes maltratadas.

Escrever sobre as águas me traz de imediato ao coração um certo saudosismo de minha infância, momentos alegres proporcionados gratuita e generosamente pela mãe natureza, nos banhos de rios, brincadeiras no mar, na frescura das gotas de chuva molhando meu rosto e nos divertidos banhos de bica improvisados nas calhas dos telhados de minha casa. Naquela época, não seria possível imaginar que ela se tornaria o centro de minha vida profissional.

Minha trajetória na defesa dos recursos hídricos se entrelaça à minha carreira no Ministério Público de Alagoas, onde atuo como Promotora de Justiça há quase trinta anos. Após um longo período de atuação na área criminal, há quinze anos surgiu a oportunidade de trabalhar na defesa dos recursos hídricos por bacia hidrográfica e não pensei duas vezes! Era a chance de seguir meu coração, minha paixão: meio ambiente.

Nesse ponto, faço um registro muito especial à chefia da instituição que, sensibilizada pela necessidade de um maior cuidado e atenção com nossos recursos hídricos, criou uma Promotoria de Justiça especializada com atuação em todos os municípios alagoanos, uma vez que as águas não respeitam fronteiras geográficas.

Foi assim que comecei os trabalhos de proteção e conservação das bacias hidrográficas junto aos 102 municípios alagoanos (um verdadeiro desafio). Diante da necessidade de uma mudança na linha de atuação ministerial, deixamos de lado a postura reativa frente aos danos ambientais e encampamos a bandeira da proatividade, visando um trabalho preventivo e integrado, por meio de ações, projetos e programas que promovessem o engajamento do Poder Público, iniciativa privada e sociedade civil.

Acreditar na força da união e colaboração interinstitucional foi meu ponto de partida e dele nunca me afastei. Compartilho a seguir algumas iniciativas desenvolvidas frente a Promotoria de Justiça de Recursos Hídricos de Alagoas, sempre contando com o estabelecimento de parcerias em prol da defesa dos recursos hídricos.

Podemos trazer a baila o Pró-Reservas, projeto de incentivo à criação de Unidades de Conservação na modalidade de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, que tem produzido resultados extremamente relevantes para o incremento das áreas protegidas

em Alagoas. Oportuno destacar que, ao serem criadas novas RPPNs, se protege todas as nascentes, córregos, rios, mata ciliar e biodiversidade. O êxito de tal projeto decorre de um trabalho integrado, envolvendo diversos atores, tanto no bioma mata atlântica como no bioma caatinga, todos compromissados com a melhoria da proteção dos nossos bens ambientais.

Merece também referência o Pró-Manguezais, projeto lançado em Alagoas em 2018 e que ainda se encontra sendo desenvolvido, no qual foi firmado Termo de Cooperação Técnica com diversos órgãos e instituições, visando promover a recuperação, conservação, proteção e uso sustentável dos mangues, o qual tem apresentado indicadores positivos, numa demonstração inequívoca da importância do esforço conjunto na preservação dos recursos hídricos, fauna e flora.

Buscando evitar a repetição de tragédias como as ocorridas com os rompimentos das barragens em Brumadinho e Mariana (MG), desenvolvemos, em parceria com os órgãos ambientais estaduais, o projeto ministerial "Barragem Segura", visando a implementação de políticas públicas voltadas a Segurança de Barragens (Lei Federal nº 12.334/2010), minimizar riscos de rompimento de reservatórios, zelando pela sua integridade estrutural e operacional, regularização de sua operação por meio do licenciamento ambiental e, ainda, a preservação da vida, da saúde e do meio ambiente.

Não seria possível deixar de registrar a adesão de Alagoas há mais de dez anos ao programa Fiscalização Preventiva Integrada da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, criado no Ministério Público da Bahia pela querida colega Promotora de Justiça Dra. Luciana Khoury, visando a melhoria da qualidade e quantidade das águas na bacia assim como a vida de seus povos.

Outros tantos exemplos também poderiam ser trazidos como o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com as usinas do setor sucroenergético para fins de recomposição de mata ciliar, o programa Pró-Espécies e o projeto Implanta Ambiental que, direta ou indiretamente, contribuem para a defesa e proteção das águas.

Destaco, ainda, que a instituição, fortalecimento e atuação dos comitês de bacia é uma das prioridades de nossa atuação, sendo objeto de permanente acompanhamento no âmbito da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, uma vez que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e são peça fundamental para uma gestão racional e para a implementação das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos.

Por fim, desenvolvemos nossas atividades sempre permeadas pela educação ambiental, pois acreditamos na sua força transformadora de comportamentos nocivos e substituição por práticas que assegurem uma vida digna com acesso à água a todos os seres desse planeta.



Promotora de Justiça – Ministério Público de Alagoas. Membro colaboradora da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público. Mestre em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Ambientais pela Universidade de Lisboa. Especialização em Direito Constitucional, em Direito Tributário e Direito Processual pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

# Luana Siewert Pretto

---

“Mais do que o básico, uma causa.”- Luana Pretto

**F**alar de saneamento não é apenas falar de infraestrutura. Para mim, é falar de um direito fundamental, de um pilar essencial da vida humana, e de uma responsabilidade coletiva que se reflete diretamente no cotidiano de milhões de brasileiros. A água potável e o esgoto tratado são muito mais do que serviços básicos, são condições de dignidade, saúde e justiça social. Onde saneamento falta, a desigualdade cresce. Onde ele chega, a vida melhora.

Eu cheguei a essa causa do jeito mais clássico possível para uma engenheira: pelo caminho técnico. Comecei olhando obra, rede, operação, cronograma, CAPEX (*Capital Expenditure*) e OPEX (*Operational Expenditure*). E, no meio do processo, fui entendendo o que os números insistem em mostrar: saneamento não é só engenharia de obra e tubulação, é engenharia de futuro. Com o tempo, a lente muda. A gente deixa de enxergar apenas sistema e passa a enxergar pessoas, territórios e ciclos de vulnerabilidade. E, quando você vira mãe, essa equação ganha outra urgência: o horizonte deixa de ser o próximo contrato e passa a ser o mundo que a gente está deixando para as próximas gerações.

Quando tive a oportunidade de assumir a presidência-executiva do Instituto Trata Brasil não visualizei isso apenas como mais uma etapa em minha carreira, mas como uma oportunidade de trabalhar o tema do saneamento básico como fator estruturante para o desenvolvimento do país. O Trata existe para transformar dados em mobilização social, informações em consciência coletiva e estudos em políticas públicas concretas. Por meio das nossas pesquisas e análises, queremos mostrar que a universalização do saneamento é, antes de tudo, uma questão de justiça social e de saúde pública, e não um custo, mas um investimento que trará retornos imensos para o país.

Ao longo dos últimos anos, tive oportunidade de liderar estudos e projetos que evidenciam a gravidade da situação: mais de 41 milhões de mulheres brasileiras ainda vivem em condições precárias de acesso a coleta de esgoto, e isso reflete não apenas nas condições de saúde, mas na qualidade de vida, na educação e na autonomia dessas mulheres. Entre gestantes e crianças, a falta de saneamento aparece de forma objetiva nos indicadores de saúde e rotina. Na PNS 2019, 12,4% das mulheres grávidas entrevistadas (71,4 mil) relataram afastamento das atividades por problema de saúde; desses afastamentos, 8,5% (6.096) estão associados a condições diretamente ligadas ao saneamento, incluindo 2,2% por doenças de veiculação hídrica. Na primeira infância, o impacto é ainda mais visível: 4 em cada 10 crianças de até 6 anos (6,6 milhões) se afastam de creche/escola/atividades sociais por falta de saneamento, e mais de 300 mil são internadas em um ano por doenças relacionadas ao tema.

São dados que não podemos ignorar, porque envolvem a vida de mulheres e seus filhos.

Ao olhar para esse cenário, minha missão à frente do Instituto é cada vez mais clara: defender que o acesso universal ao saneamento não é apenas uma questão de números ou de metas a serem alcançadas. É uma causa. É uma causa de saúde, de educação, de liberdade, de dignidade. Quando saneamento é universalizado, ele não só salva vidas, mas também oferece oportunidades de futuro para as novas gerações. E é isso que buscamos: um Brasil em que todas as crianças, todas as mulheres, todas as famílias possam viver com dignidade, saúde e sem o risco constante de adoecer por questões que poderiam ser evitadas com acesso ao básico.

Como mulher e mãe, sei que o impacto do saneamento na vida das mulheres é profundo e multifacetado. Ele vai além da saúde física; ele toca o emocional, o psicológico e o social. A falta de água tratada e coleta de esgoto adequados sobrecarrega as mulheres, que, muitas vezes, são as principais responsáveis pelos cuidados dentro da casa e com os filhos. Essa sobrecarga é ainda maior quando se trata de gestantes e crianças pequenas, que, sem acesso a saneamento adequado, enfrentam riscos no próprio desenvolvimento. Sim, sem infraestrutura básica em casa, e com maior incidência de doenças, estas crianças tem maior dificuldade de desenvolvimento físico, intelectual e neurológico, fato este que compromete o aprendizado. A diferença de escolaridade média entre crianças que residem em moradias com e sem saneamento é de 1,8 anos. E aí que aperta o coração, estamos falando de dignidade e futuro desta e das próximas gerações.

Esse é um fator que precisamos urgentemente mudar, e é por isso que nós nos dedicamos ao básico. Sabemos que a universalização do saneamento não é uma tarefa fácil. Ela exige coragem, compromisso e uma ação integrada entre diferentes atores da sociedade. O novo marco legal traz avanços importantes, mas os desafios continuam. Precisamos garantir que os investimentos realmente cheguem às áreas mais vulneráveis, com foco na qualidade dos serviços prestados e na inclusão social. A participação ativa da sociedade, das empresas, dos governantes e de cada um de nós é fundamental para que esse objetivo seja alcançado.

Em todos esses anos de trabalho, vi o quanto é possível transformar vidas com acesso à água potável e esgoto tratado. Vi crianças que deixaram de faltar à escola por causa de doenças evitáveis, mulheres que recuperaram sua saúde e sua dignidade, famílias que puderam respirar aliviadas, sabendo que tinham o básico para viver de maneira saudável. Cada avanço no acesso ao básico é um passo a mais para um Brasil mais justo. Para isso, precisamos de ação, precisamos de comprometimento e amor, e, finalmente precisamos de todos os brasileiros, sem exceção, juntos nessa causa. Acredito que, como sociedade, podemos transformar a realidade do saneamento no Brasil e que isto será a grande força motriz de transformação econômica e social no país. Precisamos garantir que, até 2033, todas as casas do país tenham acesso a água tratada, coleta, e tratamento dos esgotos. A universalização do saneamento não é só um desafio técnico, é uma questão de justiça social, de empoderamento, de igualdade de oportunidades. E é com esse propósito que sigo à frente do Instituto Trata Brasil, comprometida a lutar por um Brasil em que o saneamento seja uma realidade para todos, e não um privilégio.



Engenheira Civil (UFSC), com mestrado na área de Análise Multicritério (UFSC) e pós-graduada em Gestão de Projetos (FGV). Atuou na concessionária estadual de saneamento básico de Santa Catarina (CASAN) e como presidente da Empresa Pública municipal de saneamento básico Companhia Águas de Joinville. Atualmente, é Presidente-executiva do Instituto Trata Brasil.

# Luana Tabaldi

---

“Enquanto houver um rio em Roraima correndo sob ameaça, uma nascente sem proteção, uma APP à espera de recomposição, um produtor precisando de orientação, um dado geoespacial que possa transformar políticas, estarei ali – firme, técnica, sensível e profundamente comprometida.”

**M**inha trajetória com as águas não começou com grandes simbolismos, mas com a percepção prática de que a água não é apenas um recurso: é um parâmetro técnico fundamental. Sempre que ela está comprometida, todo o sistema ambiental demonstra fragilidade.

À medida que avancei na gestão ambiental em Roraima, compreendi que trabalhar com território, com regularização, com ordenamento e com monitoramento ambiental significa, inevitavelmente, trabalhar com água. Ela está em tudo: na dinâmica das áreas de preservação permanente - APPs, nos passivos ambientais, nas áreas prioritárias de conservação, nos conflitos de uso e, principalmente, nas decisões que tomamos todos os dias para garantir a regularização ambiental, a segurança hídrica e integridade ecossistêmica.

Ao longo dos anos, consolidei minha atuação especialmente nos eixos de Cadastro Ambiental Rural (CAR), monitoramento ambiental e governança de dados ambientais, ferramentas que estruturam a gestão territorial de Roraima. E foi justamente por meio delas que passei a compreender a água não apenas como elemento natural, mas como variável estratégica para políticas públicas, para o planejamento estadual, para o enfrentamento às mudanças climáticas e para a proteção dos direitos das comunidades rurais, indígenas e tradicionais.

No CAR, descobri que cada análise é uma leitura do território e, ao mesmo tempo, uma intervenção preventiva. A delimitação de APPs de nascentes, margens de igarapés e rios, áreas úmidas, lagos e veredas permite não apenas conhecer o imóvel, mas reconhecer riscos, fragilidades e prioridades de proteção.

O CAR nos dá a primeira fotografia do estado: nele enxergamos os corredores ecológicos interrompidos, a pressão sobre áreas alagáveis, as necessidades de recomposição florestal, a realidade fundiária que influencia diretamente a conservação dos recursos naturais, bem como, as áreas preservadas onde ainda se mantêm os recursos naturais protegidos, garantindo a funcionalidade ecológica da paisagem e a manutenção da qualidade hídrica e ambiental.

Meu trabalho sempre foi conduzir essas análises com rigor técnico e atualização constante, orientando equipes, padronizando fluxos, interpretando a legislação federal e estadual e garantindo que Roraima tivesse um modelo sólido de governança territorial. Com o tempo, percebi que cada CAR bem analisado representa, na prática, uma nascente protegida, uma APP regularizada e um risco ambiental evitado.

Na governança de dados ambientais, assumir a liderança de desenvolver o Sistema de Informação Geográfica e Gestão Ambiental de Roraima - SIGGARR me permitiu compreender a dimensão do impacto que um sistema geoespacial pode ter sobre a gestão de águas. O

SIGGARR tornou-se um ambiente integrado onde conseguimos visualizar pressões antrópicas, monitorar áreas sensíveis, estruturar políticas territoriais e qualificar decisões que, no fim, protegem rios, igarapés e nascentes.

O sistema reúne dados ambientais de inúmeras fontes que alimentam análises estratégicas. É nele que identificamos áreas vulneráveis à erosão, à supressão irregular, ao assoreamento e ao avanço da ocupação rural e urbana.

É nele também que visualizamos as oportunidades de recuperação hidroambiental, planejamento do Programa de Regularização Ambiental - PRA, direção de ações do Plano de Prevenção e Controle de Desmatamentos e Queimadas - PPCDQ e apoio às políticas de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, como o Floresta + Amazônia.

Ao longo do trabalho, sempre busquei consolidar o SIGGARR como ferramenta de governança e monitoramento ambiental: uma plataforma que conecta equipes, acelera análises, organiza informações e transforma dados em ações concretas de proteção às águas.

O monitoramento por sensoriamento remoto é hoje uma das principais bases para a proteção de recursos hídricos. Analisar manchas de desmatamento próximas a nascentes, identificar drenagens alteradas, mapear expansão irregular sobre áreas alagáveis, observar o comportamento de espelhos d'água e detectar impactos hidrológicos em períodos de seca severa tornou-se parte do meu compromisso técnico e institucional.

Essas observações subsidiam decisões de licenciamento, fiscalização, prevenção, recomposição ambiental e implementação de programas como PRA e PSA. Monitorar significa antecipar e antecipar, na Amazônia, significa proteger.

Mais recente, a atuação na execução do Projeto Floresta + Amazônia, programa federal de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA voltado a produtores rurais elegíveis, consolidou, na prática, a convergência entre regularização ambiental, proteção hídrica, análise geoespacial e políticas públicas estruturantes. O programa trouxe oportunidades reais para produtores e fortaleceu a lógica de valorização da floresta em pé.

Hoje reconheço que meu trabalho com CAR, SIGGARR, monitoramento e pagamento por serviços ambientais não é apenas técnico: é estratégico para o desenvolvimento de Roraima, para a redução de conflitos ambientais, para a governança da Amazônia Legal e para a segurança hídrica das presentes e futuras gerações.

Minha história com as águas é, sobretudo, uma história com o território de Roraima. Continuo acreditando que proteger recursos hídricos exige ciência, dados, sistemas robustos, transparência e articulação institucional – mas também exige visão, responsabilidade e coragem para enfrentar desafios crescentes.

Enquanto houver rios pressionados, nascentes fragilizadas, APPs degradadas, produtores precisando de orientação e políticas públicas que dependem de dados qualificados, seguirei atuando com o mesmo compromisso: garantir que Roraima seja um estado onde desenvolvimento e conservação caminham juntos, sustentados por uma gestão ambiental séria, técnica e comprometida com a vida.

E faço isso com a convicção de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito constitucional de todos, conforme estabelece o art. 225 da Constituição Federal: trata-se de um dever do Poder Público e da coletividade, voltado não apenas à geração presente, mas também às futuras gerações. É nessa responsabilidade intergeracional que fundamento meu trabalho e minhas escolhas na gestão ambiental.



Engenheira florestal, diretora na FEMARH-RR, com atuação em CAR, geotecnologias, monitoramento ambiental, políticas climáticas e gestão territorial no setor público.

# Luciana Souza de Brito

---

"Preciosa  
Milagrosa  
Vem, regai por nós  
Vai, corrente  
Da nascente  
Até chegar na foz  
Enche o pote, enche o pote  
Enche o pote, enche o pote  
A chuva trouxe água para  
Encher o pote  
Dentro da água tem um espelho  
Cheio d'água  
Água pra mim um pingo d'água  
Traga pra mim um pingo d'água"

Baião do mundo. Canção de Tribalistas, ano 2017  
Compositores: Antonio Carlos Santos De Freitas / Arnaldo Augusto Nora  
Antunes Filho / Marisa De Azevedo Monte.

**A** água é vida. Ela flui, contorna obstáculos, transborda quando necessário, mas nunca perde seu curso. Ela suaviza rochas, sustenta ecossistemas e se renova a cada chuva. A água nos ensina sobre resiliência, persistência e transformação – qualidades que também definem a trajetória de uma mulher que, assim como os rios que cuida, segue adiante apesar das pedras no caminho.

Minha jornada profissional foi construída no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), onde iniciei como estagiária de engenharia na Coordenação de Recursos Hídricos da Diretoria de Águas (2012 a 2014). Nesse período, auxiliiei os técnicos no planejamento e elaboração de instrumentos fundamentais para a gestão das águas, como os planos de bacias hidrográficas e o enquadramento de corpos d'água de algumas bacias do Estado da Bahia. Foi nessa fase, que me apaixonei profundamente pelos recursos hídricos e compreendi a importância da gestão sustentável da água como pilar para o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento social.

Em 2015, recebi a oportunidade de atuar no Núcleo de Outorga do INEMA, um marco importante na minha carreira. Esse cargo representou um verdadeiro “upgrade” profissional, pois me permitiu trabalhar com outro instrumento de gestão crucial: a outorga de uso de recursos hídricos, com foco em lançamento de efluentes. Desde então, tenho contribuído para a regulação do uso sustentável das águas, conciliando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Até hoje, continuo atuando no Núcleo de Outorga do INEMA, o que me permite acompanhar a evolução da gestão de recursos hídricos no estado e contribuir continuamente para a preservação e uso sustentável das águas.

Em 2022, fui aprovada no Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do Programa PROFÁGUA da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Essa conquista foi um verdadeiro divisor de águas na minha carreira, pois me permitiu ampliar meus horizontes: de um conhecimento essencialmente técnico para uma visão estratégica e integrada da gestão das águas.

Em 2024, minha vida ganhou outro desafio: fui diagnosticada com câncer de mama. Mesmo diante do tratamento, não interrompi minha trajetória. Encontrei nas águas que cuido diariamente, uma fonte de força e inspiração. Aprendi que, assim como um rio enfrenta pedras, períodos de seca e caminhos tortuosos, a resiliência humana se revela na coragem de seguir em frente, na capacidade de se reinventar e na fé de que sempre há um fluxo possível.

Hoje, entendo que a água e a mulher que enfrenta adversidades compartilham a mesma essência: resiliência, persistência e capacidade de transformação. Cada decisão que tomo na gestão hídrica é guiada por essa analogia — e cada dia que sigo em frente, pessoal e profissionalmente, reafirma que é possível fluir com coragem, esperança e determinação, mesmo diante dos maiores desafios.

Como mulher na gestão de recursos hídricos, acredito que nossa presença e atuação são fundamentais para construir uma gestão mais inclusiva, sensível e inovadora. Trabalhar pela preservação das águas não é apenas minha profissão: é, para mim, uma missão de vida, e uma oportunidade de inspirar outras mulheres a também fazerem a diferença nesse campo vital.



Engenheira Sanitarista e Ambiental (Universidade Salvador), Bacharel e Licenciada em Geografia (Universidade Católica do Salvador), Mestranda em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos pelo Programa ProfÁgua (Universidade Federal da Bahia). Hidróloga do Núcleo de Outorga do INEMA.

# Lydia Meade Ocaranza

---

“El agua me enseñó a servir, a escuchar y a fluir.  
Ella ha sido mi maestra, mi causa y mi destino.  
Con el agua, todo; sin ella, nada.”

**S**oy mexicana y el agua me ha acompañado desde que tengo memoria. A los diecisiete años, con un permiso escrito de mi madre y una enorme voluntad de aprender, descubrí que mi vida estaría unida para siempre a los recursos hídricos. Mi trayectoria profesional comenzó en la Secretaría de Asentamientos Humanos y Obras Públicas de Morelos, donde descubrí que el agua no solo circula por las tuberías: también fluye en la enseñanza, la comunidad y la esperanza.

Mis inicios profesionales se desarrollaron en comunidades rurales, donde formé comités de agua, enseñé y expliqué el ciclo del agua y destacué su valor fundamental para la vida. Al convivir con mujeres que caminaban largos trayectos cargando cántaros, aprendí que acercar el agua significaba acercar dignidad. En esos pueblos comprendí que servir al agua es también servir a la humanidad.

Provengo de una familia ligada al agua: crecí rodeada de historias sobre ríos, pozos y presas. Mi abuelo, mi abuela, mi padre y mi compañero de vida me enseñaron que el agua es mucho más que un recurso; es identidad, comunidad y futuro. Esta herencia marcó mi vocación y mi destino.

En la Comisión Estatal del Agua de Morelos trabajé directamente con la gente, organizando a mujeres y hombres en comités para construir sistemas de agua potable. Aprendí que la infraestructura cobra sentido únicamente cuando se acompaña de participación social, confianza y alianzas genuinas con el territorio. A través del programa COPLAMAR fortalecí la organización comunitaria, y el reconocimiento recibido lo atesoro como un homenaje a las mujeres rurales que sostienen la vida gota a gota.

Mi camino profesional continuó en la Secretaría de Agricultura y Recursos Hidráulicos y, posteriormente, en la Comisión Nacional del Agua. Allí, diseñé e impulsé el programa “Niñas y Niños Vigilantes del Agua”, un espacio de radio y televisión que durante diez años sembró conciencia hídrica en la infancia. Participé en la atención de emergencias hidrometeorológicas atendiendo a poblaciones vulnerables, así como en la instalación del Consejo de Cuenca del Río Balsas, sus comités y comisiones. Estos procesos confirmaron que la gestión del agua es posible únicamente con organización, compromiso y amor genuino por el territorio.

Mi labor trascendió fronteras, colaborando con mujeres de toda América Latina en proyectos de gobernanza hídrica y equidad. Fui ponente e instructora en Panamá, Brasil, Colombia, España y Bolivia, compartiendo aprendizajes sobre cuencas, participación social y perspectiva de género. En el 8.º Foro Mundial del Agua, en Brasil, expuse sobre los territorios hidrosociales y confirmé que la defensa del agua es un acto colectivo, especialmente entre mujeres que, desde distintos rincones, sostienen la vida.

He escrito y colaborado en publicaciones sobre agua, biodiversidad y políticas públicas, convencida de que compartir el conocimiento es un acto de servicio. Fui reconocida por la International Water Association, la Federación Internacional de Mujeres de Negocios y Profesionales, la revista Líderes Mexicanos, en el 2021 y 2022 me incluyó entre las 50 figuras más influyentes del sector hídrico. Estos reconocimientos celebran un trabajo colectivo, de quienes creen que la gestión del agua puede ser justa, incluyente y transformadora.

Fui invitada por la Red Brasileña de Organizaciones de Cuencas Hidrográficas (REBOB) a participar en el 1er Foro Latinoamericano del Agua, donde representé a México como directora de la Asociación para la Sostenibilidad de las Mujeres de Morelos allí destacué la importancia de la cooperación entre países, la participación social y el compromiso con las poblaciones más vulnerables, hoy en día formo parte del Consejo Latinoamericano del Agua.

En la Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales dirigí las Direcciones Regulación Forestal, Regulación de Costas y Mares y la Bioseguridad de los Recursos Naturales, impulsando normas y estrategias para proteger ecosistemas y polinizadores. Actualmente, me desempeño como Directora de Participación Social en Cuencas Hidrográficas en la Asociación Sustentable por la Mujer Morelense, donde continúo trabajando por la justicia hídrica, la educación ambiental y la construcción de alianzas que permitan soluciones sostenibles.

Al contar con tres maestrías, una especialidad en economía y gestión del agua y numerosos diplomados en mi formación académica me proporcionó bases técnicas sólidas; pero mi verdadera escuela ha sido el trabajo en las comunidades. Mi legado reside en cada comité que aprendió a organizarse, en cada mujer que dejó de cargar agua sobre sus hombros y en cada niña y niño que comprendió que cuidar el agua es cuidar la vida.

El agua me enseñó a fluir, a resistir y a sanar. En su cauce encontré mi misión: servir. Por ello, cada paso que doy reafirma la convicción que guía mi vida y mi trabajo: con el agua, todo; sin ella, nada.



Directora de Participación Social en Cuencas, con 3 maestrías y 46 años sirviendo a comunidades, mujeres y territorios. Especialista en gobernanza hídrica y miembro de redes latinoamericanas del agua.

# Marcela Nectoux

---

“Cansu: água, vida e feminino.”

**N**o ano passado, estive representando a Diretoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo em um evento internacional realizado na Universidade de São Paulo. O tema do painel foi “Água: a nova moeda global” e contou com debatedores diversos, desde representantes do ecossistema de inovação, passando por conselhos de grandes empresas, concessionárias de saneamento, governo e sociedade civil, com suas preocupações sobre o consumo desse recurso.

É comum, ao sermos convidados para participar de um painel, que nos preocupemos sobretudo com a nossa fala. Estudamos os temas propostos e preparamos pontos de discussão de modo a contribuir com o debate. A motivação é fazer jus à responsabilidade do convite e bem representar a instituição à qual estamos vinculados.

Mas, cada vez mais, penso que o grande ganho ao participar de eventos está nos momentos fora do roteiro, nas oportunidades de interação orgânicas. No início desse painel, a mediadora convidou uma cientista iraquiana para uma fala de abertura. Ela começou trazendo uma expressão em turco: “cansu”, que, além de um nome feminino, também é usada como um termo carinhoso para se referir a uma mulher. Comentou que seu pai costumava chamar sua mãe de “cansu”.

Cansu é a união de duas palavras: *can* (vida, alma, espírito) + *su* (água). A tradução direta é “água da vida” ou “água viva”, e representa a pureza, a nutrição e a importância da água na cultura turca. A convidada prosseguiu reafirmando a centralidade da água na cultura árabe e contou que sua mãe costumava dizer que, quando temos problemas, devemos ir até a beira de um rio e contá-los a ele, para que os leve para longe e nos traga boas novas.

Em português, água é um substantivo feminino. Talvez seja uma mera coincidência linguística, mas me peguei refletindo sobre o quanto o tema da água atravessa as questões de gênero ao redor do globo, em diversos idiomas.

É sabido que, historicamente, as mulheres desempenham um papel crucial como principais coletoras de água, o que as coloca no centro da conservação e da gestão desse recurso, mas também como as mais vulneráveis diante da escassez hídrica e da falta de saneamento. Como reforça a UNICEF, cada passo dado por meninas em direção à coleta de água as afasta do acesso à educação, à segurança e a outros direitos da infância e da adolescência.

No Brasil, são as mulheres as mais prejudicadas pela falta de saneamento. O número de mulheres que residem em casas sem coleta de esgoto aumentou de 26,9 milhões para 41,4 milhões entre 2019 e 2022, segundo dados do estudo: O Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira, conduzido pela Ex Ante Consultoria Econômica. Nesse mesmo período, a população feminina prejudicada pela falta de água tratada passou de 15,2 milhões para 15,8 milhões.

O mesmo estudo destaca um ponto central: o impacto transformador da universalização do saneamento para as mulheres. O alcance das metas de serviço tem o potencial de retirar 18,4 milhões de mulheres da condição de pobreza. Além disso, três em cada quatro mulheres que deixariam essa condição seriam pardas ou negras, evidenciando que o recorte racial é uma dimensão indispensável na análise da gestão da água.

Por um lado, esses números revelam o quanto ainda temos a avançar no enfrentamento dos desafios hídricos globais e na construção de um futuro sustentável. Por outro, o termo "cansu" retorna à minha mente, lembrando-me de que a participação das mulheres é central na gestão da água: somos promotoras da vida e catalisadoras de mudanças nas comunidades.

A partir dessa reflexão, tenho assumido, no Estado de São Paulo, o compromisso de ampliar a participação feminina em conselhos de bacias hidrográficas e em outras estruturas de governança do sistema de gestão de recursos hídricos, assegurando que suas perspectivas e necessidades estejam presentes nos processos decisórios.

A presença ativa das mulheres nesses espaços não é apenas uma questão de equidade, mas uma escolha estratégica para qualificar as políticas públicas, fortalecer a governança e tornar a gestão da água mais eficaz. Reconhecer, valorizar e integrar o protagonismo feminino é, ao mesmo tempo, um dever histórico e uma condição para alcançarmos a segurança hídrica.

Promover a participação plena das mulheres em todos os níveis de decisão, aliada ao reconhecimento de seus saberes, experiências e práticas, é fundamental para a construção de um futuro hídrico mais justo, inclusivo e sustentável para todas as pessoas.

<sup>1</sup> i Las mujeres y las niñas cargan con la peor parte de la crisis del agua y el saneamiento – nuevo informe del UNICEF y la OMS.

<sup>2</sup> O Saneamento e a vida da mulher brasileira 2022 - Trata Brasil



Engenheira Ambiental (UFRGS), Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (UFRGS/IPH), MBA em Gestão de Projetos (FGV). Tem mais de 10 anos de experiência na coordenação e liderança de times em projetos de saneamento ambiental e sustentabilidade corporativa. Líder da Setorial de Saneamento e Recursos Hídricos da Infra Women Brazil e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS. Atualmente é Diretora de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo.

# Maria Antônia Nobre

---

“Cuidar da água é exercer governança no presente para proteger o futuro.”

**N**asci na zona rural do Acre, às margens do Rio Acre. Sou filha de seringueiro, neta de cearense que chegou ao estado pelas águas, quando os rios eram as únicas estradas. Cresci vendo o rio como caminho, alimento e sustento. Na vazante surgiam praias extensas; na cheia, aprendíamos respeito. Foi ali que compreendi que a água não é paisagem — é condição de vida.

Aprendi cedo que a água não se desafia, respeita-se. Aos nove anos, deixei o campo para estudar na cidade. Foi então que percebi que nem todos viviam a relação que eu conhecia. Onde eu via abundância, muitos enfrentavam ausência de saneamento e desigualdade de acesso. Entendi que falar de água é falar também de justiça.

Formei-me em Geografia pela Universidade Federal do Acre e iniciei minha trajetória como professora. Ensinar território era ensinar pertencimento. Em 2006, ao ingressar como Gestora de Políticas Públicas do Estado do Acre, fui lotada na Agenda Azul da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. A vivência transformou-se em compromisso institucional.

Participei da elaboração do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos do Acre, lançado em 2012. Ali compreendi que, quando tratada como política pública, a água integra um sistema que envolve planejamento, regulação, fiscalização e participação social. Atualmente coordeno a revisão desse plano, reafirmando que proteger as águas exige visão de longo prazo e capacidade de adaptação diante dos desafios climáticos.

Atuei na implementação de programas de conservação e recuperação de nascentes e matas ciliares na bacia do Rio Acre, reconhecendo que proteger as margens e as fontes é preservar o próprio ciclo da vida. Cuidar dessas áreas é fortalecer a segurança hídrica e garantir sustentabilidade às bacias.

Especializei-me em Gerenciamento de Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Amazonas e concluí o Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos pela Universidade de Brasília. Cada etapa fortaleceu minha convicção de que a governança hídrica se constrói com técnica, escuta e cooperação.

Atualmente exerço a função de Chefe do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre

e de Coordenadora-Geral do Grupo Técnico da Agenda Azul da Amazônia Legal. Trabalhar na Amazônia exige perspectiva integrada: os rios não reconhecem fronteiras. Participo da construção de agendas técnicas e planos de trabalho entre Acre, Peru e Bolívia para a gestão de bacias transfronteiriças, reafirmando que segurança hídrica depende de diálogo permanente entre instituições e países.

Parte significativa da minha atuação está na formação de pessoas. Coordeno capacitações e incentivo a qualificação de servidores e representantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, fortalecendo a governança e a capacidade institucional.

Ser mulher nesse espaço é desafio e responsabilidade. A presença feminina na gestão das águas ainda precisa avançar, especialmente nos espaços de decisão. As mulheres contribuem com sensibilidade, estratégia e firmeza. Água é planejamento, prevenção e equilíbrio entre uso e preservação.

Sou mãe de três mulheres. A maternidade ampliou minha percepção sobre o tempo das políticas públicas. Cada decisão tomada hoje dialoga com o futuro que elas herdarão.

Minha trajetória começou nas margens do Rio Acre e hoje se estende por territórios que ultrapassam fronteiras. O compromisso permanece: garantir que as águas continuem correndo limpas, acessíveis e protegidas para as próximas gerações.



Geógrafa pela UFAC. Especialista em Recursos Hídricos pela UFAM. Mestre pela UnB. Gestora pública do Acre e coordenadora do GTAA.

# Maria Aparecida de Souza Araujo

---

“Carrego na memória o que a natureza me ensinou — água é vida — e é isso que me guia .”

**S**ou oriunda de uma família tradicionalmente ligada ao trabalho com a terra e ao uso responsável dos recursos hídricos. Mesmo em uma época em que a disponibilidade de água era abundante, aprendi desde cedo a valorizar cada nascente, cada ribeirão e cada rio. Cresci tomando banho em rios, riachos e ribeirões observando, com admiração, a forma diferenciada com que meu pai — produtor rural — cuidava da propriedade. Ele sempre nos ensinou a importância de práticas conservacionistas, como evitar o desmatamento além do estritamente necessário, proteger áreas de preservação, manter pastagens arborizadas e conservar nascentes. Era a sabedoria simples, porém profunda, de um homem que, mesmo sem formação acadêmica, compreendia intuitivamente o valor do nosso bem mais precioso: a água.

Antes mesmo de ingressar na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD/GO), eu já carregava em mim um forte sentimento de cuidado e responsabilidade socioambiental. Vivi, ao longo dos anos, a triste experiência de testemunhar a redução gradual da disponibilidade hídrica em diversas regiões do estado, resultado das pressões antrópicas e das mudanças no uso e ocupação do solo.

Ao assumir minha função no Órgão Gestor, dentro da Secretaria, meu primeiro trabalho foi participar da mobilização para a implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/GO), em 2014 — instrumento essencial da Política Estadual de Recursos Hídricos. Posteriormente, tive a honra de assumir a coordenação dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Goiás, missão que abracei com responsabilidade técnica, profissionalismo e profundo comprometimento. Nos colegiados, sempre busquei fortalecer a gestão participativa, promover o uso sustentável da água e fomentar ações e conscientizações sobre a importância da preservação dos mananciais.

Sempre lutei com firmeza — e, por vezes, até com certa intransigência — na defesa da água. Conduzir os Comitês de Bacia tornou-se, para mim, não apenas uma atribuição institucional, e sim um objetivo pessoal. Em cada projeto de que participei, procurei manter viva a memória da minha infância e dos valores que aprendi. Essa lembrança funciona como um alento e uma motivação permanente: mesmo diante da percepção da magnitude dos desafios ambientais, sigo empenhada em entregar o melhor do conhecimento que acumulei ao longo de toda a minha trajetória.

E, ao longo dessa caminhada, percebi algo que ainda me inquieta: a restrita participação das mulheres nesse processo. Somos poucas, mas de uma força imensa. Não somos frágeis; somos determinadas. Aprendi que nós, mulheres, carregamos a capacidade de superar desafios e transformar realidades, mesmo quando o caminho parece difícil. Acredito que nosso protagonismo na gestão dos recursos hídricos está sendo cada vez mais valorizado, o que se traduz numa maior participação feminina nos rumos da gestão dos recursos hídricos e fará toda a diferença para garantir um futuro mais justo, equilibrado e sustentável.

Este é o meu relato. Uma história que começa nos riachos da infância e segue, com perseverança, até as políticas públicas de águas. Uma trajetória guiada pelo mesmo princípio que meu pai me ensinou tantos anos atrás: a água é vida, e cuidar dela é dever de todos nós.



Bacharel em Administração, com sólida trajetória na administração pública e privada, destacando-se pela atuação estratégica na gestão de recursos hídricos e no fortalecimento institucional. Servidora pública da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), com 14 anos de experiência como gestora dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Goiás, desenvolvendo atividades de articulação institucional, apoio à governança participativa e implementação de políticas públicas voltadas à gestão integrada das águas.

# Maria Aparecida Vargas

---

“Água, Bacia Hidrográfica, Vida, Mulher, Mãe – Espiritualidade, Força, Energia, Vitalidade e Transversalidade definem.”

**C**omeço minha história com as águas em 1995, inicialmente como diretora de Recursos Hídricos na Prefeitura de Vila Velha – ES, assumindo ao final, por um período, o cargo de Secretária Municipal de Meio Ambiente.

Esse foi um período anterior à publicação da Lei.9.433/97 e o que tínhamos de iniciativa de recursos hídricos eram os Consórcios Piracicaba, Capivari, Jundiáí no Estado de São Paulo e o Consórcio Santa Maria e Jucu no Estado do Espírito Santo. E foi no Consórcio Santa Maria e Jucu, representando a Prefeitura de Vila Velha, que comecei minha história com as águas. E foi nesse universo que me vi tomada pelo tema.

Por conta dessa atuação, o INEA no Rio de Janeiro (SERLA à época), me chamou para eu criar um Consórcio nos mesmos moldes, o Consórcio do rio Muriaé. Começamos pela foz do Muriaé no rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes, com as Usinas de Cana de Açúcar de Outeiro e Sapucaia e o Município de Cardoso Moreira. Fomos subindo o rio, trazendo municípios e empresas até que chegamos em Muriaé e, a empresa Cataguazes Leopoldina (hoje ENERGISA) com visão empresarial à frente de seu tempo, através de seu diretor regional Amaury Damiance, seu vice Presidente José Antônio da Silva Marques (Zétunin, in memoriam), seu Presidente Manoel Otoni Neiva e o dono da empresa e seus filhos, a família Botelho, não só apoiaram a criação do Consórcio do rio Muriaé como me contrataram como consultora para trabalhar com recursos hídricos em todas as suas usinas, criar também os Consórcios do Pomba e Muriaé em MG e o BNG2 em Nova Friburgo-RJ. Na ocasião a gerência de Meio Ambiente da CFLCL éramos eu, como consultora e Marco Antônio Pinto Barbosa como gerente de Meio Ambiente. Dividíamos uma mesa na sala responsável pela geração da empresa.

E foi aí o meu divisor de águas. Passei a trabalhar gestão de recursos hídricos com o olhar para o setor hidrelétrico, mas sem nunca perder a essência da luta “Gestão pela Gestão”, e não para atender interesses específicos. E sempre tive o apoio do setor hidrelétrico para isso. Desde a Cataguazes Leopoldina até a ABRAGEL que represento hoje em várias instâncias do SINGRHE e para onde fui levada pela ENERGISA (CFLCL).

Enquanto instalávamos estes Consórcios de Bacia, que difere dos Consórcios Municipais por terem como associados o Poder Público, Usuários e Sociedade Civil, já um espelho do que seria o Comitê de Bacias, começamos um trabalho de reconstituição do CEIVAP, tendo a ENERGISA como um de seus maiores atores.

E então, é publicada a Lei 9.433/97.

E vamos nós, capitaneados pelos consórcios de bacia, trabalhar junto à Secretaria Nacional de Recursos Hídricos para instalarmos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Raymundo Garrido era o Secretário. E lá estávamos eu, Júlio Thadeu Ketelutti, João Jerônimo Monticelli, Dalto Fávero, Francisco Laohs e Suraya Modaelli. Desde então, já começamos com as mulheres em minoria pelo Sistema. Elaboramos todo o processo de criação do CNRH - edital, assembleias e posse.

Instalado o CNRH, agora já com o apoio e participação de instituições nacionais de peso como CNI, CNA, Ministérios, Governos Estaduais, ONGs e outros usuários, fomos para suas Câmaras Técnicas, preparando Resoluções que definiam suas competências. E, daí em diante o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos vem se organizando.

É publicada a Lei 9.984 e a ANA é criada. Fortalecendo mais ainda o SINGREH. Jerson Kelman seu primeiro Diretor Presidente. Outros nomes que não podemos esquecer nesse período de instalação da ANA são Benedito Braga, Lotuffo, Bruno Pagnochesc, Marcos Freitas, Joaquim Gondim, Dilma Selli Pena.

Enquanto isso, no CEIVAP, éramos o comitê que abria as portas para implementação dos instrumentos de gestão. Fizemos o cadastro de usuários da bacia com a experiência da autodeclaração, aprovamos a cobrança, criamos uma delegatária para atender ao Comitê, a AGEVAP. Fomos o primeiro comitê a instituir a cobrança pelo uso da água no País. Com um forte apoio da ANA.

De lá para cá, participo do CNRH desde sua instalação. Através da ABRAGEL, ampliei minha atuação em CBHs e Conselhos Estaduais, atuando hoje em aproximadamente 20 CBHs e 4 CERH.

Enfrentamos a crise hídrica de 2014/2015, no Paraíba do Sul com um acordo de transposição para São Paulo para atender o Cantareira e a região metropolitana de SP e novas regras operativas, discutimos e definimos regras e diretrizes gerais para planos de bacia, cobrança, outorga, reuso, segurança de barragens dentre outros no CNRH e, aprovamos três Planos Nacionais de Recursos Hídricos.

Nessa luta, se pegarem os nomes que citei, do início de nossa jornada pela gestão de recursos hídricos, verão que a mulher quase não estava inserida. Ainda não está como deveria ser, mas já melhorou muito. Graças à garra de várias mulheres que foram se dando as mãos pelo caminho.

Façamos um levantamento dos cargos hoje na Presidência do CNRH, dos CERHs, nos CBHs, quantas mulheres temos? Quantas vemos em uma mesa técnica montada sobre o assunto? Já conquistamos algum espaço, mas temos muito ainda por conquistar.

Tenho orgulho em ver como o setor hidrelétrico vem se adaptando e, principalmente, contribuindo com o SINGREH. Não posso deixar de dar o devido destaque aos 0,75% da CFURH, repassado para a ANA e responsável pelo seu orçamento. Sempre que tenho oportunidade digo que a ANA tem o metro quadrado com maior capacidade técnica instalada no país.

E, finalizando minhas reminiscências por todos estes anos na luta pela gestão de recursos hídricos, tenho que deixar meu reconhecimento a todos e todas que junto comigo acreditam nessa luta, à ABRAGEL a quem deixo meus agradecimentos à todos que sempre me apoiam, me incentivam e acreditam em meu trabalho, através de seu Presidente, Charles Lenzi, aos meus pais Héilton e Helena e, especialmente, aos meus filhos João Caetano, Camila, Clarissa e Marta que, os primeiros enquanto crianças tiveram uma mãe sempre viajando tendo a Marta sempre em meu apoio. Venceram comigo essa batalha.

E o que posso deixar de mensagem é que sigo em frente, com a mesma garra, com os mesmos princípios e com a mesma crença. E, claro, muito aprendizado e cabelos brancos.



Formada em Ciências Biológicas e especialista em Gestão de Recursos Hídricos, atua como consultora na área desde 1995, com foco na gestão do uso da hidroeletricidade.

# Maria do Carmo Neves dos Santos

---

“Sem água não há vida possível, pois é ela a mãe da vida.” - Monteiro Lobato

**V**ivo no estado do Amazonas, Região Amazônica, que possui o maior rio em volume de água do mundo, maior floresta tropical, com aproximadamente 60% do seu território composto por Unidades de conservação Estaduais, Federais e Terras Indígenas.

Praticamente não temos ligação por estradas, por isso os deslocamentos entre as cidades se dá pelos rios. O abastecimento de combustíveis, o transporte de cargas diversas e por aí vai. Somente estas características já seriam suficientes para despertar o interesse pelos recursos hídricos, entretanto tem mais um detalhe, fui criada às margens do Igarapé de Manaus que deságua no Rio Negro, que banha a cidade de Manaus. Vivi toda a minha infância nesse lugar. Naquela época, ainda víamos ali jacarés, peixes e várias outras espécies aquáticas. Mas também sofriamos com as alagações, nos períodos de grande intensidade de chuvas, causadas pelo acúmulo de lixo que obstruíam as drenagens.

Portanto, é neste cenário que vivo e que me motivou a cursar geologia e posteriormente atuar na área ambiental.

Trabalho há 37 anos no Órgão Estadual de Meio Ambiente, o IPAAM, onde sou analista ambiental. Ao longo desses anos ocupei vários cargos de gestão como diretoria técnica, gerências, coordenação de projetos, entre outros.

Durante esse período, no que diz respeito aos recursos hídricos, participei das discussões para a elaboração da lei da política estadual de recursos hídricos, da implantação do primeiro comitê de bacia do Amazonas, da criação do Conselho Estadual e Recursos Hídricos e dos procedimentos e exigências para emissão de outorgas e para o licenciamento ambiental das atividades que demandam o uso e/ou aproveitamento dos recursos hídricos. E ainda, de diversas reuniões do Fórum Nacional de Recursos Hídricos. Assim, mesmo tendo exercido diferentes funções no órgão ambiental, muitas vezes não diretamente relacionadas à gestão de recursos hídricos, é impossível trabalhar com meio ambiente no Amazonas sem, de alguma forma, lidar com a água. Aqui, os recursos hídricos atravessam todas as dimensões da gestão ambiental e fazem parte do nosso cotidiano profissional.

Apesar da abundância descrita anteriormente, ou seja, de termos recursos brutos (rios, igarapé, aquíferos) em volta, a maioria das cidades do meu Estado não tem

água potável chegando nas torneiras. É frustrante perceber que a abundância natural não se traduz em qualidade de vida por falta de infraestrutura.

Com certeza, apesar desse cenário, o desânimo é um luxo que a gente não pode se dar se quiser ver mudança de verdade.

Grandes transformações históricas raramente começaram com um caminho fácil; elas nasceram justamente da insistência em cenários que pareciam impossíveis. Acreditar na nossa capacidade de contribuição para melhorar, é o primeiro passo para sair da paralisia e começar a agir.

Sou profundamente grata por trabalhar com o que eu acredito e por fazer parte da construção e da defesa do meio ambiente no Amazonas, um território tão rico, diverso e desafiador.

É sempre um prazer colaborar em projetos que valorizam o compartilhamento de conhecimento e experiências.



Geóloga e Matemática pela UFAM. Com especialização em Avaliação de Impacto Ambiental/COPPE/UFRJ, Gestão de Recursos Hídricos/ UFA, mestre em Ciências Ambientais e Sustentabilidade/UFAM/CCA. Analista ambiental do IPAAM.

# Maria do Carmo Martins Sobral

---

“A água não respeita fronteiras. Ela segue fluindo e preenche todas as depressões que encontra. Não vacila ante nenhuma passagem, nada a faz perder sua natureza essencial. Ela permanece fiel a si mesma em todas as circunstâncias.”

- Ching Hexagrama 29 O Abismal (Água)

**M**inha trajetória científica e profissional tem sido dedicada há mais de cinco décadas à governança da água e do meio ambiente, incorporando uma visão interdisciplinar, institucional e internacional. Formada em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, desde os primeiros anos profissionais, percebi que gerenciar o uso da água exige tecnologia e responsabilidade social considerando as comunidades que dependem dela.

Contratada pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM em 1976, tive a oportunidade de realizar o mestrado em engenharia civil na Universidade de Waterloo, Canadá, onde conheci o avanço que aquele país já tinha sobre gestão de bacias hidrográficas, realização de audiências públicas com a sociedade e avaliação dos impactos ambientais de projetos hídricos. Esses temas ainda não eram considerados prioritários no Brasil, uma vez que a formação profissional de engenheiros, estava voltada basicamente para o saneamento básico. Após o retorno do Canadá em 1981, participei da elaboração da lei de proteção dos mananciais das RMR e o plano diretor de recursos hídricos da RMR, entre outros.

Em 1985, meu desejo de continuar aprendendo com a experiência internacional me levou a participar do Curso de Especialização na Alemanha em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Dortmund. E posteriormente, obter o título de doutorado integral na Universidade Técnica de Berlin, tratando sobre o tema EIA de grande projetos de reservatórios, tendo como estudo de caso o reservatório de Itaparica no trecho submédio do rio São Francisco. Na época, a Alemanha liderava o movimento ambiental com a criação e consolidação do Partido Verde. Junto a isso, a queda do muro de Berlin em 1989 acelerou a implantação de novas formas de atuação e construção de políticas públicas de gestão da água e do solo. Após retornar do doutorado decidi me dedicar para ingressar no mundo acadêmico, fato que se concretizou com minha aprovação em 2008 no concurso de docente do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UFPE. Assim, pude trazer para o espaço acadêmico, minha experiência das diversas funções que assumi como técnica e gestora em instituições do governo de Pernambuco, quando pude orientar diversos profissionais que atuam no mercado e desenvolvem projetos conjuntos..

Ressalto que minha experiência institucional e internacional em termos de projetos de cooperação acadêmico-científica, tem sido relevante para fortalecer os seguintes programas de pós-graduação onde participo como docente: 1) Engenharia Civil – área de concentração tecnologia ambiental e recursos Hídricos, 2) Desenvolvimento e Meio Ambiente - Rede Prodema e 3) Mestrado Profissional em Rede Nacional – ProfÁgua. Tenho contribuído na formação de novas gerações de profissionais e pesquisadores, com sensibilidade para atuar levando em consideração as realidades socioambientais brasileiras

Essa parceria de longo prazo com a Alemanha existe graças ao valioso apoio das instituições de fomento, não só no âmbito universitário mas também com instituições governamentais, como por exemplo: Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA); Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), onde discentes brasileiros e alemães tem a possibilidade de desenvolver suas pesquisas e realizar estágios de curta duração, compreendendo melhor a implementação das políticas ambientais no Brasil, dos programas, dos conflitos e possíveis soluções.

Quanto à representação em órgãos colegiados, ressalto minha participação na Comissão de Pós-graduação da UFPE; Conselho Administrativo do Operador Nacional Elétrico – ONS; Conselho Científico do Instituto Tecnológico de Pernambuco - ITEP; Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, Comitê Técnico-Científico de Ensino Superior da Capes e do Conselho Estadual de Meio Ambiente – Pernambuco, entre outros. Tenho também participado como assessora e consultora ad-hoc de diversos órgãos de fomento, ressaltando a avaliação de projetos de pesquisa, pedidos de bolsas de estudo e processos seletivos para estágios e doutorado, tanto no Brasil como no exterior.

Minha produção científica e tecnológica se concentra em temas estratégicos de avaliação de impactos ambientais, qualidade água, gestão de bacia hidrográfica, mudanças climáticas e indicadores de sustentabilidade.

Ressalto que ser uma engenheira mulher atuando na governança da água, tem me ensinado sobre a importância da colaboração e responsabilidade. Significa ocupar espaços de tomada de decisão, contribuir com a difusão do conhecimento, abrindo caminhos para outras mulheres e integrando saberes populares. Tenho incorporado a relevância de uma análise cuidadosa o território, valorizando as comunidades de modo a propor soluções sustentáveis.

Registro minha gratidão pelas oportunidades que tive para fortalecer minha formação e atuação, em especial a todos discentes e docentes com quem tenho atuado, tendo como missão contribuir para ações que possam garantir os usos múltiplos da água, a sustentabilidade e a justiça social.



Engenheira Civil. Professora titular da Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Academia de Engenharia e da Academia Pernambucana de Ciências.

# Maria Fernanda Canabarro

---

“Cuidar da água é honrar o Criador, proteger a vida e assumir, com amor e responsabilidade, o compromisso com as gerações que ainda virão.”

**A** água nunca foi apenas uma área da minha formação. Ela se tornou parte da minha identidade. Sou engenheira ambiental, mas minha caminhada com os Comitês de Bacias Hidrográficas começou muito além da técnica. Desde 2009, venho construindo essa história dentro das salas de reunião, nos debates intensos, nas decisões que, muitas vezes, carregam o peso de interesses distintos. Foi ali que compreendi que falar de água é falar de vida — concreta, real, cotidiana.

Aprendi que cada pauta discutida em um Comitê, impacta famílias, produtores, cidades inteiras. Não são apenas números, vazões ou processos administrativos. São pessoas que dependem daquele recurso para viver, trabalhar, produzir e sonhar. A água conecta tudo. E quando ela falta ou é mal gerida, todos sentem.

Participar do processo de implantação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Teles Pires foi um divisor de águas na minha trajetória. Estive presente desde o início, acompanhando articulações, contribuindo tecnicamente e apoiando, nos bastidores, cada etapa dessa construção. Foram reuniões longas, desafios institucionais, momentos de incerteza e também de esperança. Vi nascer um espaço que hoje representa governança, diálogo e responsabilidade compartilhada.

Nada foi simples. Construir um Comitê exige paciência, firmeza e capacidade de ouvir. Exige acreditar que a gestão participativa não é utopia, mas caminho. E quando o Comitê se consolidou, senti que não estávamos apenas cumprindo uma etapa formal — estávamos deixando um legado.

Hoje, na presidência do CBH Alto Teles Pires, carrego um sentimento que mistura honra e responsabilidade. Cada reunião exige preparo. Cada decisão exige equilíbrio. Cada posicionamento exige coragem. Liderar é servir. É estudar profundamente cada tema, é mediar conflitos sem perder a essência, é manter a serenidade quando os interesses se tensionam.

Como coordenadora adjunta do Fórum Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Mato Grosso, minha visão se ampliou ainda mais. Passei a enxergar não apenas uma bacia, mas múltiplas realidades, diferentes desafios e uma mesma urgência: fortalecer o Sistema e dar voz à sociedade. A água não conhece fronteiras. Ela nos ensina sobre interdependência.

Ao longo dessa jornada, participei de seminários, encontros e ações de educação ambiental que marcaram profundamente meu coração. Sempre que compartilho conhecimento, percebo que estamos plantando algo maior: consciência. E consciência transforma gerações.

Ser mulher nesse espaço é, ao mesmo tempo, desafio e missão. Ainda precisamos ocupar mais cadeiras, ainda precisamos provar nossa capacidade técnica e nossa firmeza. Mas aprendi que presença consistente constrói respeito. Liderança feminina na gestão das águas não é sobre disputar espaço — é sobre qualificar o espaço.

Houve momentos de cansaço. Houve noites de reflexão após decisões difíceis. Mas também houve a alegria silenciosa de saber que estamos contribuindo para algo que ultrapassa mandatos e gestões. A água exige visão de longo prazo. Ela nos lembra que as escolhas de hoje moldam o amanhã.

A água me ensinou constância. Mesmo diante de obstáculos, ela encontra caminhos. Assim sigo eu: persistente, comprometida e consciente de que cada esforço faz diferença.

Não luto apenas por rios mais protegidos. Luto por comunidades mais conscientes, por gestão mais participativa, por decisões mais responsáveis. Luto para que nossas bacias hidrográficas sejam vistas não como territórios de disputa, mas como territórios de cuidado.

Se hoje ocupo posições de liderança, é porque escolhi não ser espectadora. Escolhi participar, estudar, me posicionar e servir. A água me deu propósito. E eu sigo, com firmeza e fé, defendendo cada gota como quem defende a própria vida — porque, no fundo, é exatamente isso que ela representa.



Engenheira Agrícola e Ambiental, presidente do CBH Alto Teles Pires, Coordenadora Adjunta do Fórum Estadual de CBHs de MT. Possui escritório de engenharia com atuação em regularização ambiental de empreendimentos urbanos e rurais, desde 2016.

# Maria Isabela de Souza

---

“A água é como a liberdade, só tem valor quando a perdemos.” - Guimarães Rosa

**F** Compartilho com carinho minha vivência e percepção do caminho percorrido até aqui! Nasci em Vitória-ES, formada em Engenharia Agrônoma pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo, valendo a pena destacar que minha escolha pelo curso, foi pelo desejo de atuar junto às ciências da natureza. Ecossistemas e água sempre foram temas importantes em meus estudos. Participei do projeto de recuperação da Bacia hidrográfica do Rio Itapemirim. Minha primeira experiência profissional me levou ao Estado de Minas Gerais, onde comecei a atuar na gestão de recursos hídricos participando do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande, representando o CREA Minas, quando residi em São João del Rei, a partir deste momento eu conheci um propósito de vida e passei a me dedicar às águas do Rio Grande. Atuei na sequência na Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas e atualmente estou na presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde. Atuar na gestão de recursos hídricos representando o segmento sociedade civil, é um desafio constante onde precisamos equilibrar a vida profissional com as demandas desse voluntariado. Minha participação é marcada pelo comprometimento apaixonado, atuação responsável e desejo de cuidar das águas para minha geração e gerações futuras. Trago de certeza que a preservação ambiental em toda sua extensão, sendo preservação de florestas, proteção da fauna, conservação de solo e garantia de manutenção dos ecossistemas, é a garantia de manutenção da disponibilidade de água em qualidade e quantidade, que precisamos para ter segurança e avançar em nosso desenvolvimento econômico e social. A gestão de recursos hídricos deve ser planejada com participação ativa de representantes da sociedade, inserida na região geográfica da bacia hidrográfica. Conhecer as características físicas e sociais são fundamentais para assumir os compromissos necessários, para garantir a disponibilidade de água para esta e para as futuras gerações. Neste contexto, tive a oportunidade de conhecer sobre a importância das áreas destinadas à conservação ambiental, onde estabelecer limites para o avanço do desmatamento tem um fator primordial para a segurança hídrica. As unidades de conservação são um exemplo para a garantia da conservação dos recursos hídricos, a cobertura do solo com vegetação nativa garante a eficiência do processo de recarga hídrica e a disponibilidade de água para a vida e atividades econômicas. Água é o recurso natural indispensável a todas as atividades produtivas, conservação dos ecossistemas e a vida como a conhecemos. A ocupação humana e seus processos produtivos devem evoluir para soluções baseadas na NATUREZA e inserir a conservação ambiental. Venho atuando na gestão de recursos hídricos, participando de comitês de bacias

hidrográficas de afluentes do Rio Grande. A bacia hidrográfica do Rio Grande está inserida nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, ocupando uma área de 143 mil km<sup>2</sup> de área de drenagem, formada por 393 municípios e uma população de aproximadamente 9 milhões de habitantes. O Rio Grande tem a extensão de 1.286 km com nascente na Serra da Mantiqueira em altitude aproximada de 1860 metros. São seis comitês instalados na região paulista e sete comitês na porção mineira, com atuação na gestão dos recursos hídricos.

Durante minha atuação no CBH Grande, na gestão do mandato 2016/2020, estive como Secretária Executiva, período em que foi aprovado o Plano Integrado de Recursos Hídricos. Já no mandato seguinte, de 2021/2025, atuei no cargo de vice-presidente, período em que foram aprovados o instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, a entidade delegatária às funções de agência de bacia e a revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos, integrada aos planos das bacias afluentes. Neste mandato representei o CBH Grande no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil, onde atuei durante o ano de 2024 na Secretaria Geral deste colegiado. Ainda em 2024, coordenei a organização do Encontro Regional de Comitês de Bacias Hidrográficas da Região Sudeste ( ERCOB SE), o evento contou com a participação de aproximadamente 250 participantes, entre membros de comitês de bacias, especialistas em recursos hídricos e representantes de órgãos gestores dos quatro estados. Durante o ERCOB temas importantes foram abordados, com destaque para a interação entre os presentes e apresentação de projetos bem-sucedidos na conservação, ambiental que certamente contribuem para a garantia da qualidade da água. São desafios a serem vividos e nossa atuação contribui para o fortalecimento da preservação ambiental.



Engenheira agrônoma, especialista em georreferenciamento. Experiência em regularização ambiental, elaboração de projetos de recuperação ambiental, gestão de recursos hídricos.

# Maria de Jesus Melo Soares

---

“Água é vida, preserve-a, é um bem que não se cria, se cuida.”

**S**ou Maria de Jesus Melo Soares, uma figura importante na defesa do meio ambiente em Mirador, Maranhão. Nascida em Sucupira do Norte - MA, sou professora, conselheira do Parque Estadual de Mirador e Secretária Adjunta de Meio Ambiente em Mirador. Além disso, sou presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru e leciono no ensino fundamental.

Minha paixão pelo meio ambiente começou com uma palestra sobre a criação do Parque Estadual de Mirador. Desde então, me dedico à educação ambiental e ao cuidado com o rio Itapecuru.

O Rio Itapecuru nasce a centenas de quilômetros de Mirador e tem como principal afluente o Rio Alpercatas. O percurso do Alto, Médio e Baixo Itapecuru, mede mais de 1.000 quilômetros, desaguando em São José de Ribamar. O Parque Estadual de Mirador protege o Baixo Itapecuru.

Destaco o papel importante da sociedade civil e da SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) na defesa do rio Itapecuru.

Convoco todos a se unirem para proteger esse recurso natural.

## HINO AO RIO ITAPECURU ( Autor: Dilson da Câmara Guimarães)

Refrão:

Rio Itapecuru, Rio Itapecuru, cada dia, cada instante secas por falta de amor (2x)

Balaiada e revoltas,  
Mocambos e revoluções,  
Este rio já fez história  
Do povo do Maranhão.

Suas matas ciliares, suas correntes e vazão,  
Já se foram antigamente sinônimo de admiração.  
Piracema era abundante,  
Em toda sua extensão, já não há tanta riqueza, neste rio nosso irmão.

Hoje porém está secando  
Escoando em Ribeirão.  
Está minguando suas margens por causa da destruição.

Há um rio em meu rosto  
São lágrimas de aflição,  
Pois nosso rio está morrendo por causa da poluição.

E que Deus ti abençoe,  
Da nascente ao boqueirão,  
Levará minha saudade  
A São Luís do Maranhão.

Vamos todos nos unir,  
E unidos dar as mãos,  
Pra salvar o nosso rio,  
E reviver em turbilhão.



Professora e ambientalista, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru e Secretária Adjunta de Meio Ambiente em Mirador- MA.

# Marianny Monteiro Pereira de Lima

---

“Cuidar da água é um ato de amor contínuo: exige coragem para agir, sensibilidade para ouvir e compromisso com as próximas gerações.”



## guas que Ensinam, Mulheres que conduzem

A água atravessa territórios, histórias e gerações. Ela sustenta a vida, molda paisagens e conecta pessoas por caminhos invisíveis, mas profundos. Cuidar da água é um gesto diário de responsabilidade com o presente e de compromisso com o futuro. Nesse percurso, as mulheres têm assumido um papel essencial: o de integrar saberes, sustentar diálogos e manter vivo o cuidado com aquilo que é comum a todos.

Minha caminhada pelas águas sempre esteve entrelaçada à caminhada de muitas outras mulheres. Em cada espaço de atuação, aprendi que trabalhar com recursos hídricos é, acima de tudo, um exercício coletivo. A água não reconhece fronteiras institucionais, e nós, mulheres, também não atuamos sozinhas: construímos juntas, dialogamos, insistimos e seguimos.

Ao participar de processos de implementação das políticas de recursos hídricos, especialmente aqueles que exigem maturidade institucional e envolvimento social, compreendi que cuidar da água é um ato contínuo de construção. São processos que demandam tempo, escuta qualificada e disposição para o diálogo. Instrumentos como a cobrança pelo uso dos recursos hídricos revelam isso com clareza: mais do que um mecanismo técnico ou financeiro, representam um convite à corresponsabilidade, ao reconhecimento da água como bem público e à necessidade de garantir sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações.

Estar presente nesses momentos é assumir o desafio de construir consensos em meio às diferenças, de traduzir conceitos técnicos em linguagem acessível e de fortalecer a participação social nos espaços de decisão. É também compreender que a efetivação das políticas públicas depende da sensibilidade de quem as implementa, da capacidade de articulação entre setores e da permanência do diálogo ao longo do tempo.

Minha história se confunde com a de tantas mulheres que ocupam comitês de bacia, órgãos gestores, universidades, empresas e organizações civis. Mulheres que sustentam processos longos, muitas vezes silenciosos, mas absolutamente essenciais. Somos nós que mantemos o diálogo vivo, que garantimos a continuidade das ações e que lembramos, diariamente, que a água não é apenas um recurso — é vida, é direito e é base para o desenvolvimento sustentável.

Na educação, esse fio se fortalece ainda mais. Como docente, percebo que ensinar sobre recursos hídricos é também formar consciência e responsabilidade. Cada sala de aula se torna um espaço de sementeira, onde a técnica caminha junto com o cuidado, e onde futuros profissionais aprendem que decisões sobre a água carregam impactos sociais, ambientais e éticos profundos. Ensinar é, nesse sentido, um ato político e transformador.

A presença feminina na engenharia hídrica e na gestão das águas mostra, pelo exemplo, que é possível unir rigor técnico e sensibilidade humana. Mostra que a engenharia pode ser ferramenta de diálogo, de inclusão e de justiça ambiental. Ao ocuparmos esses espaços, ampliamos olhares, qualificamos decisões e fortalecemos processos mais humanos e integradores.

Pensar a água é pensar gerações. Cada decisão tomada hoje reverbera no amanhã, moldando a relação das pessoas com os rios, aquíferos e mananciais. As mulheres que atuam pela água carregam essa consciência em suas ações, transformando cuidado em estratégia e sensibilidade em força política. Ao seguir caminhando pelas águas, deixamos marcas que não são de posse, mas de proteção. Marcas que apontam para um futuro em que a água seja respeitada, compartilhada e cuidada como o bem essencial que sustenta toda forma de vida.

A atuação feminina na gestão das águas também se expressa na capacidade de permanecer. Permanecer nos processos longos, nas reuniões extensas, nas negociações delicadas e nas decisões que nem sempre geram resultados imediatos. É essa permanência que sustenta a implementação das políticas públicas e garante que os instrumentos de gestão não se tornem apenas textos legais, mas práticas vivas nos territórios. As mulheres têm exercido esse papel com firmeza, compreendendo que proteger a água exige constância, responsabilidade e visão de longo prazo.

Ser mulher nesse sistema é, muitas vezes, enfrentar desafios, resistências e invisibilidades. Mas é também reconhecer a potência da nossa atuação coletiva. A água nos ensina a persistir, a contornar obstáculos e a seguir adiante, mesmo diante das adversidades. Assim como ela, aprendemos a ocupar espaços, a moldar caminhos e a sustentar processos que garantem o direito à vida hoje e no futuro.

Este texto nasce da minha experiência, mas pertence a todas nós. Mulheres que caminham pelas águas com coragem, leveza e compromisso. Mulheres que transformam políticas em prática, conhecimento em ação e luta em esperança. Enquanto houver mulheres dispostas a cuidar da água, haverá sempre um futuro possível.



Professora titular do CESMAC, doutoranda e mestre em Engenharia Civil (UFPE), com atuação em recursos hídricos e gestão ambiental. Presidente do CBH Pratagy e membro do FNCBH por AL.

# Marinalva Domingos Batista

---

**M**eu nome é Marinalva Domingos Batista. Sou pescadora artesanal. Esta não é apenas a minha profissão; é a minha genealogia, escrita não em papel, mas na textura das mãos e no ritmo das marés. Maria das Graças e Benedito, meus pais, me apresentaram ao rio quando eu tinha oito anos. Cresci no trabalho da pesca, um trabalho lindo, enriquecedor, de superação. É um trabalho digno, honesto. Eu tenho orgulho de ser mulher da pesca, mulher das águas.

Nossa rotina começava ainda no escuro. Saíamos de casa com o sono grudado nos olhos e entrávamos no mangue, onde o dia nascia ao redor dos nossos pés, na lama e nos caranguejos que catávamos para vender aos veranistas no fim de semana. Depois, veio o cisco, que é uma matéria prima que tinha dentro da maré, quem comprava usava para transformar em Shampoo, sabonete, detergente e farinha para colocar em alimentação, fazer remédio — que nos sustentou por muitos anos. Mas hoje não tem mais, hoje só tem o sargaço. Foi uma época boa: vendemos, ganhamos, investimos.

O rio ensinou que tudo tem seu tempo. E o tempo do cisco, um dia, terminou. Muitas mulheres se dispersaram para outras atividades. Eu, porém, permaneci. A pesca é a minha raiz, não dava para arrancar. A colônia de pescadores, porém, era um mundo de homens, faltava estímulo para que nós, mulheres, ocupássemos o espaço que era nosso por direito.

A separação veio como um golpe que despedaçou meu chão. Foi no meio daquele caco que eu disse a Deus: "Minha família não deu certo, mas me ajude a fazer famílias felizes." Entreguei tudo a Ele — a dor, os pedaços, os planos. E dessa entrega, sem que eu percebesse, nasceu um propósito.

Hoje, sou presidente da Associação dos Catadores de Caranguejo de Extremoz, município do Rio Grande do Norte. Conduzo um grupo de 40 mulheres e 40 homens — um número que só cresce. Não é fácil. É árduo. Mas é com um amor que transborda que eu continuo, porque o nosso sustento vem inteiramente da pesca, e ser pescadora é, para mim, um orgulho sem medida.

Sempre tive esse lado de mobilizar pessoas, mas foi numa reunião sobre a poluição do Rio Ceará-Mirim que tudo mudou. Fui com outras pescadoras, levantei a voz e a presidente da bacia hidrográfica me viu e me convidou para o movimento. Dali em diante, as portas se abriram: conferências em Natal, cinco viagens a Brasília como delegada, no ano passado, idas a Mossoró. Minha luta agora tinha nome e endereço: a defesa das águas.

Nosso rio está muito poluído. Mas nós fazemos a nossa parte. Quando limpamos uma praia e encontramos sacos plásticos, garrafas, todo tipo de sujeira que as pessoas deixam, a revolta se transforma em ação. No estatuto da nossa associação,

o cuidado com o meio ambiente é mandatório. Só veio complementar aquele desejo antigo que sempre carreguei.

Sou mãe solo de duas filhas. A separação foi um sofrimento profundo, que trouxe outro: vê-las desistir dos estudos. Eu, que havia deixado a escola pela pesca, tive que voltar para a sala de aula. Precisei ser exemplo. Não foi fácil, mas Deus deu a vitória. Hoje, Larissa é professora formada, e Maria Gabriela concluiu os estudos, trabalhou em farmácia e agora estagia como agente social. Como mulher das águas, meu maior orgulho é ter lutado por elas sem desmanchar a família de ninguém, sem expor meu corpo. Fui vender peixe, lavar louça em cozinhas. O que ganhava era pouco, mas era honesto.

Essa resistência solitária me fez querer lutar por outras mulheres, para que tivessem o mesmo estímulo. E nessa caminhada, descobri que não estou sozinha. Conheci anjos de carne e osso: Wagna Dantas, que me convidou para este livro, uma guerreira corajosa, mulher das águas; a presidente do Comitê do Rio Ceará Mirim, Ceres Dantas, mulher de fibra; a doutora Sheila, delegada da mulher; dona Fátima; Jussara, a prefeita do município de Extremoz. Mulheres que não param, cada uma a seu modo.

Ser presidente desta associação é um compromisso pesado e doce. E nosso projeto é do povo. Sonhamos com um espaço que tenha: sala de computação para a juventude, auditório para reuniões, laboratório para análise da água, sala de reforço para as crianças, sala de aula para os pais que não concluíram os estudos, roda de conversa com idosos, com arte e teatro, oficina de artesanato com as marisqueiras, e o tão sonhado restaurante comunitário.

No restaurante, trabalharemos o que a natureza nos oferece com sabedoria: hambúrguer, linguiça e almôndega de peixe e camarão, caldos, carnes de caranguejo, siri, aratu e marisco. Queremos plantar ostras no Ceará-Mirim. Queremos erguer a juventude, mostrar que filho de pescador tem qualidade e futuro.

Preservar a cultura da mulher na pesca é como cuidar de uma faculdade ancestral, onde o conhecimento passa de pai para filho, de mãe para filha. Meus avós, Rosa e Virgílio, Maria Júlia e José, passaram para meus pais, Benedito e Graça, que passaram para mim, Marinalva.

O empoderamento para nós é isso: trabalhar, receber no fim do mês e entrar numa loja para comprar, com o próprio dinheiro, aquele vestido que sempre sonhamos. É a sustentabilidade que nos dignifica. É dar continuidade a todos os ensinamentos que nossos antepassados deixaram na maré baixa e na maré cheia, nas redes e nos corações.

Não vamos parar. O rio não para. E eu, Marinalva, mulher das águas, presidente da associação e pescadora, sigo na luta — com muito amor, muito carinho e a certeza de que os frutos bons vêm para quem se entrega aos braços da fé e ao trabalho honesto.



Presidente da Associação dos Catadores de Caranguejo de Extremoz, município do Rio Grande do Norte

# Mauren Lazzaretti

---

“Cuidar da água é semear o futuro; e quando uma mulher assume essa missão, ela transforma cuidado em legado.”

**N**asci no interior de Mato Grosso, em Alta Floresta, e cresci em Juína, no coração da Amazônia brasileira. Minha infância foi cercada por rios caudalosos, igarapés silenciosos e pela floresta viva que sustentava a nossa família. Aprendi cedo que preservar não era discurso — era condição de sobrevivência.

Vivíamos do manejo florestal sustentável. A floresta em pé garantia o pão na mesa. Foi ali que compreendi, ainda menina, que a natureza não é adversária do desenvolvimento; ela é a sua base. E a água, muitas vezes invisível, era o fio condutor de tudo: das chuvas que fertilizavam o solo às nascentes que mantinham a vida pulsando.

Escolhi o Direito como profissão, mas nunca me afastei da essência da floresta que me formou. Direcionei minha trajetória para a área ambiental, atuando como advogada, professora e gestora pública. Como Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, passei a enxergar ainda mais claramente o papel estratégico das águas do nosso estado — verdadeiras artérias que alimentam o Brasil.

Mato Grosso é o berço de nascentes que abastecem três grandes bacias hidrográficas: Amazônica, Tocantins-Araguaia e Paraguai. Cuidar dessas águas é cuidar do Pantanal, da produção de alimentos, do equilíbrio climático e da vida de milhões de pessoas.

Foi dessa compreensão que nasceu um dos projetos mais simbólicos da minha trajetória: o programa Todos pelo Araguaia — o projeto do coração, no coração do Brasil.

No centro geográfico do país, o Araguaia enfrenta desafios severos — assoreamento, degradação de matas ciliares, redução da vazão. O programa surgiu com um propósito claro: restaurar áreas degradadas, proteger e recuperar nascentes, recompor matas ciliares e promover práticas sustentáveis de uso do solo.

Assumimos a meta de restaurar mais de 5.000 hectares, devolvendo à paisagem sua capacidade de infiltrar água, reduzir erosões e garantir vazão aos rios. Mais do que números, falamos de territórios regenerados, de solo protegido, de água produzida.

Mas seus objetivos vão além da recomposição vegetal. O programa busca produzir água, melhorar a recarga hídrica, fortalecer a agricultura sustentável e envolver produtores rurais, empresas e comunidades numa governança colaborativa. É uma aliança entre preservação e produção. Entre o agronegócio e a conservação caminhando juntos.

Não se trata apenas de plantar árvores. Trata-se de mudar cultura. De mobilizar consciências. De mostrar que restaurar uma nascente é investir no futuro da própria propriedade, da própria família, do próprio Estado.

Cada propriedade que adere, cada área restaurada, cada nascente cercada é uma semente de responsabilidade coletiva. É o reconhecimento de que água não nasce por acaso — ela é resultado de cuidado contínuo.

E nesse processo, a presença das mulheres faz diferença.

Somos, muitas vezes, as primeiras a perceber que algo precisa mudar. Levamos para as mesas de decisão a firmeza da técnica, mas também a sensibilidade da escuta. A água nos ensina constância: ela contorna obstáculos, persiste, transforma paisagens com paciência.

Ser mulher na gestão das águas é isso: transformar resistência em construção. É equilibrar diálogo e decisão. É cuidar sem abrir mão da liderança.

Mulheres pela Água representa essa força silenciosa e poderosa. Mulheres que estão nos conselhos, nos comitês de bacia, nas secretarias, nas propriedades rurais, nas universidades. Mulheres que sabem que defender a água é defender a vida.

Minha história começou na floresta, passou pelas salas de aula, pelos tribunais e pelas mesas de governança. Mas continua sendo movida pela mesma convicção aprendida na infância: onde há água protegida, há dignidade. Onde há dignidade, há futuro.

E quando mulheres assumem essa missão, a água deixa de ser apenas recurso — ela se torna legado.



Secretária de Meio Ambiente de MT, Vice-Presidente Centro-Oeste da ABEMA, Conselheira do CONAMA e do CNZU, mestranda em Física Ambiental e advogada com 25 anos na gestão ambiental.

# Nadia Mariany G. Ribeiro Guimarães

---

“Seja a mudança que você quer ver no mundo.”  
Mahatma Gandhi

**D**esde pequena, cultivo uma forte ligação afetiva com o rio Paranaíba. Nasci, cresci e sigo vivendo em Itumbiara, conhecida carinhosamente como a “princesinha de Goiás”. Situada no interior de Goiás, mas de grande relevância econômica, social e ambiental, principalmente por ser banhada pelo Rio Paranaíba, a cidade se desenvolveu a partir de suas margens, trazendo sustento, lazer e atraindo turistas, que se maravilham com o nosso cartão-postal, a Beira Rio.

Durante toda minha vida sempre fui atraída por matérias, histórias, poesias e contos que envolviam a água. Sempre admirei esse rio e olhar para suas águas sempre me traz paz.

Iniciei minha vida acadêmica na licenciatura em química, em matérias pedagógicas, me descobri na pedagogia, mudei os rumos e me formei pedagoga, com um desejo grande em meu coração de fazer a diferença no mundo.

Durante esse período, uma amiga me falou de uma vaga na entidade delegatária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, a Abha Gestão de Águas, na qual ingressei em 2017 e estou até hoje.

Quando iniciei, lá em 2017, eu não fazia ideia o que aquele grupo de pessoas fazia, eu não compreendia o que motivava aquelas pessoas saírem de suas casas e de seus trabalhos formais para estarem ali reunidos. Muitos se dedicavam até em período de suas férias trabalhistas.

Em 2018, com os primeiros recursos da cobrança pelo uso da água disponíveis para aplicação, iniciaram os primeiros projetos na Bacia. Recursos investidos na Bacia, retornando aos usuários por meio de obras e ações que beneficiam milhões de pessoas que vivem na Bacia, de forma direta e indireta.

E com isso pude compreender o que aquelas pessoas faziam, e o quanto era importante estarem ali reunidas, com dedicação e comprometimento. Pensei comigo: que bom que elas saem de suas casas para se reunirem, debaterem e decidirem sobre a gestão das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Estou há nove anos à frente da Secretaria Executiva do CBH Paranaíba, exercendo um papel fundamental para o funcionamento contínuo e organizado do Comitê. Ao longo desse período, sou responsável por planejar e organizar reuniões e eventos, agendas, acompanhar demandas e garantir que as atividades do CBH Paranaíba

ocorram de forma eficiente e articulada. Além disso, o registro e organização de documentos oficiais do Comitê, garantindo a transparência, a continuidade e o registro da história do CBH Paranaíba.

Meu trabalho contribui diretamente para fortalecer a atuação institucional do Comitê, ajudando a levar seu nome e suas pautas para diferentes regiões do Brasil.

Além das atribuições administrativas, pude colocar em prática minha formação acadêmica ao desenvolver e apoiar ações de educação ambiental, especialmente no ambiente escolar. Participei ativamente de oficinas, seminários e capacitações, e tive a honra de ministrar oficinas para alunos do ensino fundamental e médio, contribuindo para a sensibilização e a formação de jovens sobre a importância da gestão dos recursos hídricos.

Também participei da construção do jogo "Navegando pelas Águas do Paranaíba", uma experiência marcante que evidenciou o potencial da ludicidade como ferramenta de educação ambiental, capaz de despertar o interesse, engajar diferentes públicos e ampliar a compreensão sobre a bacia hidrográfica de forma acessível e envolvente.

Hoje, sinto que cumpro o meu papel, e me lembro da Mariany, discente de pedagogia, que almejava fazer a diferença no mundo e vejo que ela não deixou o seu sonho de lado, pois fazemos sim a diferença, porque tudo começa com água.



Pedagoga, cursando MBA em Gestão de pessoas e marketing e pós-graduação em educação ambiental. Nove anos na Abha Gestão de Águas, a frente da Secretaria Executiva do CBH Paranaíba.

# Priscila Alves da Rocha

---

“A comunicação transforma conhecimento em poder coletivo – e é só assim que fazemos a água ser, verdadeiramente, de todos.”



## **ÁGUA COMO PAUTA TRANSVERSAL E A COMUNICAÇÃO COMO MÉTODO**

*Da ciência ao território: comunicação como ferramenta transversal da gestão das águas*

História ou Física? Matemática ou Ciência Política? Essas foram minhas primeiras dúvidas profissionais, quando iniciei o pensamento sobre a formação. Para mim, sempre foi muito difícil escolher uma área, já que tudo está tão interligado! Antes mesmo disso, algo sempre me inquietou: estudar Einstein (nascido em 1879) ao lado de Galileu (nascido em 1564). Einstein viveu a 2ª Guerra Mundial e isso muda tudo! Ignorar o contexto histórico e estudar isoladamente disciplinas sempre me incomodou.

Foi assim que aprendi a importância em ver o todo. A Comunicação, por meio do Jornalismo, foi o caminho que me permitiu unir ciência, história, matemática, geografia, biologia, dados e gente. Nos tempos de faculdade, passei por jornais, rádio e TV, mas foi na Comunicação Organizacional que encontrei meu verdadeiro espaço. Ali, compreendi que comunicar é conectar contextos, transformar informação em compreensão e construir caminhos coletivos. Também compreendi como a comunicação pode ser o pilar da gestão e da governança.

Por destino, filosofia, amor e muita dedicação, segui o caminho da água – elemento vital que conecta o todo e todos nós. Pela comunicação, encontrei a ponte entre palavra e gestão, dado e informação, número e resultado, gente e território. De assessora de comunicação de Comitê de Bacia à coordenadora do escritório de apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema. Vi a comunicação se transformar em pilar da governança das águas, presente em cada decisão técnica, administrativa e financeira.

O trabalho coletivo fez do Comitê do Rio Paranapanema uma referência nacional em integração, mobilização e planejamento, com resultados que traduzem compromisso e eficiência. Entre as conquistas, destaca-se o pacto histórico que definiu as regras operativas dos reservatórios de geração de energia – fruto de diálogo, capacitação e mediação. A iniciativa rendeu o Selo Ouro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços ao normativo e o Prêmio ANA 2023 à Série de Reportagens do Paranapanema, símbolos de um percurso guiado pela

força da comunicação na construção de uma gestão participativa, descentralizada e eficiente de nossas águas.

Hoje, orgulhosamente secretária-adjunta do CBH Paranapanema, já não mais à frente do escritório de apoio do Comitê, encaro um velho desafio, em um novo ambiente: inserir a comunicação no planejamento e na execução da gestão das águas pelo órgão gestor de São Paulo! Acredito que, quando o conhecimento flui, ele fortalece a essência da Lei das Águas: descentralizar, envolver, dar conhecimento e voz a todos que fazem parte desse ciclo. Nesse percurso, a criatividade tornou-se uma aliada indispensável. É ela que me permite encontrar soluções inovadoras para ampliar o alcance e os resultados institucionais. Essa inquietação me move — o desejo de que a gestão das águas seja construída por muitos e de dentro, de onde a vida acontece.

Resultado da minha inquietação, estou constantemente em busca do todo para decidir melhor, comunicar com mais verdade e, sobretudo, permitir que outros também possam compreender. Por isso, para aprimorar meus conhecimentos na Ciência da Água, embarquei na jornada acadêmica do mestrado, em que na vertente da Popularização da Ciência, busco transformar conceitos técnicos em pontes de entendimento, para que a gestão das águas seja também instrumento de autonomia, participação e transformação.



Jornalista, com pós-graduação em comunicação com o mercado, mestranda na área de concentração Recursos Hídricos e Meio Ambiente, atua há 10 anos na gestão de recursos hídricos por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

# Ramille Araújo Soares de Paula

---

“O acesso à água define quem vai viver e quem vai apenas sobreviver.”

**A** água está em tudo! A água é nosso bem mais precioso. Aos quinze anos essas frases pouco faziam sentido para uma garota belo-horizontina com acesso a saneamento. O esgoto e o lixo das residências desapareciam como mágica. Água limpa brotava nas torneiras e as águas da chuva faziam um barulhinho gostoso lá fora.

Minha família não tinha dinheiro, mas tinha sonhos. Impelida a escolher um curso técnico, descobri no Saneamento do CEFET/MG que minha relação com a água não era igual para todos.

Década de 1990, Belo Horizonte, meu mundo até então. A Capital Mineira não estava nem perto de ter um sistema de saneamento amplo.

Aquelas frases começaram a fazer sentido quando comecei as matérias técnicas, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, tecnologia ambiental. Por trás dos serviços de saneamento que eu nem notava no meu cotidiano, havia uma condição que me deixava à frente de muito outros belorizontinos e inúmeros outros brasileiros.

Mas foi no início da minha carreira profissional, que essa outra realidade foi se evidenciando ainda mais. Aos 18 anos fiz estágio na Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Iniciei como estagiária técnica em saneamento e permaneci lá até os anos iniciais da faculdade de engenharia. Na FUNASA, recepcionava muitos técnicos e prefeitos e um deles, do norte de Minas, me disse que conhecer a realidade de lá era conhecer o inferno na terra. Disse assim, forte, duro e melancólico. Ainda completou que a escassez de água fazia da sua terra natal um lugar onde nada vive, apenas sobrevive. Aquilo reverberou anos na minha cabeça. Amei tanto o tema que segui buscando a formação para trabalhar com abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No mestrado estudei o impacto dos resíduos sólidos nos sistemas de tratamento de esgoto e conseqüentemente na saúde das pessoas. Estudei sistemas simplificados de acesso a água no semiárido mineiro. Mas apenas estudei.

Ao me tornar servidora pública, em 2008, fui do saneamento à regularização de áreas da União, me especializando nos terrenos marginais de rios federais da

União. Uma tal linha média das enchentes ordinárias, LMEO, escancarou para mim o caráter político da água. A LMEO é, de forma simplificada, o limite que separa o bem público do bem privado. Mas separa também direitos básicos de acesso ao rio e suas riquezas, à dignidade, à segurança alimentar, ao estudo.

Foi nas margens do Velho Chico, o Rio São Francisco, que a firmeza das minhas ações encontrou a força da luta. Ali, vi a luta feminina em sua forma mais pura: mulheres que, com a água na cabeça e a tradição nas mãos, faziam a vida girar, transformando a água barrenta em sustento. Elas me ensinaram que o cuidado com a água não é apenas técnico, mas ancestral.

Minha contribuição técnica, com o uso de geotecnologias para tornar a demarcação mais transparente e célere, foi a minha forma de trazer leveza a um processo pesado. Foi um passo de dança sobre a superfície, buscando que o direito de todos ao rio seja claro e visível.

Novos caminhos se abriram, sempre sobre as águas! Meus novos desafios consolidaram minhas vivências para contribuir na construção de políticas públicas de segurança hídrica e revitalização de bacias hidrográficas. Como uma grande teia, essas políticas foram construindo meu conhecimento mais integrado e multidisciplinar.

O tema “água” se tornou um universo no qual quanto mais conhecimento tenho, mais conhecimento preciso buscar. E é essa incompletude que torna o tema tão maravilhosamente complexo. É o saber do campo e o saber da ciência que se fundem, em um Brasil onde é impossível ter uma certeza absoluta dos processos para recuperar áreas, proteger nossas águas, proteger nossas pessoas, plantar águas.

O feminino sempre esteve presente como fio condutor dessa trajetória. É no cuidado, na persistência silenciosa e na capacidade de adaptação que reconheço a forma como me relacionei com a água ao longo da vida. Assim como ela, aprendi a contornar obstáculos, a infiltrar-me onde parecia não haver espaço e a sustentar a vida mesmo em cenários adversos. Hoje compreendo que trabalhar com a água é, antes de tudo, trabalhar com pessoas, com desigualdades e com esperanças. A água deixou de ser apenas um recurso ou um objeto de estudo: tornou-se compromisso, identidade e propósito. E enquanto houver pessoas apenas sobrevivendo onde poderiam viver com dignidade, seguirei aprendendo, buscando e lutando, porque a água, assim como a vida, precisa circular para existir.



Servidora pública federal do cargo de Analista de Infraestrutura, engenheira civil e mestre em saneamento, meio ambiente e recursos e especialista em geoprocessamento.

# Raquel Eliana Metzner

---

“A gestão das águas é o compromisso de hoje com a vida de amanhã. A mulher sabe a necessidade da água na vida da sua família, pois, são as mulheres que cuidam. Este cuidado se reflete na participação plena das mulheres na gestão dos recursos hídricos no Brasil e no mundo!” – Raquel Eliana Metzner

## **A**s nossas mulheres guerreiras das águas

Sou Raquel Eliana Metzner – mulher, mãe de dois filhos e profissional dedicada à gestão de recursos hídricos no Brasil. Minha trajetória não é apenas técnica ou institucional: ela é uma escolha de vida. Escolhi trabalhar pela água porque compreendi, muito cedo, que defender a água é defender pessoas, territórios, dignidade e futuro.

Acredito profundamente que “cuidar da água é cuidar da vida em sua forma mais essencial.” Não há desenvolvimento sem água, não há saúde sem água, não há justiça social sem acesso digno à água. É isso que move cada reunião, cada decisão técnica, cada planejamento construído.

Atuo na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Araras interior de São Paulo, onde diariamente enfrento desafios que exigem preparo técnico, firmeza e sensibilidade. Aprendi que a gestão ambiental não se faz apenas com dados – faz-se com escuta, responsabilidade e coragem. Muitas vezes, é preciso sustentar posições técnicas com serenidade em ambientes historicamente ocupados por homens. E é nesse contexto que reafirmo: a presença da mulher no Sistema não é simbólica – ela é transformadora.

Coordeno a Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, espaço estratégico nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Ali, compreendo o peso e a grandeza das decisões que impactam milhões de pessoas. Cada deliberação carrega consequências ambientais, sociais e econômicas. E eu sempre lembro:

“Planejar a água hoje é assumir responsabilidade pelas próximas gerações. É atuar impactando vidas!”

Ao longo da minha caminhada, encontrei obstáculos, mas também encontrei incentivo. Recebi palavras de confiança, olhares de reconhecimento e, principalmente, a certeza de que quando uma mulher ocupa um espaço técnico e decisório, ela abre caminho para outras. Isso me enche de satisfação e senso de missão.

Ser mãe de dois filhos amplia ainda mais esse compromisso. Quando penso nas políticas públicas que ajudo a construir, penso no mundo que quero que eles herdem. Penso nas crianças que dependem de rios preservados, de segurança hídrica, de cidades resilientes. A maternidade fortalece minha convicção de que a água é o elo invisível que sustenta toda a vida neste planeta. Esse olhar, me torna mais responsável ainda em realizar uma atuação mais consciente sobre a gestão ambiental e de recursos hídricos, pois como mãe, mulher, filha e profissional tenho plena convicção que tudo que semeamos com seriedade traz grandes frutos para próximas gerações.

Há dias difíceis. Há decisões complexas. Há responsabilidades que pesam. Mas há também uma certeza que me sustenta: "A água nos ensina sobre resiliência – ela contorna obstáculos, persiste e segue seu curso." E é assim que sigo.

Este livro é dedicado às mulheres guerreiras das águas – aquelas que enfrentam desafios técnicos, institucionais e culturais; que estudam, planejam, negociam e constroem consensos; que conciliam família, carreira e propósito. Mulheres que carregam a sensibilidade de quem entende que a água não é apenas infraestrutura – é vida pulsando.

A satisfação de dedicar minha vida às questões hídricas não está apenas nos resultados técnicos alcançados, mas na consciência de contribuir para algo maior. Trabalhar com água é trabalhar com o equilíbrio do planeta, com a saúde das comunidades e com a permanência da vida.

Sigo minha missão com garra, responsabilidade e fé no trabalho coletivo. Porque acredito que a gestão das águas precisa ser técnica, participativa, humana e corajosa. E acredito, acima de tudo, que nós, mulheres, estamos escrevendo uma nova história dentro do Sistema – uma história de competência, sensibilidade e transformação.

Com o coração firme e o propósito claro, contínuo.  
Pela água. Pela vida. Pelas próximas gerações.

Somos mulheres pela água!



Graduada em Gestão e Saneamento Ambiental - FHO (2005), Pós-Graduada em Gestão de Recursos Hídricos, em Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Resíduos Sólidos, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura - Araras (2025-atual). Tem ampla experiência em Recursos Hídricos e Planos de Bacias.

# Rejany Ferreira Santos

---

“Além de pensar nas soluções para a crise climática, é preciso primeiro reflorestar as mentes, os corações, os pensamentos e a consciência humana.”

- Sônia Guajajara, liderança indígena e Ministra dos Povos Indígenas do Brasil.

**A** água faz parte do cotidiano de todos, mas uma parcela significativa da população historicamente não teve acesso adequado a esse bem comum: as favelas e periferias. Quando criança, eu ouvia as mulheres da minha família contando como era difícil ter água em casa. Décadas depois, a realidade pouco mudou: moradores de territórios socioambientalmente vulnerabilizados ainda convivem com a falta de saneamento e com um acesso à água insuficiente — um problema que impacta de forma ainda mais profunda as mulheres.

Quando entrei na faculdade de Geografia na UERJ-FFP, uma das disciplinas que mais me despertou interesse foi Hidrologia. Passei a integrar o grupo de pesquisa e pude vivenciar, nos trabalhos de campo, algo que nunca mais esqueci: o cuidado com as águas está intimamente ligado à proteção das florestas. Sem floresta, não há água.

Quando comecei a trabalhar na Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz (CCSP/Fiocruz), a Cooperação realizava ações de diálogo com instituições e moradores da Bacia Hidrográfica do Canal do Cunha (BHCC), buscando soluções e incidência por políticas públicas para recuperar seus rios. Desse processo nasceu o Grupo de Articulação dos Povos do Canal do Cunha, unindo ONGs, Fiocruz e população local para pensar coletivamente caminhos para despoluir a bacia.

Durante esse movimento, descobrimos o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá (CBH-BG). Participamos de uma reunião e soubemos que o trecho oeste da Baía — onde está o Canal do Cunha — ainda não tinha subcomitê. Decidimos então participar do CBH-BG e contribuir para sua criação. Muitas instituições do grupo estiveram nas eleições e colaboraram ativamente para fundar, em 2011, o Subcomitê Trecho-Oeste, iniciando a nossa atuação de forma estruturada.

Desde então, realizamos propostas de projetos, reuniões e seminários, incluindo um organizado na Fiocruz durante o 8º Fórum Mundial da Água, em 2018. Naquele momento, dialogamos com a população sobre a importância da gestão das águas e dos comitês de bacia, ouvindo demandas e expectativas.

Em 2015 criamos o Observatório da Bacia Hidrográfica do Canal do Cunha (OBHCC), com foco na gestão socioambiental da bacia hidrográfica localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Antes disso, em 2014, organizei com outros membros do CBH-BG a primeira reunião de juventudes no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas,

fortalecendo o protagonismo jovem na política de recursos hídricos.

Em 2015, com o edital ANA/CAPES para materiais didáticos, a Fiocruz — integrante do OBHCC — participou e, em parceria com instituições do Observatório, produzimos o documentário “É Rio ou Valão?”, lançado em 2017. O filme mostra a realidade ambiental da bacia hidrográfica do canal do Cunha, a importância da política de saneamento para a despoluição dos rios e discute a política de recursos hídricos acompanhando o percurso das águas até a Baía de Guanabara.

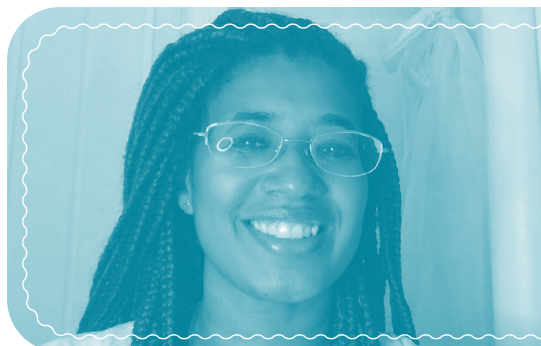
Esse percurso coletivo também me levou à pesquisa acadêmica. Fiz mestrado na Universidade Federal Fluminense, no programa Dinâmica dos Oceanos e da Terra, analisando sedimentos ao longo do Canal do Cunha até a Baía de Guanabara. Identificamos atividade estrogênica e toxicidade, evidenciando a poluição da bacia e sua contribuição de contaminantes para a baía. Hoje estou como doutoranda no mesmo programa, investigando a contaminação dos rios da bacia hidrográfica do canal do Cunha e dos rios Guapiaçu e Macacu.

Todo esse trabalho demonstra a urgência de políticas públicas de saneamento — com coleta e tratamento de esgoto, separador absoluto e gestão de resíduos sólidos — para reduzir a carga poluidora dos rios. Sem isso, não há recuperação possível.

Desde 2011 participo do CBH-BG. Integrei as câmaras técnicas de Educação Ambiental, Mobilização e Saneamento Ambiental (CTSAM). Em 2017 coordenei o Subcomitê Trecho-Oeste e, em 2024, aceitei o convite de membros para disputar a diretoria. Fui eleita diretora-presidenta do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, um comitê que envolve cerca de 8,4 milhões de habitantes, 17 municípios drenantes, sistemas lagunares e o espelho d'água da Baía de Guanabara.

Os desafios são enormes, mas também somos muitas e muitos lutando por águas mais limpas — na sociedade civil organizada, nos observatórios, conselhos, fóruns, no poder público e nos comitês. Antes de mim, duas mulheres estiveram na presidência do CBH-BG, mostrando a importância da nossa presença nesses espaços e como fazemos diferença quando ocupamos lugares de decisão.

Aprendi a pensar e construir política pública dentro de casa, com a minha mãe, e cresci compartilhando esse caminho com minha irmã gêmea. Ao longo da vida, encontrei mulheres que me inspiraram e que, em trocas mútuas, ensinaram e aprenderam. Juntas, descobrimos formas de transformar realidades, melhorar a vida e a saúde da população — especialmente as mais vulnerabilizadas — e proteger o meio ambiente para que nossas águas, esse bem comum essencial à vida, possam ser respeitadas, cuidadas e limpas.



Geógrafa pela UERJ, mestre e doutoranda em Dinâmica dos Oceanos e da Terra pela UFF, atua na área do meio ambiente, saneamento ambiental e promoção da saúde é presidenta do CBH-BG.

# Renata Gaudereto Andries

---

“Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite, que a liberdade seja a nossa própria substância”  
- Simone de Beauvoir.

**F**alar sobre a própria trajetória, ou de si, não é tarefa fácil. Talvez porque, para quem reconhece que nenhum caminho é percorrido sozinho, qualquer conquista sempre carrega muitas mãos, muitas vozes e muitos aprendizados compartilhados.

Também não me parece adequado assumir o lugar da referência. Lembro-me de um filósofo que, ao ser perguntado qual seria a “receita” para chegar aonde ele havia chegado, respondeu de maneira surpreendente: disse que só alcançou seu propósito porque tudo aquilo que havia planejado “deu errado”. A sabedoria dessa resposta sempre me acompanhou. Ela reflete, de certa forma, a ideia de que são os desvios, as mudanças de rota e as reinvenções que realmente moldam quem nos tornamos.

Minha relação com o meio ambiente começou cedo. Desde muito jovem, as questões ambientais me atravessavam de maneira intensa. Ingressei na Universidade Federal de Minas Gerais para cursar Engenharia Ambiental e, ainda durante a graduação, tive a oportunidade de estagiar na COPASA e na VALE. Ali comecei a entender, na prática, a complexidade da gestão da água e a responsabilidade envolvida em garantir que esse recurso chegue às pessoas em quantidade e qualidade adequadas.

Depois de formada, segui para uma experiência que ampliou ainda mais minha visão: ingressei no Plano Nacional de Saneamento Básico Rural (PNSR) como especialista de campo, atuando no Nordeste e no Centro-Oeste, especialmente em comunidades quilombolas. Foi um mergulho profundo em realidades que muitos brasileiros desconhecem. É difícil descrever o quanto aquele projeto abriu minha percepção sobre o país e sobre desigualdades que, mesmo num território tão rico em água, ainda se fazem tão presentes.

Compreender as diferentes realidades hídricas do Brasil é um aprendizado essencial para qualquer profissional que deseja se dedicar a esse tema. No mesmo país que é reconhecido pela sua exuberância florestal, vasta biodiversidade e abundância de recursos hídricos, convivem regiões onde o acesso à água é limitado, a disponibilidade é variável e a qualidade enfrenta desafios persistentes. Entender essas nuances é fundamental, não só para quem trabalha com água, mas para quem busca compreender o próprio Brasil.

Depois dessa experiência, segui para atuar na empresa Wetlands Construídos, uma empresa que vive de forma muito autêntica o propósito que defende. Ali aprofundi meu contato com soluções baseadas na natureza aplicadas ao tratamento de águas, um tipo de abordagem que, apesar de promissora e eficaz, ainda é considerada inovadora no Brasil. Trabalhar com essas soluções ampliou ainda mais minha compreensão sobre a força que a própria natureza tem na regeneração e no cuidado com os recursos hídricos.

Hoje atuo na temática de recursos hídricos na Vale, empresa em que estou desde 2019. Minha trajetória começou como profissional dedicada exclusivamente à gestão da água no Complexo Vargem Grande, onde encontrei um desafio tão intenso quanto transformador. O setor mineral, como muitos sabem, não costuma usufruir de uma boa reputação, e há razões históricas e culturais que explicam essa percepção. Mas, aprendi que, quando escolhemos olhar para qualquer realidade sem filtros de “paixão”, conseguimos enxergar nuances que não cabem em generalizações.

Trabalhar diretamente com a operação me permitiu compreender a dimensão da dependência que a sociedade tem da mineração. Ao mesmo tempo, reforçou em mim a convicção de que é possível, e necessário, construir uma mineração cada vez mais responsável, transparente e alinhada às demandas ambientais do nosso tempo.

Logo depois, passei a atuar na área corporativa global com a temática de recursos hídricos. Aqui, os desafios ganham outra dimensão, embora a experiência acumulada no operacional se mostre essencial para sustentar cada passo. No ambiente corporativo, é necessário construir uma trajetória sólida, mesmo quando a vontade de avançar rapidamente nos instiga a ir além do que o momento permite. Aprendi que crescer nessa esfera exige planejamento, paciência e consistência: é preciso desenhar o caminho, acompanhar a evolução, apresentar resultados com clareza e defender oportunidades com fundamento técnico. Nada se sustenta sem conhecimento, mas também nada prospera sem estratégia.

A atuação corporativa em recursos hídricos se consolidou, nos últimos anos, por meio de avanços técnicos, integrações estratégicas e uma crescente projeção institucional. Entre os principais resultados, destaca-se a consolidação da base histórica de dados de Gestão Hídrica, o alinhamento dos indicadores corporativos às diretrizes internacionais do ICMM, a criação do Grupo de Trabalho de Bacias Hidrográficas a atualização do estudo de Estresse Hídrico.

Em paralelo, ampliou-se significativamente a atuação externa da companhia no tema água. A participação no *10th World Water Forum*, um dos maiores encontros globais dedicados à governança e à segurança hídrica. Esse movimento foi complementado pela entrada da Vale no Conselho Latino-Americano das Águas (CLA), fortalecendo nossa capacidade de contribuir para políticas públicas, diretrizes setoriais e articulações multilaterais. Ainda tive a oportunidade de contribuir como coautora do livro “*Perspectivas e Avanços da Gestão de Recursos Hídricos na Mineração*”, publicado pela ANA e pelo IBRAM em 2024, uma referência técnica para o setor.

Por fim, no mestrado profissional busco aprimorar a forma como o setor compreende e estima o consumo de água na mineração de ferro, uma lacuna ainda presente nos diagnósticos hídricos territoriais e corporativos. Embora os planos e políticas de recursos hídricos dependam de informações precisas sobre retirada, uso e consumo, ainda existem inconsistências conceituais e metodológicas que dificultam comparações e projeções confiáveis. Essa pesquisa representa, ao mesmo tempo, um avanço técnico e um compromisso pessoal: contribuir para uma gestão hídrica mais clara, consistente e orientada por evidências.



Formação em Engenharia Ambiental pela UFMG, atribuição em Engenharia Sanitária, MBA Gestão de Projetos pelo IBMEC, Mestrado Profissional em Uso Sustentável dos Recursos Naturais pelo ITV.

# Samanta Popow Takimi

---

“O que você faz, faz diferença, e você precisa decidir que tipo de diferença quer fazer.” (Jane Goodall)

## **M**ais que uma transição, uma travessia - Minha missão e propósito à frente da desestatização de uma das maiores operações de saneamento do Brasil

Cuidar da água nunca foi, para mim, uma responsabilidade exclusivamente técnica ou institucional. Sempre foi uma escolha de vida. A água está no começo de tudo: da saúde, do desenvolvimento, da dignidade e da permanência das pessoas em seus territórios. Ao longo da minha trajetória, aprendi que proteger os recursos hídricos exige vasto conhecimento, mas também coragem, visão de longo prazo e, sobretudo, compromisso com pessoas.

Ser a primeira mulher a comandar a Corsan, uma companhia fundada em 1966, carrega um peso simbólico e histórico que vai além de uma trajetória individual. Representa a abertura de caminhos, a renovação de olhares e a certeza de que diversidade também fortalece a gestão pública e privada da água.

Tive a responsabilidade de liderar um dos momentos mais transformadores da história do saneamento no Rio Grande do Sul: a transição da Corsan pública para uma operação privada, hoje uma das maiores do Brasil. Conduzir esse processo como mulher significou, acima de tudo, cuidar de pessoas. Pessoas que fazem o saneamento acontecer todos os dias, debaixo de sol, chuva, crises climáticas e emergências.

Não foi apenas uma mudança de modelo. Não foi um processo burocrático, nem um ajuste administrativo. Foi uma travessia profunda, complexa e com impacto coletivo. Assumir a liderança da Companhia Riograndense de Saneamento nesse momento, exigiu enfrentar o novo sem perder de vista aquilo que nunca poderia mudar: o compromisso com a água e com a qualidade de vida das comunidades que atendemos.

Como mulher, liderar esse processo foi como caminhar em um terreno onde decisões são duras, pressões são constantes e o olhar sobre quem lidera é sempre mais exigente. Ainda assim, escolhi não endurecer. Optei por liderar com escuta, clareza e responsabilidade, sabendo que cada decisão impacta diretamente tanto o público interno quanto as 6 milhões de pessoas que atendemos, além do futuro de um dos bens mais preciosos que temos: a água.

Essa travessia também exigiu modernizar processos, incorporar tecnologias, apostar em inovação e fortalecer uma cultura organizacional orientada por resultados, sem se distrair do principal, que é o fator humano. Liderar, nesse contexto, foi um exercício permanente de equilíbrio entre eficiência, sustentabilidade e sensibilidade social.

A Corsan opera hoje uma das maiores estruturas estaduais de saneamento do Brasil. São estações de tratamento, de bombeamento, estruturas, mas também rios, lagos, mananciais, aquíferos e sistemas que precisam funcionar todos os dias, mesmo diante de crises climáticas, enchentes e estiagens. Estar à frente dessa operação é entender que a água não pode esperar e que cuidar dela exige escolhas firmes, inovadoras e sustentáveis.

Assumir essa transição também significou lidar com a desconfiança natural que acompanha qualquer grande mudança. Foi preciso reconstruir pontes, estar presente nos territórios e reafirmar, todos os dias, que saneamento continua sendo uma política pública essencial, independentemente do modelo de gestão. Transparência, diálogo e escuta ativa se tornaram ferramentas tão importantes quanto engenharia e investimento. Porque sem confiança, não há água que chegue com segurança às casas das pessoas.

Ao longo dessa jornada, aprendi que proteger os recursos hídricos vai muito além da captação e do tratamento da água. Tratar o esgoto é parte essencial desse cuidado. Cada rede implantada, cada estação de tratamento construída, cada ligação realizada é uma forma concreta de devolver à natureza, uma água mais limpa e garantir saúde, dignidade e futuro para as próximas gerações.

O saneamento transforma realidades de forma silenciosa, mas profunda. Ele reduz desigualdades, protege especialmente mulheres e crianças, devolve tempo, saúde e dignidade às famílias. Cada obra entregue, representa mais do que infraestrutura: representa equidade. Liderar com esse olhar é compreender que a água não pode ser privilégio e que garantir seu acesso é uma das formas mais concretas de justiça social que podemos construir.

Vivemos um tempo em que os extremos climáticos nos desafiam a repensar saberes e práticas. A água nos cobra responsabilidade, e o saneamento se impõe como uma das respostas mais estruturantes para a adaptação e a resiliência dos territórios. Conduzir esse movimento, é aceitar que não há soluções simples para problemas complexos, mas há caminhos possíveis quando se tem uma missão clara e um time engajado com um propósito bonito e justo.

Acredito na força da liderança feminina porque ela nasce do cuidado, da integração e da capacidade de enxergar o todo. Assim como o ciclo da água, nossa atuação precisa ser contínua, conectada e comprometida com o equilíbrio.

Mulheres são nascentes. Escolhi estar onde decisões difíceis são tomadas porque acredito que o saneamento transforma realidades. Escolhi liderar com empatia porque sei que resultados duradouros só existem quando as pessoas caminham juntas. E sigo acreditando que cuidar da água é, acima de tudo, cuidar da vida com firmeza, técnica, conhecimento de ponta, sensibilidade e esperança. Precisamos olhar para o objetivo e o propósito maior, mas o caminho para isso deve ser belo. É muito importante compreender e apreciar, também, o trajeto. Essa é a travessia que escolhi e escolho fazer todos os dias.

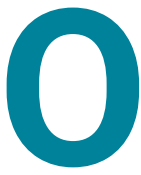


Advogada, diretora-presidente da Corsan e primeira mulher a comandar a Companhia, fundada em 1966. Pós-graduada em Direito Público, curso mestrado em Direito Econômico com ênfase em políticas públicas, governança e regulação.

# Sheila Klener Jorge de Souza

---

“Água, você não tem cor, nem sabor, nem aroma; não se pode definir você, mas se saboreia sem conhecer você. Você não é necessária à vida: você é a própria vida.”  
- Saint-Exupéry



## Tesouro Invisível: Uma Jornada de 20 Anos pelas Águas de Mato Grosso.

Sou Engenheira Geóloga por formação e analista ambiental na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT) por vocação. Ao completar duas décadas de atuação no licenciamento ambiental, olho para trás e percebo que minha trajetória se funde com a própria história das águas deste estado. Escrevo sobre a água subterrânea não apenas como técnica, mas com um profundo sentimento de pertencimento e com a responsabilidade de quem reconhece, nesse patrimônio invisível, uma das maiores riquezas do nosso planeta. Falar de águas subterrâneas é, para mim, falar da nossa ancestralidade, da nossa identidade e, sobretudo, da viabilidade do nosso futuro.

Muitas vezes, por estarem guardadas no silêncio do subsolo, essas águas sofrem com a invisibilidade. No entanto, o que brota das nossas formações geológicas é muito mais do que um recurso natural: é o sangue que corre nas veias da terra. Elas representam saúde pública, bem-estar social e o motor silencioso do nosso desenvolvimento econômico. Estamos falando de águas que, em muitas regiões, possuem propriedades terapêuticas e minerais raros, capazes de impulsionar o turismo sustentável e colocar Mato Grosso no mapa do termalismo mundial. São essas águas que abastecem nossas cidades de ponta a ponta, que garantem que a sede seja saciada aonde os rios não chegam, que irrigam nossas plantações em tempos de seca e que sustentam as indústrias que geram emprego e dignidade para a nossa população.

Ao longo desses 20 anos, aprendi que a geologia não é apenas o estudo das rochas, mas o entendimento da fundação da vida. Por isso, sempre acreditei que as águas subterrâneas deveriam ser o pilar central das políticas públicas de Estado. Isso significa ir além do discurso: exige planejamento estratégico, investimento em ciência e uma vigilância constante. Não podemos mais permitir que a exploração desordenada ou a falta de controle técnico ditem o ritmo do uso desse recurso. Estamos lidando com um sistema complexo e finito. Um aquífero contaminado ou superexplorado hoje pode levar décadas, ou até séculos, para se recuperar. Ser responsável agora é o único caminho para não sermos negligentes com os filhos e netos da nossa terra.

Minha defesa é técnica, mas também é ética. Defendo que as políticas públicas avancem na estruturação de um uso verdadeiramente consciente dos nossos aquíferos, e isso só é possível através do conhecimento profundo. Precisamos de mapeamentos hidrogeológicos detalhados que nos digam exatamente quanto temos, qual a qualidade dessa água e como ela se comporta. Conhecer é o primeiro passo para desenvolver com segurança. Com esse saber em mãos, podemos implementar uma infraestrutura dotada de tecnologia de ponta, garantindo que o pequeno produtor, a grande indústria e o cidadão comum tenham acesso a esse bem precioso de forma justa e equilibrada.

Eu alimento um sonho que renovo a cada dia de trabalho na SEMA: o sonho de ver toda a água subterrânea de Mato Grosso sob monitoramento permanente. Visualizo uma rede de sensores e dados em tempo real que nos permita tomar ações assertivas e preventivas, assegurando que a sustentabilidade não seja apenas um conceito abstrato, mas uma realidade mensurável. Mato Grosso possui aquíferos de importância global, como o Guarani e o Parecis, e temos o dever moral de sermos seus guardiões.

As águas subterrâneas são, em última análise, um poderoso instrumento de inclusão social. Elas têm o poder de transformar regiões áridas em polos de desenvolvimento, de levar justiça social onde falta infraestrutura e de projetar Mato Grosso, como uma potência ambiental em nível internacional. Vejo em cada projeto de licenciamento a chance de transformar potencial geológico em desenvolvimento real, sempre com o pé no rigor técnico e o coração na responsabilidade social.

Meu compromisso é inabalável: continuarei trabalhando pela valorização desse patrimônio natural, defendendo o uso consciente e ajudando a construir um modelo de desenvolvimento que respeite os limites da natureza e coloque as pessoas no centro de todas as decisões. Cuidar das águas subterrâneas é a minha forma de cuidar da nossa história e do nosso presente. É a minha contribuição para que, daqui a outros 20 ou 50 anos, as próximas gerações ainda possam se orgulhar da abundância e da pureza que corre sob seus pés.

Deixo aqui minha gratidão a uma grande mulher, grande geóloga, servidora pública apaixonada e dedicada a gestão de recursos hídricos, Leonice de Souza Lotufo, que me deu a oportunidade de participar de um projeto tão incrível como esse MULHERES PELA ÁGUA.



Eng. Geóloga/UFMT; Mestre Geociências/UNESP; Analista Ambiental SEMA/MT; Deputada Estadual, atuando na defesa do desenvolvimento sustentável, da ciência, das mulheres e da educação.

# Sonia de Souza Lima

---

“Água que nasce na fonte serena do mundo e que abre um profundo grotão.

Água que faz inocente riacho e deságua na corrente do ribeirão. ” - Guilherme Arantes

**N**asci em Fortaleza de Minas, pequena cidade do sudoeste mineiro, onde a água era abundante e a vida simples e muito feliz. Nadávamos no Rio São João, que deságua no Rio Grande. Naquele lugar, a água era pura e cristalina, algo que para mim parecia infinito.

Desde aquela época, minha mãe já tinha consciência do uso responsável da água, reaproveitando a que lavava arroz, legumes e frutas para regar o jardim e as hortaliças. Confesso que aquilo me irritava, pois eu achava que a água nunca faltaria.

Mas foi com ela que aprendi, desde cedo, a importância de economizar esse recurso tão precioso.

Em mais de trinta anos atuando como contadora, trabalhei por vinte deles na área de planejamento, orçamento e finanças do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. Convivendo diariamente com a temática da gestão de recursos hídricos, descobri uma nova paixão. Foi então que dei início à minha trajetória junto aos comitês de bacias hidrográficas, desde a posse dos primeiros deles, CBH Velhas, Mosquito e Paracatu.

A partir daí, participei de inúmeros fóruns, reuniões e expedições, onde fiz grandes amigos e conheci diferentes realidades, como a garra do povo do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, gente que aprendeu a transformar escassez em combustível diário de luta, trabalho e dignidade.

Na Expedição Águas do Sertão, do CBH Jequitai e Pacuí, percorremos o rio Jequitai da nascente, no Parque Nacional da Sempre Viva, à foz, em Ibiaí, onde, após cruzar o sertão, enfrentar estiagens e sustentar muitas comunidades, o rio entrega suas águas ao Velho Chico.

No total, foram 11 municípios, saindo de Bocaiúva, para avaliação técnica e monitoramento da área a ser atingida pelo Projeto Hidroagrícola Jequitai, megaprojeto de irrigação, regularização hídrica e desenvolvimento regional, localizado no Norte de Minas que, para minha decepção, ainda não saiu do papel.

Foi uma experiência rica e inesquecível, uma oportunidade única de conhecer as águas e paisagens da bacia do Jequitai, mas, sobretudo, de conviver com a população ribeirinha e sua imensa riqueza histórica e cultural.

Outra expedição memorável foi a realizada pelo CBH Paracatu. Percorremos o rio principal em barcos com os pescadores da região, onde coletamos uma grande quantidade de objetos jogados na água e margens, como garrafas pet, animais mortos e até sofá. Estar ao lado de tantas pessoas trabalhando numa mesma causa, como técnicos, estudantes e população local, foi um aprendizado ímpar.

Participei ainda da expedição do CBH Mucuri, que culminou em um livro que documenta as descobertas e a jornada, lançado em Belo Horizonte em 2011, um incentivo e modelo para vários comitês pelo Brasil, que replicaram a experiência.

Um episódio que me marcou nessa jornada foi uma conversa com o então secretário Estadual de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. Pedi uma oportunidade para trabalhar na fiscalização ambiental ou nos comitês e ele me respondeu: "Minha filha, se eu te colocar na fiscalização, você vai perdoar todas as multas. Seu perfil é para atuar com a mobilização nos comitês de bacia". E assim fui por quase vinte anos, até me aposentar em 2019.

Essa foi a parte mais difícil. Eu amava profundamente os comitês e o meu trabalho. Sigo uma aposentada apaixonada pela gestão de recursos hídricos e comitês de bacias hidrográficas.

Os colegas costumavam dizer que eu era Comitê, não IGAM. Estou certa de que eles tinham razão. Carrego a gratidão pelo que vivi e os amigos que seguem comigo pelas águas que continuo a navegar.



Contadora, Gestora Ambiental, MBA em Política de Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Viçosa - 2005, Pós graduação em Educação Ambiental na Faculdade Internacional Signoreli.

# Tairinne Morais

---

“A água ensina quem dela depende que cuidar do rio é cuidar da própria vida, do trabalho e do futuro que corre em silêncio entre as margens.”

**M**inha relação com a água não nasceu da teoria, nem de livros ou mapas. Ela nasceu da travessia, do cotidiano simples de quem cresceu entendendo que o rio não é paisagem, mas sim caminho, limite, sustento e memória.

Sou filha de cidades banhadas por rios. Bacabal, com o Rio Mearim, e São Francisco do Maranhão, onde o Rio Parnaíba desenha a divisa entre o Maranhão e o Piauí.

Atravessá-los fazia parte da minha vida e aprendi cedo, com meus pais, que o mundo é feito de margens e de coragem para cruzá-las.

Cresci vendo a água como presença constante, ora mansa, ora cheia, ora silenciosa, ora imponente. Aprendi a respeitá-la antes mesmo de compreendê-la. O rio ensinava sem palavras, ensinava pelo ritmo, pela espera, pela força que não se impõe, mas se faz sentir. Havia ali uma lição que só o tempo revela: a de que a água molda tudo o que toca, inclusive quem cresce às suas margens.

Nesse cenário, a figura da mulher maranhense sempre esteve presente. Mulheres que trabalham, que sustentam suas casas, que lavam, cozinham, plantam, pescam, atravessam, esperam. Mulheres que dependem do rio para viver e, exatamente por isso, cuidam dele. O cuidado nasce da intimidade, de quem conhece o nível da água pelo olhar, o tempo da cheia pelo cheiro, a importância do rio não como recurso distante, mas como extensão da própria vida.

Com o passar dos anos, essa relação deixou de ser apenas afetiva e passou a ser também profissional. Hoje, atuo na Secretaria de Meio Ambiente, em um setor diretamente ligado à gestão dos recursos hídricos do Estado. Trabalho com normas, processos, dados, planejamento, mas, mesmo diante de documentos e decisões técnicas, o que me guia não é apenas o papel, mas sim a memória do rio e das mulheres que dele dependem.

Cada discussão sobre uso, preservação ou gestão da água carrega, para mim, o peso de quem sabe que ali existe mais que um bem ambiental, existe vida cotidiana. Existe trabalho invisível. Existe uma rede de mulheres que organizam sua rotina em função do rio e que entendem, na prática, que sem cuidado não há futuro.

Talvez por isso eu nunca consiga enxergar a água de forma distante ou neutra. Ela sempre me convoca ao cuidado, à responsabilidade e à escuta. A água não aceita pressa, nem descuido. Ela responde, cedo ou tarde, a tudo o que fazemos com ela. Se hoje trabalho para protegê-la, é porque um dia ela me formou e se hoje tento pensar o futuro da água é porque ela esteve presente em todas as fases do meu passado. No fim, compreendo que minha história não corre paralela aos rios que marcaram minha vida, ela corre junto, no mesmo leito e no mesmo fluxo.



Advogada, com pós-graduação em Gestão Pública pela UEMA  
Atualmente atua como Secretária Adjunta de Licenciamento da Secretaria  
de estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão

# Tais Fernanda M. Contieri Santana

---

“Em cada gota de água, há uma história de vida.”  
- Rachel Caarson

**A** minha história com a água é marcada por extremos, por um medo profundo e uma redenção transformadora. Aos sete anos, vivi o terror do afogamento nas águas do Rio Dourado, um evento que gravou em minha memória o respeito e o pavor por esse elemento. A água tornou-se, por anos, uma ameaça silenciosa, um trauma que me distanciava de sua essência vital.

A cura, curiosamente, veio em um cenário de grande simplicidade e humanidade: um parto normal, realizado por mim, já enfermeira, em uma casa humilde num pequeno distrito, bem pertinho daquele rio, que um dia quase ceifou minha vida. Naquele momento, testemunhei a magia da vida. Vi a bolsa das águas se romper e, no fluxo daquele líquido vital, emergiu uma menininha linda. Naquele instante, enquanto a nova vida nascia, eu renascia para as águas. O medo foi substituído pela compreensão profunda do seu papel como fonte de toda a existência. A água, que um dia me assombrou, naquele dia me mostrou sua dádiva.

Esta sou eu, nascida e criada no município de Cafelândia, mãe, esposa, professora universitária e atualmente Presidente de um Comitê de Bacias Hidrográficas. Hoje, escrevendo este texto, revisito essa trajetória pessoal e profissional, que me trouxe até aqui, da fobia ao entendimento e do entendimento à gestão pública, solidificada na convicção de que a água não é apenas um recurso a ser gerido, mas sim a origem de tudo que somos e o fio condutor do nosso futuro.

A história da humanidade não começa em terra firme, mas em um oceano particular. Embora nos definamos como seres terrestres, nossa biologia guarda a memória indelével de que viemos da água.

Desde as células primordiais nos mares ancestrais da Terra até o desenvolvimento individual de cada ser humano, a água não é apenas um recurso; ela é a matriz que torna a existência possível. Antes de respirarmos o primeiro hausto de ar, somos seres aquáticos. No santuário do útero materno, a natureza replica o cenário onde a vida surgiu pela primeira vez no planeta. Ali, o feto flutua no líquido amniótico, contido em uma bolsa que serve como o seu primeiro universo.

Este “oceano interior” é um prodígio da engenharia biológica. Composto majoritariamente por água, eletrólitos e proteínas, ele oferece ao novo ser uma proteção hidrostática sem igual. Enquanto o feto se desenvolve, a bolsa amniótica atua como um amortecedor contra impactos externos e mantém uma temperatura constante, protegendo a fragilidade da vida em formação. Mais do que um escudo, a água é o meio de exercício: é na ausência de peso proporcionada pelo líquido que o bebê desenvolve seus músculos e ossos, preparando-se para o desafio da gravidade que o aguarda após o nascimento. Até mesmo os pulmões, que

em breve processarão o oxigênio atmosférico, começam sua jornada imersos. O feto “inala” o líquido amniótico, um processo vital para o desenvolvimento e expansão dos alvéolos pulmonares. No útero, a água é, literalmente, o sopro da vida antes do ar. O momento do nascimento é, tecnicamente, uma transição de meios.

O termo popular “romper a bolsa” ou “estourar a água” marca o fim do isolamento aquático e o início da jornada para o mundo exterior. Durante o trabalho de parto, a água continua a desempenhar um papel fundamental. O líquido amniótico atua como um lubrificante natural e um protetor do cordão umbilical, evitando que este seja comprimido pelas contrações uterinas, garantindo que o fluxo de oxigênio para o bebê permaneça ininterrupto até o último segundo. Nas últimas décadas, a ciência e a medicina redescobriram o poder da água como elemento facilitador neste processo. O uso de piscinas ou banheiras em partos humanizados demonstra como a imersão em água morna auxilia a mãe no relaxamento muscular e na gestão da dor, oferecendo ao recém-nascido uma transição mais suave, menos traumática, do ambiente líquido do útero para a atmosfera externa. É um retorno às origens para facilitar a chegada ao novo mundo. Já ao nascermos, o cordão umbilical é cortado, mas nossa conexão com a água permanece vitalícia.

Somos, em média, sessenta por cento feitos de água. Cada célula de nosso corpo é, em essência, uma pequena bolsa de água onde ocorrem as reações químicas da vida. Do sangue que transporta nutrientes aos sinais elétricos que percorrem nosso cérebro, nada funciona no seco.

Entender a água como o “berço da vida” é reconhecer que não somos seres independentes dela, mas sim uma extensão viva desse elemento. Proteger a água e garantir seu acesso é, portanto, o ato mais fundamental de preservação da nossa própria espécie. Do útero ao fim da vida, somos e sempre seremos filhos da água.

Essa conexão ancestral entre a mulher e a água transborda para a esfera pública. Não é coincidência que as mulheres tenham assumido um papel de liderança fundamental nas políticas públicas de recursos hídricos. Historicamente, a mulher é a guardiã da água no lar, na saúde e na reprodução. Hoje, essa guarda se estende à gestão técnica e política. Os Comitês de Bacias Hidrográficas representam o “parlamento das águas”, onde a sociedade civil, o poder público e os usuários decidem o futuro de nossos rios. Nesses espaços, a presença feminina traz um olhar que une o rigor técnico à sensibilidade social — uma compreensão de que a água não é uma mercadoria, mas um bem comum essencial à dignidade humana. Exercer políticas públicas em favor da água é, para nós, mulheres, uma extensão do ato de cuidar da vida. Ao protegermos as bacias hidrográficas, estamos garantindo que os “rios dourados” do futuro, sejam caminhos de vida, e não de medo. Proteger o ciclo das águas é proteger o berço de todas as gerações que ainda virão.



Prefeita Municipal de Cafelândia SP (2021-2028), Presidente do CBH Tietê/Batalha (2025/2026). Mestre e Doutora em Enfermagem pela Unesp de Botucatu. Especialista em Gestão Pública.

# Talita Fernanda das Graças Silva

---

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

- Paulo Freire

## **M**inha missão no SINGREH

É na sala de aula que exerço minha missão dentro do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH): formar pessoas. Como professora responsável há 12 anos pela disciplina de Gestão de Recursos Hídricos, em um curso de Engenharia Ambiental, compreendi, ao longo do tempo, que minha inserção no SINGREH se dá principalmente pela formação de recursos humanos técnicos qualificados, críticos e comprometidos. Cada aula é uma oportunidade de semear, não apenas conhecimento técnico, mas também consciência e responsabilidade em relação a esse recurso tão estratégico que são as nossas águas. Ao falar de água, falo de vida, de território, de conflitos, de escolhas e de futuro. Minha missão é mostrar que a gestão da água não é apenas um conjunto de instrumentos legais, mas um pacto coletivo entre pessoas que compartilham um bem comum essencial à existência humana.

Tenho grande admiração pelo processo de construção da política de recursos hídricos no Brasil. Conhecer esse percurso é reconhecer o esforço coletivo, a persistência e a visão de tantas pessoas – muitas delas mulheres – que acreditaram em um modelo mais justo, descentralizado e participativo. Minha trajetória nessa área foi marcada por desafios desde o início. Sou engenheira civil de formação, e a gestão dos recursos hídricos não fazia parte do currículo que me formou. Foi e continua sendo preciso buscar capacitação, estudar, ouvir, aprender e vivenciar o SINGREH. Despertar o interesse dos estudantes por uma temática que, à primeira vista, pode parecer excessivamente normativa ou distante da prática profissional também não é uma tarefa trivial. Trabalhei – e sigo trabalhando – para transformar conteúdos teóricos em experiências mais vivas, aproximando os alunos da realidade da gestão, que é dinâmica e profundamente influenciada pelas variações climáticas e pelas decisões humanas. Para além do domínio técnico, a gestão das águas é intrinsecamente política. Esse entendimento nem sempre é simples para estudantes das ciências exatas, mas é essencial para formar profissionais capazes de atuar de forma efetiva e responsável.

Como educadora convicta dos fundamentos da lei das Águas, busco incansavelmente, reforçar a importância da participação social na gestão dos recursos hídricos. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, marcado por profundas desigualdades regionais – climáticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais – não existe gestão da água bem-sucedida sem diálogo, escuta e comprometimento

coletivo. Busco mostrar aos meus alunos que os comitês de bacia, os conselhos e os espaços participativos não são meros ritos burocráticos, mas arenas de construção democrática. Ensinar gestão de recursos hídricos é, para mim, ensinar cidadania, cooperação e corresponsabilidade. É trabalhar para que futuras gerações de profissionais entendam que decisões técnicas têm impactos humanos reais.

Por fim, a mensagem que não deixo de passar aos meus estudantes: é preciso olhar para o copo meio cheio. Já se passaram 29 anos desde a promulgação da Lei das Águas, e ainda há muito a avançar, corrigir e fortalecer. Mas é fundamental reconhecer o quanto já foi construído. Valorizar os avanços é uma forma de reconhecer a importância do papel do SINGREH e de renovar nossas esperanças na construção de uma realidade socioeconômica e ambiental mais justa para o nosso país. Dedicar minha vida profissional à ciência e gestão das águas no Brasil é um ato de confiança no futuro e na nossa capacidade de garantir a segurança hídrica para as gerações atuais e futuras.



Professora adjunta UFMG, vice-presidente ABRHidro, engenheira civil, mestre em Sistemas Aquáticos e Gestão da Água, doutora em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

# Tarcila Santos Britto Gomes

---

“A água é direito humano e bem ambiental que atravessa gerações, não nos pertence — Somos apenas guardiões temporárias do dever de protegê-la e transmiti-la em condições justas aos que virão.



## Água como Propósito: Vida, Justiça e Responsabilidade Intergeracional

### 1. A água, a vida e o olhar feminino

A água sempre esteve presente na minha vida antes mesmo de eu compreender sua dimensão jurídica, institucional ou política. Ela esteve nos momentos mais marcantes e felizes que vivi, nos lugares onde cresci, nos territórios que conheci, nas pessoas que encontrei e, sobretudo, nas desigualdades que aprendi a enxergar. Antes de ser um tema de trabalho, a água foi — e segue sendo — uma experiência de pertencimento, cuidado e responsabilidade. Com o tempo, compreendi que falar de água é falar de vida em sua forma mais concreta. É falar de saúde, dignidade, justiça social, desenvolvimento e futuro. É falar de mulheres. Em muitos territórios, são elas que sentem primeiro os efeitos da escassez, da poluição, da ausência de saneamento e da má gestão dos recursos hídricos. Elas com ações concretas sustentam o equilíbrio possível entre os direitos fundamentais e as atividades de sustentação das suas comunidades. Ser Promotora de Justiça, com atuação na defesa do meio ambiente, conduziu minha trajetória profissional à atuação em espaços institucionais de decisão, onde a água aparece frequentemente reduzida a números, relatórios ou processos. Mas como mulher, nunca consegui enxergá-la apenas assim. Cada conflito hídrico, cada política pública discutida, carrega histórias humanas e escolhas que impactam gerações. Levar essa consciência para dentro das instituições tem sido um dos maiores desafios — e uma das maiores responsabilidades — do meu caminho. Ser mulher nesses espaços nunca foi neutro. Exigiu firmeza, escuta, resiliência e coragem. Mas também trouxe uma forma própria de construir consensos e insistir em soluções que integrem pessoas, natureza e desenvolvimento. A presença feminina no Sistema de Justiça e de proteção dos Recursos Hídricos não é apenas representativa: ela transforma processos e humaniza decisões.

### 2. A água como direito, responsabilidade e futuro

Em determinado momento, percebi que não bastava atuar institucionalmente na proteção da água. Era preciso compreendê-la em profundidade. Foi desse chamado que nasceu minha pesquisa acadêmica sobre o direito à água doce diante da escassez hídrica, em uma análise comparativa entre Brasil e União Europeia. A escassez hídrica não é um fenômeno distante, mas resultado direto das escolhas humanas: da forma como ocupamos os territórios, degradamos nascentes, impermeabilizamos solos, poluímos rios, resultado também da falta de planejamento e de comunicação eficiente entre os usuários, e da forma como ignoramos os limites da natureza. A crise da água é, em grande medida, uma crise de responsabilidade. Ao longo dessa trajetória, compreendi que a água é, simultaneamente, um direito humano fundamental, um bem ambiental intergeracional e bem econômico. Essas dimensões não se excluem — se complementam. Quando tratadas de forma integrada, fortalecem a proteção

da água e ampliam a capacidade de resposta do Estado e da sociedade diante da escassez.

### 3. Caminhos possíveis para cuidar da água hoje e amanhã

Ao longo da minha trajetória profissional, compreendi que falar de escassez hídrica é, inevitavelmente, falar de escolhas. A crise da água não decorre apenas da falta de chuvas, mas da forma como decidimos ocupar, produzir, consumir e proteger os territórios. Os caminhos existem, mas exigem coragem, cooperação e responsabilidade coletiva. As **soluções baseadas na natureza** ocupam papel central. Proteger e restaurar nascentes, matas ciliares, áreas de recarga e solos permeáveis é uma das formas mais eficientes e duradouras de garantir água em quantidade e qualidade. Investir na recuperação ambiental é investir em segurança hídrica. O **reuso da água** é uma solução imediata e indispensável. Para que se consolide de forma segura, é fundamental avançar na normatização de parâmetros claros nos âmbitos estadual e municipal, garantindo segurança sanitária, ambiental e jurídica. A ausência de regras harmonizadas limita investimentos e a adoção dessa prática em escala. O reuso e o **aproveitamento da água da chuva** precisam integrar as políticas locais de saneamento, planejamento urbano e recursos hídricos. É igualmente indispensável exigir maior **responsabilidade dos grandes usuários de água**. A outorga deve ser compreendida como um compromisso com a sustentabilidade, exigindo planos de economia hídrica, **tecnologias mais eficientes, com melhores técnicas disponíveis - MTD** na agricultura e na indústria e redução de perdas. Produzir não pode significar esgotar. Ganham relevo os institutos de **soluções negociadas**, como a alocação negociada da água, capazes de enfrentar conflitos de forma transparente e cooperativa. A água exige governança, e o Ministério Público pode exercer papel decisivo no fortalecimento de soluções locais, respeitando as especificidades territoriais e as realidades de cada comunidade.

A defesa das **nascentes e dos mananciais** deve ser prioridade permanente. O Ministério Público é essencial na fiscalização e **responsabilização por desmatamentos** que comprometem o ciclo da água, no controle do ordenamento urbano e na indução de políticas públicas e soluções preventivas. Ao lado da responsabilização, é fundamental estimular caminhos positivos, como os **pagamentos por serviços ambientais**, que valorizam quem protege nascentes, conserva o solo e mantém a floresta em pé. Essa compreensão coletiva ganhou forma quando participei, com outros membros do Ministério Público — em sua maioria mulheres — da elaboração do **Plano Nacional de Atuação no Combate à Escassez Hídrica do Conselho Nacional do Ministério Público**, que fundamentou a Recomendação nº 103/2023 do CNMP. Essa experiência e outras atuações reforçaram a minha convicção de que os caminhos existem e precisam ser trilhados com sensibilidade, técnica e compromisso ético.

Como mulher, mãe e profissional dedicada à defesa do meio ambiente, adotei esse ponto de vista como propósito e missão. Cuidar da água, para mim, é cuidar da vida no presente e garantir escolhas para o futuro, por meio de decisões responsáveis, sustentáveis e da adoção consciente de soluções modernas, planejadas e preventivas.

\*É autora do livro "Escassez Hídrica: Instrumentos Jurídicos para a Mitigação do Problema" e outros livros na área ambiental



Promotora de Justiça do MPGO, vice-presidente da Abrampa, Associação Brasileira dos membros do Ministério Público de Meio Ambiente, coordena o Grupo de Atuação Especial de Meio Ambiente (GAEMA) do Ministério Público de Goiás, Membro da Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Lisboa, Portugal, possui especializações em Direito Ambiental, Processo Coletivo e Neurociências Aplicada à Negociação, além de certificação em Negociação pelo Harvard Negotiation Project e crime organizado ambiental pela universidade de Castilla del Lamancha na Espanha .

# Valeria Pôrto dos Santos

---

“Nós somos as águas que desviam dos obstáculos e seguem fluindo, mostrando ao mundo nossos marcos.”

**S**im, somos das águas, águas doces. Nasci em um quilombo às margens de uma lagoa, alimentada pelo Rio São Francisco, em Malhada, Bahia, Nordeste brasileiro. Foi nesse mesmo lugar que cresci, vendo mulheres como minha mãe e minhas avós, as Aíás tirarem o sustento das águas e da terra. Mulheres que pescavam, cuidavam das hortas na vazante, cultivavam plantas e sabiam ler o tempo, o rio e a lua. Desde sempre, essa relação foi mútua e profundamente educativa. Essa vivência possibilitou sustento, emancipação e a construção do entendimento social no que toca ao pertencimento. A luta pela garantia do território começa justamente pelas lagoas. Mediante uma série de fatores, a identidade de uma mulher forjada nas trincheiras pelo reconhecimento de um povo garantiu formação política e acadêmica a partir das bases associativistas, fundamentais para o posicionamento coletivo e pessoal.

Das águas emergem também as memórias afetivas que me constituem como mulher preta quilombola, profundamente ligada às minhas raízes. O pescado assegurava o alimento, enquanto o cuidado com a casa, o quintal e as plantas organizavam a vida cotidiana da comunidade. São vivências marcadas pela força, pelo trabalho coletivo e pela ternura, que atravessam minha história e orientam os caminhos trilhados até aqui.

Com delicadeza e firmeza, essas mulheres cuidavam das plantas e ensinavam e seguem ensinando como respeitar a natureza. Ensinavam a relação com os riachos, com as lagoas e com o próprio Rio São Francisco, esse rio grandioso, considerado o maior rio da integração. Um rio que, em sua sutileza, alcança comunidades longínquas, garantindo a vivência e a vida de diversos povos, de comunidades que até hoje seguem em luta por garantias e por reparação histórica. Nessas lutas, as mulheres sempre estiveram à frente, como foi o caso de Marinaide Barbosa Silva, de Marilene Matos e de tantas outras mulheres que levam suas vozes para outras dimensões, estabelecendo um compromisso ancestral com a vida, com o território e com a memória coletiva, garantindo a existência legítima de quem ainda vai chegar.

As relações estabelecidas no fluir das demandas e vivências possibilitaram que eu me tornasse a primeira pessoa da família a obter um diploma de nível superior, diga-se de passagem, em um curso historicamente elitizado, mas construído a partir de uma proposta diferenciada pelos movimentos sociais. Carrego, assim, a formação de Bacharela em Engenharia Agrônômica pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), orientada pela perspectiva da Educação do Campo, com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária. Minha trajetória acadêmica inclui especializações em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis (UFBA) e em Inovação Social com Ênfase em Agroecologia e Economia Solidária (IF Baiano). Em 2019, concluí

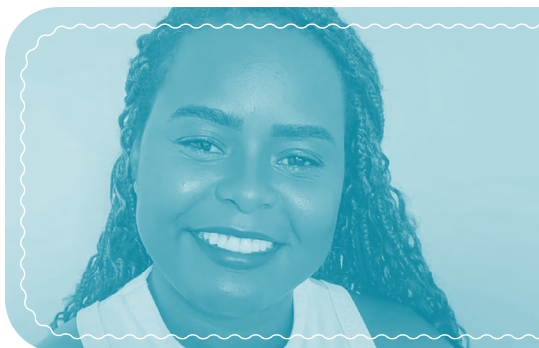
o mestrado em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília (UnB), com foco em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais.

As vivências acadêmicas e práticas se entrelaçam com minha militância e compromisso com as comunidades quilombolas. Como coautora do livro *Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas*, compartilho narrativas de luta e resistência das mulheres de minha comunidade, destacando a importância dos territórios tradicionais como espaços de vida, cultura e identidade. A caminhada como ativista começou dentro da própria comunidade, ao integrar a Associação Agroextrativista das Comunidades Quilombolas de Pau D'Arco e Parateca, onde passei a me engajar nas discussões e na construção de soluções para os desafios enfrentados. Essa experiência ampliou minha atuação no Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas do Estado da Bahia (CETA), na Central Regional Quilombola (CRQ), bem como em espaços de colaboração com o Conselho Estadual Quilombola (CEAQ) e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas (CONAQ).

Atuo também como articuladora da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, no interior da Bahia, por meio do Instituto da Mulher Negra – ODARA, dedicando-me à promoção da equidade de gênero e à defesa dos direitos das mulheres quilombolas, compreendendo que a luta por justiça social e ambiental é indissociável das questões de gênero. Participei ainda de eventos internacionais, como o Workshop Estratégico Experiências Bem-Sucedidas de Gestão Territorial Comunitária e sua Eficácia no Combate às Alterações Climáticas, realizado em Lima, no Peru, em outubro de 2018, organizado pela instituição Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR). Essa experiência proporcionou uma valiosa troca de saberes sobre estratégias comunitárias para o enfrentamento das mudanças climáticas, reforçando a centralidade das práticas ancestrais no cuidado com a vida e o território.

Em agosto de 2023, fui convidada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) para participar como painelistas no palco Povos Indígenas e Tradicionais: uma nova economia baseada em práticas ancestrais, durante o evento Amazônia e Novas Economias, em Belém do Pará. Foi uma experiência enriquecedora, que possibilitou levar as narrativas quilombolas a um público ampliado e construir novas possibilidades de diálogo em espaços institucionais e internacionais.

É a partir desse caminho tecido pelas águas e pelas mulheres que essas e tantas outras vivências como a participação no Brazil Forum UK, em 2020 contribuíram para que, entre os anos de 2021 e 2025, no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco, nossas vozes fossem ecoadas com mais força coletiva. Nesse espaço, foi possível contribuir como suplente da representação quilombola, pautando a centralidade dos recursos hídricos para a manutenção da vida comunitária e planetária. Essa atuação se estende atualmente à suplência em um assento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, reafirmando o compromisso com a defesa das águas, dos territórios e dos sonhos coletivos. E, assim, nas águas que embalam nossas existências, seguimos transformando vidas.



Liderança quilombola, Engenheira Agrônoma (UNEB), Mestra em Desenvolvimento Sustentável (UnB), especialista em Educação Ambiental e Agroecologia, servidora pública no município de Malhada.

# Viviane Francis Silva Correia

---

**M**inha história com a água nasce no seio da minha família materna, oriunda da cidade de Propriá, em Sergipe, às margens do Rio São Francisco. Foi ali, sobretudo por meio da minha avó, Edite Maria, que tive meu primeiro contato com os valores que moldariam minha percepção sobre a água e sua relação profunda e indissociável com a vida humana.

Minha avó, como tantos ribeirinhos, buscava potes de água diretamente no rio, lavava roupas em suas margens e nele nadava livremente. Contava histórias das cheias que inundavam a cidade de Propriá, pescava peixes dos mais variados e acompanhou a chegada da água encanada às residências, ensinando-me desde cedo a valorizar cada gota. Cresci ouvindo relatos sobre as dificuldades impostas pela ausência desse bem e fui educada sob a premissa de que a água é essencial, finita e jamais deve ser desperdiçada. Atividades cotidianas, como escovar os dentes, tomar banho ou lavar pratos, eram realizadas de forma consciente, com reaproveitamento máximo. À época, eu não compreendia plenamente aquelas orientações, mas hoje reconheço a profundidade e a importância desses ensinamentos.

Além do aspecto prático, sempre carreguei comigo o vínculo afetivo com a comunidade ribeirinha, sua cultura, crenças e gastronomia. O Rio São Francisco nunca foi apenas um curso d'água, mas parte viva da minha própria identidade. Com o passar dos anos, também acompanhei as transformações no Baixo São Francisco: a redução da biodiversidade, o desaparecimento de peixes e a rizicultura cedendo espaço a novas atividades. Essas mudanças marcaram meu olhar e reforçaram a compreensão de que o equilíbrio ambiental é frágil e exige vigilância permanente.

Formada em Direito e atuando em outras áreas, não imaginei que os laços com os recursos hídricos se fortaleceriam novamente. Contudo, ao ingressar na Companhia de Saneamento de Sergipe, tive a oportunidade de atuar como Assessora Técnica de Meio Ambiente e Engenharia, o que me proporcionou uma aproximação concreta com a área ambiental e com os desafios da gestão da água. Nesse contexto, pude acompanhar e trabalhar diretamente em uma iniciativa de educação ambiental de grande relevância, denominada Saneamento Expresso.

O projeto, que consistia em um veículo do tipo ônibus adaptado com maquetes, levava às comunidades, sem distinção de faixa etária, o conhecimento sobre todo o ciclo do saneamento, evidenciando a importância da água para a saúde pública e a necessidade de uma gestão sustentável dos recursos hídricos. Essa experiência reforçou em mim a convicção de que a educação ambiental é um dos instrumentos mais poderosos de transformação social.

Foi, porém, durante o MBA em Gestão Empresarial com Foco em Saneamento, promovido pela Universidade Federal de Sergipe, que ocorreu um verdadeiro despertar para a Gestão de Recursos Hídricos. Passei a compreender sua complexidade, a relevância das legislações, o funcionamento da gestão e, sobretudo, a importância da gestão participativa. Esse processo culminou em uma pesquisa acadêmica que aprofundou minha imersão no tema e, mais uma vez, o Rio São Francisco foi o ator principal, pois o estudo envolvia os projetos de

revitalização realizados no baixo e seus reflexos no abastecimento humano, consolidando minha atuação profissional como funcionária de uma empresa de saneamento.

A partir desse trabalho, fui convidada a participar do meu primeiro Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas e, posteriormente, a Companhia estendeu o convite para que eu pudesse representar minha instituição como membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Ao longo dos cinco anos em que atuei como membro do Comitê, tive a oportunidade de participar de diversas capacitações e eventos que ampliaram de forma significativa meus conhecimentos sobre a gestão de recursos hídricos.

Nesse período, também participei ativamente das reuniões plenárias e contribuí de maneira efetiva para os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê, especialmente por meio das câmaras técnicas e dos grupos de trabalho, fortalecendo o diálogo, a construção coletiva e a tomada de decisões voltadas à proteção do Rio São Francisco. Essa vivência ampliou meu entendimento sobre o papel dos comitês e fortaleceu uma convicção essencial: mais importante do que defender o segmento que representamos é defender o próprio rio, o bem coletivo que se busca proteger.

Tive ainda a oportunidade de cursar o Mestrado por meio do Programa ProfÁgua, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. A obtenção do título de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos representou não apenas um avanço acadêmico, mas também a incorporação de uma sólida bagagem de conhecimentos técnicos, aliada a uma rica troca de experiências com colegas de diferentes realidades, o que hoje me permite colaborar de forma qualificada e contribuir para a construção de novos projetos voltados à gestão sustentável das águas.

Ao longo da minha caminhada, compreendi que a participação da mulher na gestão de recursos hídricos é não apenas necessária, mas estratégica e transformadora. Historicamente ligada ao cuidado, à organização da vida cotidiana e à preservação dos recursos essenciais à sobrevivência, a mulher carrega um olhar sensível, atento e responsável sobre a água. Ao ocupar espaços de decisão, planejamento e governança, contribui para processos mais inclusivos, equilibrados e comprometidos com o futuro. A minha própria história reflete como a presença feminina amplia o diálogo, fortalece a gestão participativa e reafirma que cuidar das águas é, também, cuidar da vida.

Hoje compreendo que dedicar a vida às questões ligadas à água, é assumir um compromisso com a dignidade humana, com a justiça social e com as futuras gerações. A preservação do recurso hídrico se manifesta tanto nas grandes decisões institucionais quanto nas pequenas escolhas do cotidiano. Seja por meio do uso consciente ou da atuação técnica, cada ação importa. Ainda que a conscientização alcance apenas um indivíduo, ela já produz impacto. Cada gota preservada carrega consigo a esperança de um futuro possível, no qual a água continue sendo fonte de vida, cultura e permanência no planeta.



Advogada e empregada pública.

**MULHERES**

*pela Água 3*

Realização:



Acesse a versão  
digital via QR Code  
e compartilhe as  
histórias.





**REBOB**  
REDE BRASIL DE ORGANISMOS DE  
BACIAS HIDROGRÁFICAS